

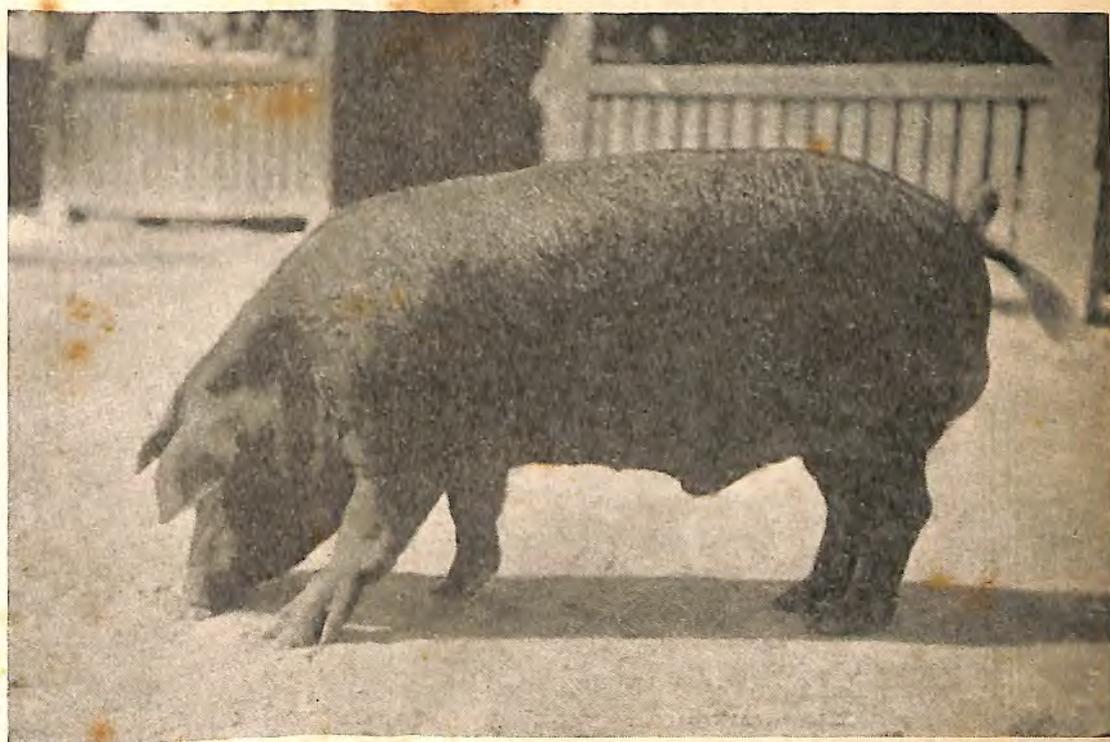
# ALAVOURA



12089

ANO XLVI

JANEIRO-FEVEREIRO DE 1942



BOLETIM MENSAL DA  
SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA  
E DA  
CONFEDERAÇÃO RURAL BRASILEIRA

# Sociedade Nacional de Agricultura

## Publicações em distribuição aos sócios:

- Anais do I Congresso de Leite e Derivados (1 vol.)  
Anais da II Semana do Leite (folheto)  
Anais da II Conferência Nacional de Pecuária (1 vol.)  
Anais da I Conferência Nacional Algodoeira (3 vols.)  
O Ceará Econômico — *Dr. Souza Pinto* (folheto)  
A conquista do pão — *R. Fernandes e Silva* (folheto)  
A cultura do fumo e o seu preparo — *J. Silverio Guimarães* (folheto)  
Fatos Economicos — *Miguel Calmon* (brochura)  
O algodão e a solidariedade internacional — *Miguel Calmon* (folheto)  
Política Comercial Pan-Americana — *Arthur Torres Filho* (folheto)  
Aspétos leiteiros brasileiros — *Otto Frensel* (folheto)  
Aspéto atual da Indústria de Laticínios no Brasil — *L. Gonçalves Vieira* (folheto)  
O cultivo da batata e a importação de suas sementes no Brasil — *Arsène Puttemans* (folheto)  
Expansão Econômica do Brasil — *Arthur Torres Filho* (1 vol.)  
As Municipalidades e o momento econômico brasileiro — (1934) *Arthur Torres Filho*.  
Escola de Horticultura Wenceslau Bello — Publicações n. 2 e 3  
Cooperativismo e Organização Rural — *Dr. Antonio de Arruda Camara* (folheto)  
Curso de Melhoramento de Plantas — Germinação do Grão de Pólen e Fecundação nos vegetais ginóspemas — *Dr. Geraldo Goulart de Silveira* (III folheto)

A Secretária da S. N. A., mediante pedido do sócio quite, enviará imediatamente as publicações pedidas. Para o interior, deverá o interessado juntar ao pedido \$400 de sêlo, em se tratando de folheto e \$800, para maior número de publicações ou por volume.

# Proposta para Socio

O abaixo assinado propõe para socio efetivo da SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA:

Nome por extenso.....

Nacionalidade..... Profissão.....

Endereço para carga.....

Endereço para correspondencia.....

Nome ou os nomes de fazendas que possui, o Municipio ou Municipios em que estiverem.....

Genero de culturas a que se dedica.....

Variedade de gados que cria.....

E' a propriedade registrada no Ministerio da Agricultura?

Em caso negativo, a Sociedade encarrega-se de promove-lo, a pedido do interessado.

OBSERVAÇÕES.....

..... de .....

Juntar 40\$000 em registrado com valor declarado, em vale postal.

Assinatura do proponente

Assinatura do proposto

## CAPITULO II DOS ESTATUTOS

### DOS SOCIOS

Art. 9 — A Sociedade admite as seguintes categorias de socios:

Efetivos, correspondentes, honorarios, benemeritos, filiados e remidos.

§ 1.º — Serão socios efetivos as pessoas naturais ou juridicas, inclusive corporações ou organizações de carater oficial que, domiciliadas no país, forem propostas, de conformidade com os Estatutos e contribuirem, sendo individuais, com a joia de 50\$000 e a anuidade de 40\$000, e, sendo coletivas, com a joia de 150\$000 e a anuidade de 100\$000.

§ 2.º — Serão socios correspondentes as pessoas ou associações, com residencia ou séde no estrangeiro, que forem escolhidas pela Diretoria em reconhecimento dos seus meritos e dos serviços que puderem ou quizerem prestar á Sociedade.

§ 3.º — Serão socios honorarios as pessoas que prestarem á Sociedade e á produção serviços tão relevantes que a Diretoria os julgue merecedores desse titulo.

§ 4.º — Serão socios benemeritos as pessoas que por sua dedicação e serviços excepcionais á Sociedade e á produção, forem, por proposta da Diretoria e a juizo da Assembléa Geral, dignas dessa investitura.

§ 5.º — Serão socios filiados as associações agricolas ou de classes diretamente ligadas á produção do Distrito Federal, que contribuirem com a joia de 50\$000 e anuidade de 100\$000

§ 6.º — Serão socios remidos os que estando em condições de ser aceitas como efetivos ou filiados, pagarem, de uma só vez, a joia e 10 unidades.

Art 10. — Os filiados e as corporações oficiais deverão declarar o seu desejo de compartilhar das vantagens de socios da Sociedade, ficando a aceitação dependente de resolução da Diretoria.

§ Unico — Os demais socios efetivos e os remidos deverão ser propostos, por indicação de um ou mais socios, á Diretoria, que deliberará a respeito.

Art. 11. — Os socios filiados designarão um representante que participará das sessões; terá para esse fim, qualidade de Diretor e cujo mandato, que terminará sempre com o da Diretoria, poderá ser renovado, a juizo da instituição respectiva entendendo-se que a recondução tenha sido feita, se aviso em contrario não for recebido pela Sociedade.

Art. 12. — Os socios honorarios e correspondentes não poderão ter ingerencia alguma na direção da Sociedade, mas gosarão de todas as demais vantagens de socios, inclusive do direito de propor á Diretoria qualquer medida que julgarem util á instituição e ás classes que esta representa.

§ Unico — Aos socios honorarios e correspondentes serão expedidos, gratuitamente, os diplomas.

Art. 13. — Poderão remir-se, em qualquer tempo os socios efetivos e filiados, sendo para esse fim, contado um terço das anuidades pagas até o maximo de um conto de réis.

*Em virtude de resolução de Diretoria foi suspensa, até ulterior deliberação, a joia de 50\$000 cobrada aos socios individuais e de 100\$000 aos socios coletivos.*

# A LAVOURA

REVISTA MENSAL DE ECONOMIA RURAL DO INSTITUTO  
DE ECONOMIA RURAL DO BRASIL

## SUMARIO

Cooperativismo . . . . .	1
Herança intermediária . . . . .	5
Em grande atividades as jazidas de cristal de rocha do oeste brasileiro — o quartzo hialino, hoje útiizado na industria da guerra, vem sendo pago por preços excepcionais . . . . .	19
Exportação de ceras vegetais . . . . .	22
Conselho Federal do Comércio Exterior . . . . .	26
Os mercados europeus e a produção agricola do Brasil . . . . .	37
A caça e a pesca em Goiás . . . . .	45
Relatório da Diretoria . . . . .	46
Papel dos postos de monta no fomento da criação . . . . .	55

RIO DE JANEIRO  
Papellaria Mendes — Ouvidor, 60

1942

# SUMARIO

1	Cooperativismo
5	Legião Intermediária
10	As atividades agrícolas de fazendas de criação de gado
19	As atividades agrícolas de fazendas de criação de gado
22	As atividades agrícolas de fazendas de criação de gado
24	As atividades agrícolas de fazendas de criação de gado
27	As atividades agrícolas de fazendas de criação de gado
32	As atividades agrícolas de fazendas de criação de gado
35	As atividades agrícolas de fazendas de criação de gado
40	As atividades agrícolas de fazendas de criação de gado
45	As atividades agrícolas de fazendas de criação de gado

# A LAVOURA

BOLETIM MENSAL DA SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA  
E DA CONFEDERAÇÃO RURAL BRASILEIRA

Presidente da Sociedade Nacional de Agricultura

Dr. ARTHUR TORRES FILHO

Director

Dr. ANTONIO DE ARRUDA CAMARA

Responsavel e Gerente ROBERTO DIAS FERREIRA — Redator-Secretario L. MARQUES POLIANO

Toda a correspondência deve ser dirigida para a Redação, Largo de S. Francisco, 3 — 2.º, Salas 202-6  
RIO DE JANEIRO

ANNO XLVI

RIO DE JANEIRO

Janeiro-Fevereiro de 1942

## COOPERATIVISMO

ARTHUR TORRES FILHO

*O movimento cooperativista no Brasil continua em franco e acentuado desenvolvimento, influenciando, de maneira auspiciosa, na estrutura da nossa organização econômica que se orienta no sentido de amparar o produtor, defendendo a produção.*

*Deve-se à reforma da legislação cooperativista, processada em 1938 e que de há muito vinha sendo reclamada para imprimir, dentro das disposições constitucionais, rumos seguros à política agrária do país, o progresso já alcançado.*

*Mercê da campanha iniciada por Wencesláu Belo no 2.º Congresso Nacional de Agricultura, a orientação cooperativista, na solução do problema do crédito agrícola, começou a interessar os nossos economistas e parlamentares.*

*As conclusões por êle apresentadas e ali aprovadas, constituem um remanescente histórico da agitação da idéia cooperativista no Brasil em 1908.*

*Esta já se ia objetivando então em suas primeiras tentativas, cabendo as primicias ao Estado do Rio G. do Sul com a fundação, em 1902, da Caixa Rural de Nova Petrópolis, sediada em S. Sebastião do Cat, pela iniciativa do Padre Teodoro Armstad.*

*Em 1904 era Pernambuco que, no Nordeste Brasileiro, liderava o movimento e instalava a Caixa Agrícola Cooperativa dos Agricultores de Goiana tendo como fundador o Engenheiro Corrêa de Brito, e, igualmente, a seguir as Caixas de Ipojuca Barreiros, Serinhaem e Rio Formoso.*

*Em 1908 e 1909, em São Paulo e em Minas se deu o primeiro surto de sociedades cooperativas que não conseguiram prosperar, visto se terem deixado inocular do espírito de especulação.*

*Decorre notar que o movimento vingou no Rio Grande do Sul, desde então. Sob a ação dinâmica de Plácido de Melo, em 9 de dezembro de 1911 era fundada a Caixa Central de Crédito de Nova Friburgo, federando dez Caixas Rurais inclusive a de Nova Friburgo, a primeira instalada no Estado do Rio no ano de 1908.*

*No Distrito Federal, nesse mesmo ano, foi constituída a Sociedade Cooperativa dos Chauffeurs Proprietários do Rio de Janeiro.*

*No nordeste Brasileiro, porém, só em 1923 e 1925 foi iniciada, respectivamente na Paraíba e Alagoas, pelas Inspetorias Agrícolas Federais, a grande cruzada cooperativista, com a criação das primeiras caixas e bancos que ainda hoje fortalece a economia agrícola daquela região.*

*O certo é que só ao despontar deste século, começou a semente cooperativista a germinar no território nacional, em solo não bem desbravado, dando margem a numerosos e consecutivos fracassos.*

*A obra continuou ainda na luta incessante, sob o doutrinamento de apóstolos cooperativistas e a paisagem foi to mando tintas e refletindo as solicitações ambientes da economia de cada região rural Brasileira, procurando satisfazer os seus acenios mais urgentes.*

Como toda a idéia nova a cooperativista teve de enfrentar dificuldades resultantes da indiferença e incompreensão.

Em seguida às cooperativas de crédito, inauguradas no Rio Grande do Sul e Nordeste, onde prosperam, apareceram as de consumo, nos meios operários e ferroviários, para só, depois de 1930, se organizarem as de produtores agrícolas.

A lei 1637, de 5 de janeiro de 1907, que, embora imperfeitíssima, imprimiu a primeira orientação ao cooperativismo, foi, em 19 de dezembro de 1932 revogada e substituída pelo decreto 22.239, que definiu a diferença entre as sociedades cooperativas e as anônimas, dando às primeiras forma jurídica sui generis.

Com o movimento revolucionário de 1930, houve um choque de doutrina donde os decretos 23.611 de 20 de dezembro de 1933 e 24.647, de 10 de julho de 1934 que subordinaram aquelas entidades a órgãos de controle, denominados Consórcios Profissionais Cooperativos.

Muitas cooperativas entraram, então, em crise e lutas estêreis, com um reflexo pernicioso à criação de novas entidades.

Mas foi, em boa hora, proclamado o Estado Novo e a Carta Constitucional, de 10 de novembro de 1937 consagrou o livre direito de associação e deu ao cooperativismo a função que lhe cabia, como foram de organização econômica, sem antagonismos quaisquer com o sistema corporativismo que o regimen instituiu.

E as aspirações de centenas de cooperativas que clamavam por autonomia, foram satisfeitas pela sanção do decreto lei 581 de agosto de 1938, revogando o decreto n.º 24.647 e revigorando, com modificações, o 22.239, de 19 de dezembro de 1932.

Reconhecidas como células dinâmicas na economia nacional, passaram, por isso mesmo, aquelas sociedades a experimentar a fiscalização do Estado Novo, sendo tornado obrigatório o seu registro como condição de funcionamento.

Conforme a sua natureza ficou essa fiscalização cabendo, para as agrícolas de qualquer categoria e para as escolares, ao Ministério da Agricultura; para as de consumo, ao Ministério do Trabalho; e para as de crédito popular ou urbano, ao Ministério da Fazenda.

Para melhor ficasse entrosada a ação da União e dos Estados, no que concerne à propaganda e à fiscalização das cooperativas em todo o território nacional, foi estabelecido o regimen de acordos, já firmados com os Estados de São Paulo, Pernambuco, Paraná, Baía, Rio Grande do Sul, Ceará, Minas Gerais, Santa Catarina e Rio de Janeiro.

Não há dúvida que a boa execução de tais acordos será de relevantes e recíprocos proveitos.

A visão aguda do Presidente Vargas de há muito pressentiu o papel que está reservado ao cooperativismo na resolução do grande problema que constitui o fortalecimento da economia nacional, a organização da vida rural e o fornecimento de capital.

"A falta de crédito para o agricultor, já afirmou o Chefe do Governo em seu discurso de 10 de novembro, constitui a causa principal da anemia de quasi todas as nossas indústrias agrícolas".

"Julgo oportuno acentuar que, nas condições especiais de nossa economia, os benefícios do crédito agrícola só poderão generalizar-se através de uma vasta rede de cooperativas de produção, já iniciada com evidentes vantagens sob a orientação dos poderes públicos".

"Asim apelo para os agricultores, concitando-os a se agremiarem em organizações dessa natureza por que além de assegurarem ao capital aplicado as garantias indispensáveis, facilitarão a grande obra de assistência governamental".

Essa é a palavra de ordem, e, nem os agricultores, nem os dirigentes estaduais têm sido surdos a esse patriótico apelo.

Haja visto o número de sociedades, de então para cá organizadas; sirva de exemplo a grande obra que, nesse particular, vem construindo Rio Grande do Sul, S. Paulo, Minas Gerais, Pernambuco, Paraíba, Rio Grande do Norte, Santa Catarina e Ceará.

Temos a impressão de que o secular e sempre momentoso problema do crédito agrícola no Brasil encontrou o seu grande Patrono e solucionador.

Ao mesmo tempo em que o ataca corajosamente, promovendo a criação da Carteira de Crédito Agrícola do Brasil, dá mão forte ao cooperativismo, fazendo-lhe o panegírico.

Os efeitos da Carteira já se fazem experimentar na economia nacional, quer no setor industrial, quer no agrícola, onde se operou uma concessão de crédito de 98.000 contos em 1938, 295.000 em 1939 e 340.785 em 1940.

O desdobramento percentual foi, de 82%, 80% e 87% para fins rurais ou sejam 80.000, 236.000 e 297.243 contos, respectivamente.

Foram concedidos 9.308 empréstimos rurais, sendo 4.388 entre 25\$0\$000 a 20:000\$000, 3.749 entre 20:000\$000 a 100:000\$000 e 1.171 superiores a 100:000\$000.

Examinando-se essas cifras é que poderemos aquilatar do papel extraordinário que caberá ao cooperativismo desempenhar se tivermos em vista a assistência ao pequeno agricultor, isto é, ao sitiante, operário rural, foreiro, chacareiro, etc., sendo certo que no nordeste, especialmente, são eles os principais fatores da produção agrícola.

"Atravez das organizações cooperativistas, diz o Dr. Souza Melo, se processaria a irrigação do crédito, de forma a chegar ao pequeno produtor em condições ajustadas às suas necessidades e possibilidades, ao mesmo tempo atendendo as condições sociais".

É fácil a demonstração deste asserto si estabelecermos um ligeiro confronto entre o valor total de empréstimos realizados pelas cooperativas paraibanas, pernambucanas, potiguaras e gauchos, abaixo enumerados e relativos ao ano de 1939.

ESTADOS	n.º de empréstimos	Valor
Paraíba . . . . .	17.964	27.999:378\$500
Pernambuco . . . . .	7.065	5.565:911\$700
Rio Grande do Norte . . . . .	3.113	5.574:591\$500
<b>TOTAL . . . . .</b>	<b>28.142</b>	<b>38.139:881\$700</b>

Valor médio geral de cada empréstimo: 1:390\$800.

A importância total emprestada, no mesmo ano, pelas caixas rurais do Rio Grande do Sul atingiu a quantia de 28.516:342\$000, não sendo conhecido o número total dos empréstimos. Pelo exame, entretanto, de 685 contratos apreciados, na importância de 2.821:177\$000, verifica-se que o valor médio de cada um deles não excedeu de Rs. 4:118\$500.

Evidente, assim, que necessitando o crédito agrícola ter penetração profunda no território nacional, e, sendo um dos pontos capitais de sua aplicação um número suficiente de agências que o Banco do Brasil não poderá, com economia, instalar, é bem de ver que a sua rede de distribuição só poderá ser constituída pela instalação de cooperativas em cada município Brasileiro.

E, repitamos aqui, o pequeno agricultor, homem rude e acanhado que não sabe entrar em um banco, sentir-se-á, tratando-se de uma cooperativa, em sua própria casa, sendo aí melhor, conhecido de seus dirigentes pelo contacto mais íntimo e pelo cadastro levantado.

Reforcemos ainda o que acabamos de dizer com nova ordem de considerações e esclarecimentos, detalhando linhas abaixo a situação e o movimento do cooperativismo no Brasil, baseados em dados positivos referentes a 1939.

Quanto ao exercício de 1940 é impossível fornecer elementos definitivos a execução daqueles relativos ao número de cooperativas registradas, capital mínimo e número de associados. O movimento financeiro dessas entidades, só após o encerramento de seus balanços poderão ser apreciados.

O cooperativismo é uma escola de solidariedade e ajuda mútua; ele tem valor construtivo inegalável.

Por seu intermédio a economia dos povos submete-se a uma disciplina voluntária com benefícios reais e recíprocos para o individuo e para a coletividade.

A obra espontânea, repontada no ambiente humilde dos pioneiros de Rochdale, extirpado de artificialismo, cristalizou princípios básicos que a sabedoria dos homens até hoje não conseguiu modificar.

No que toca ao Brasil, agora, quando o cooperativismo toma vulto, em extensão e em profundidade, em todos os setores econômicos, conquistando todos os rincões do território nacional, é tempo de se lhe dispensar orientação e assistência, competindo ao Estado exercer, em forma de propaganda inteligente e contínua, ação orientadora.

*É preciso, pela educação, neutralizar a indiferença do povo e vencer a resistência oposta ao seu desenvolvimento.*

*A assistência ininterrupta do Poder Público junto as entidades cooperativas, fiscalizando suas atividades, impedirá disvirtuamentos que levam a insucessos e fracassos.*

*Releva, entretanto, acentuar que o Estado deve exercer o seu papel tutelar, indiretamente.*

*Essa é a medida aconselhada e ento da lei e que a letra estatutária seja respeitada, predominando o verdadeiro espírito de cooperação entre os associados, não há fracassos a temer.*

*Muitas associações, apenas por falta de orientação e assistência técnica e contábil, se desviam de suas diretrizes, fracassando.*

*É urgente a criação de um corpo numeroso de auxiliares encarregados de orientar a contabilidade das cooperativas, de inspecioná-las periodicamente, examinando-lhes as contas, fazendo-lhes conferência de saída e de documentos e promovendo a dissolução e liquidação, na forma da lei, daquelas que não lograram a se firmar*

*Essa é a medida aconselhada e não a interferência direta nos atos administrativos das sociedades cooperativas.*

*Estamos certos que o cooperativismo assim triunfará e para que a sua marcha se torne empolgante resta ainda regulamentar, consolidando, os favores e isenções a que tem direito.*

*Interessante é por em evidência a marcha do cooperativismo Brasileiro.*

*A obra que está sendo realizada no Brasil, mau grado a incompreensão e indiferença da maioria dos observadores, é grandiosa e uma notícia sobre a mesma deve ser setorizada para melhor apreciação.*

---

---

# Confederação Rural Brasileira

Instituição composta de associações agrícolas de todo  
o Brasil, mantendo representação  
permanente da classe junto do Conselho Federal  
do Comércio Exterior

Séde: Largo de S. Francisco 3, 2.º, Salas 202/206

---

---

# Herança intermediária

Engenheiro-Agrônomo

Geraldo Goulart da Silveira

Professor ct. da Esc. Hort. "Wenceslau Bello"

Nos exemplos citados nos capítulos anteriores estudamos o caso da dominância perfeita, isto é, em que um dos membros do par alelomorfo (o dominante), impede, na primeira geração, a exteriorização do outro membro (o recessivo).

As numerosas experimentações que vêm sendo feitas desde a descoberta dos magistrais

lomorfo (o dominante), apresentam, ao contrário, um caracter novo, intermediário entre ele e o seu recessivo.

Tal fato tem sido verificado principalmente, em se tratando da coloração dos pétalos das flores de muitos vegetais.

Entre outros, podemos lembrar como os mais citados, o caso da boca de leão (Antirrhinum

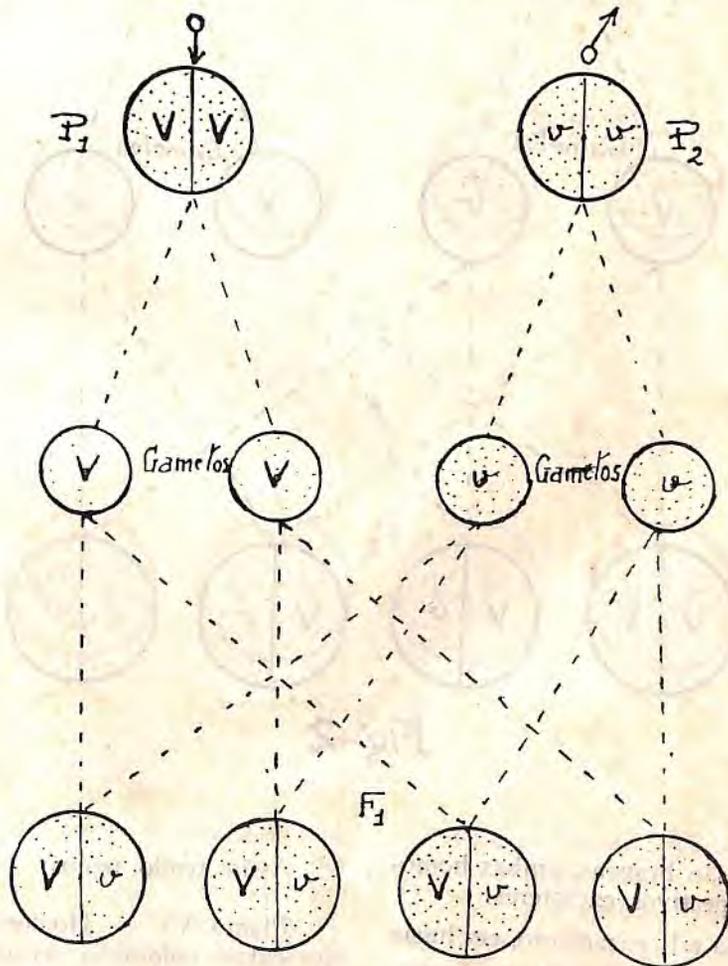


Fig 1

trabalhos de Mendel, vieram demonstrar que, em certos cruzamentos a dominância não é perfeita, pois, os indivíduos que surgem na primeira geração, em lugar que apresentarem, fenotipicamente, um só membro do par ale-

lomorfo (o dominante), apresentam, ao contrário, um caracter novo, intermediário entre ele e o seu recessivo.

Em todos os casos em que os indivíduos da primeira geração apresentam um caracter

intermediário entre os dois membros do par alelomorfo, trata-se de uma herança, intermediária, isto é, de uma dominância imperfeita.

Exemplifiquemos a questão explicando o cruzamento da boca de leão cuja corola, apresenta os pétalos vermelhos, com outra varie-

pois, todas as vezes que o genótipo possui, ao mesmo tempo os dois membros do par alelomorfo, o fenótipo é intermediário entre eles.

Representemos por "V" a coloração vermelha dos pétalos da boca de leão, e por "v", a coloração branca.

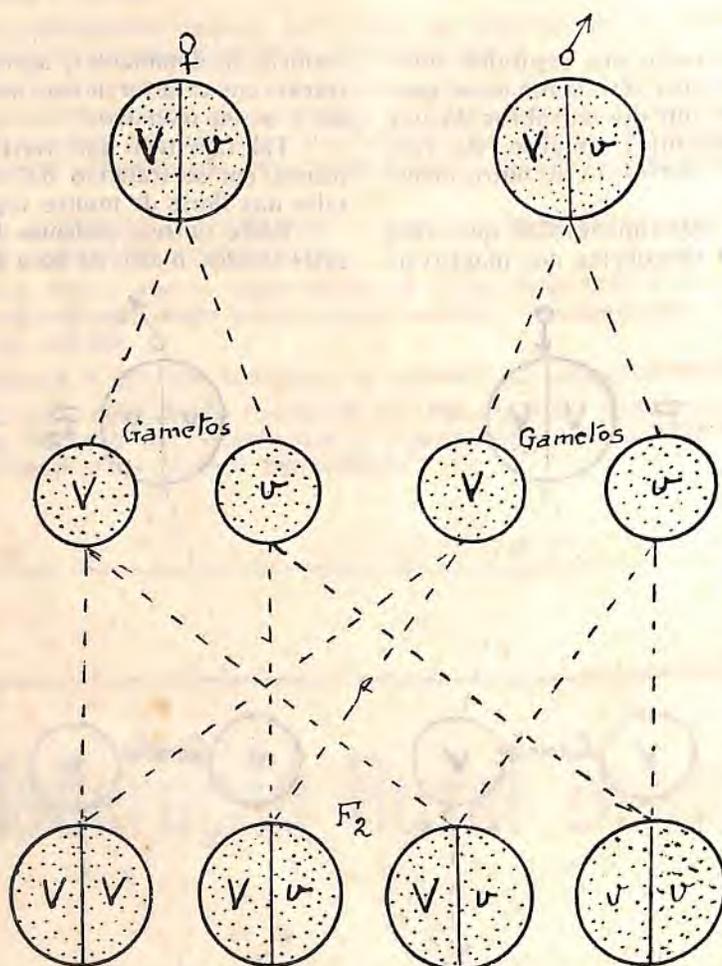


Fig. 2

dade cujos pétalos são brancos, ambas homozigotas para os respectivos caracteres.

Quando se realiza tal cruzamento, em lugar dos indivíduos da primeira geração apresentarem, aparentemente um só carácter (vermelho ou branco, conforme fosse a dominância), todos eles apresentam pétalos róseos, isto é, a coloração é intermediária entre o vermelho de um dos genitores e o branco do outro.

Trata-se portanto, como dissemos acima, de um caso típico de herança intermediária,

Assim sendo, temos:

Planta VV — Homozigota e os pétalos apresentam coloração vermelha.

Planta vv — Homozigota e os pétalos apresentam coloração branca.

De acôrdo com o que já ficou explicado nos capítulos anteriores, as plantas do tipo VV darão gametos com a carga greminal "V", da mesma forma que as do tipo "vv" darão gametos com a carga "v".

Vejam os agora, através da fig. 1, o aspecto dos indivíduos da primeira geração.

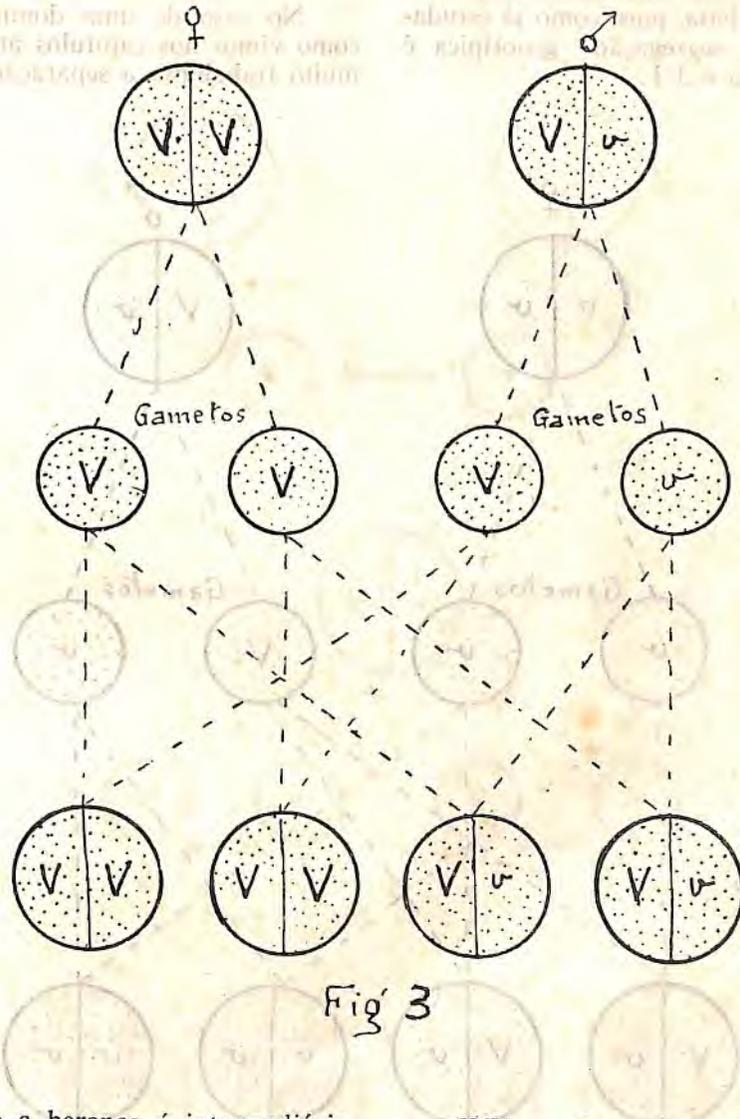
Observando-se o esquema verifica-se que todas as plantas apresentam genótipo Vv e, portanto, fenotipicamente com pétalos róseos.

Do exposto, conclue-se,

realizar o cruzamento de dois deles, pois apresentam todos o mesmo genótipo, isto é, "v".

Vejam os, portanto, através da fig. 2, o aspecto dos indivíduos da segunda geração.

Observando-se o esquema verifica-se que se formam os seguintes genótipos:



“Quando a herança é intermediária, do cruzamento de dois indivíduos homozigotos, cada um deles contendo um dos membros de um par aleomorfo, resultam, na primeira geração, 100% de indivíduos heterozigotos com o fenótipo intermediário entre o dos dois genitores”.

Vejam os agora qual o aspecto da segunda geração.

De acordo com o que já sabemos, para o estudo da segunda geração basta autofecundar um indivíduo da primeira geração, ou então,

IVV — planta homozigota, cujos pétalos são vermelhos.

2Vv — planta heterozigota, cujos pétalos são róseos.

lvv — planta homozigota cujos pétalos são brancos.

isto é:

25% de plantas homozigotas de pétalos vermelhos.

50% de plantas heterorizotas de pétalos róseos.

25% de plantas homozigotas de pétalos brancos.

Como vemos, a segregação fenotípica em tal caso, em lugar de ser 3:1 como acontece no caso de dominancia perfeita, é 1:2:1.

Ainda mais.

Quando a herança é intermediária a segregação genotípica é igual á segregação fenotípica (1:2:1) o que não acontece quando a dominancia é perfeita, pois, como já estudamos, neste caso, a segregação genotípica é 1:2:1 e a fenotípica é 3:1.

intermediário e do caracter do outro genitor, na proporção de 1:2:1”.

Durante os trabalhos de genética, o caso de uma herança intermediária facilita muito a separação dos indivíduos homozigotos e heterozigotos, porquanto os segundos apresentam sempre a expressão fenotípica intermediária entre as dos dois genitores.

No caso de uma dominancia perfeita, como vimos nos capítulos anteriores, torna-se muito trabalhosa a separação de homozigotos

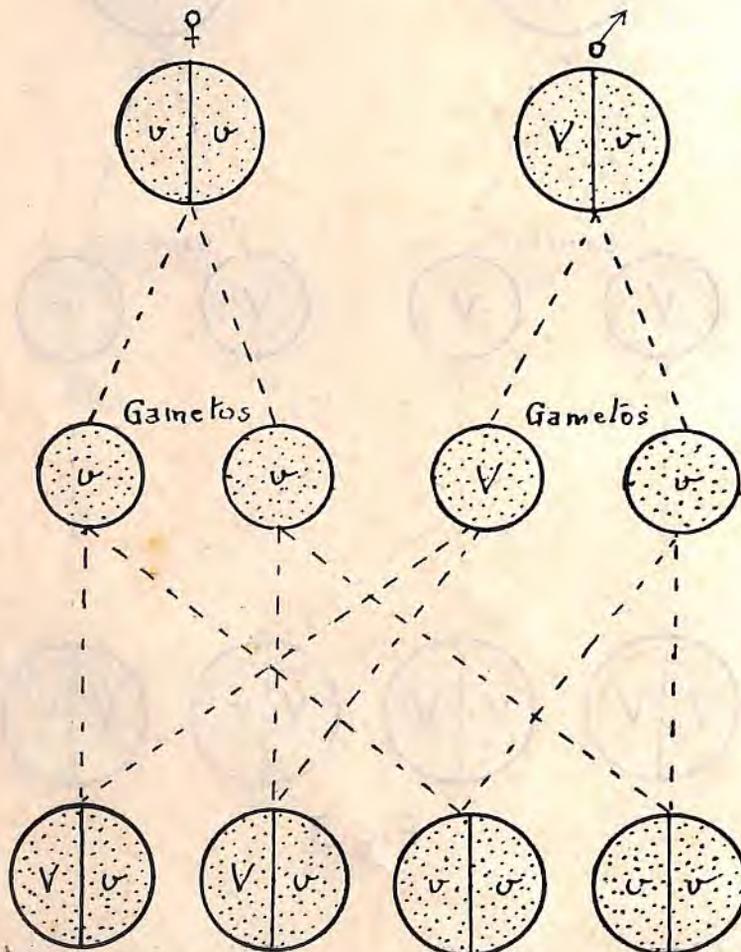


Fig 4

Do exposto podemos concluir:

“Quando a herança é intermediária, do cruzamento de dois indivíduos heterozigotos, contendo cada um deles dois membros diferentes do mesmo por aleomorfo, resultam indivíduos com as expressões do caracter de um dos genitores, de um dos genitores, de um caracter in-

e heterozigotos porquanto, o fenótipo não pode fornecer nenhuma indicação segura tal como no caso da herança intermediária, uma vez que os homozigotos dominantes são, fenotípicamente semelhantes aos heterozigotos.

A separação só pode ser feita então por intermédio de autofecundação e o exame dos indivíduos delas provenientes, pois:

a) si os indivíduos fossem todos semelhantes, trata-se de uma planta homozigota.

b) si aparecerem vários tipos, será heterozigota.

Tudo posto, vejamos agora o que resulta do cruzamento de um dos indivíduos heterozigotos obtidos na primeira geração com cada um dos genitores.

Temos dois casos a considerar.

2Vv — planta homozigota cujos pétalos são róseos.

Fenotipicamente existem, portanto, 50% de indivíduos cuja corola é vermelha e 50% cuja corola é rósea.

2.º caso — Cruzamento de uma planta heterozigoto Vv com outra vv.

Observando-se o esquema da fig. 4 verifica-se que se formam dois tipos de genótipos:

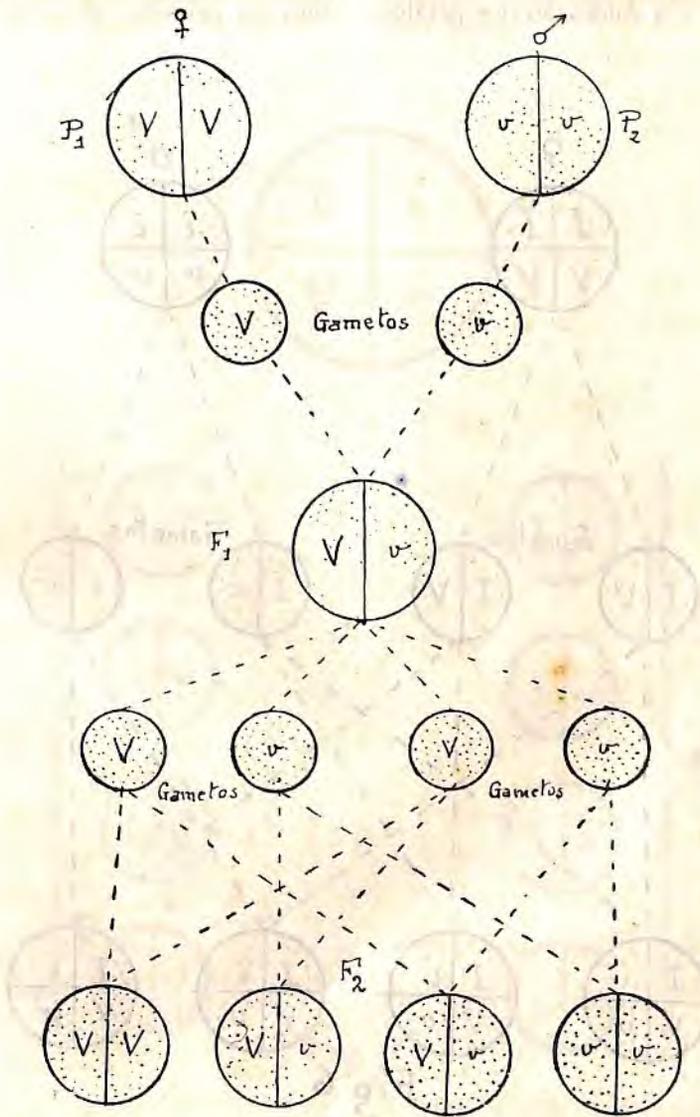


Fig 5

1.º caso — Cruzamento de uma planta heterozigota Vv com outra VV.

Observando-se o esquema da fig. 3 verifica-se que se formam dois tipos de genótipos :

2VV — planta homozigota cujos pétalos são vermelhos.

2Vv — planta heterozigota cujos pétalos são róseos .

2vv — planta homozigota cujos pétalos são brancos.

Fenotipicamente existem, portanto, 50% de indivíduos cuja corola é rósea e 50% cuja

corola é branco. Na fig. 5 se acham esquematizadas a F1 e a F2.

*Duplo par de caracteres alelomorfos independentes, um com dominancia perfeita, outra com herança intermediária*

Entre outros, este caso foi bem estudado no cruzamento de boca de leão em consideração o tipo de corola e a coloração dos pétalos.

da corola domina completamente o tipo regular ou actinomorfo, ao passo que, relativamente á coloração dos pétalos a herança é intermediária, resultando, portanto, do cruzamento de plantas com pétalos vermelhos com outras possuindo pétalos brancos, indivíduos cujos pétalos são róseos.

Considerando que existe uma independência de caracteres, é facil, de acordo com o que já sabemos, dizer qual o aspecto dos indivíduos da primeira geração.

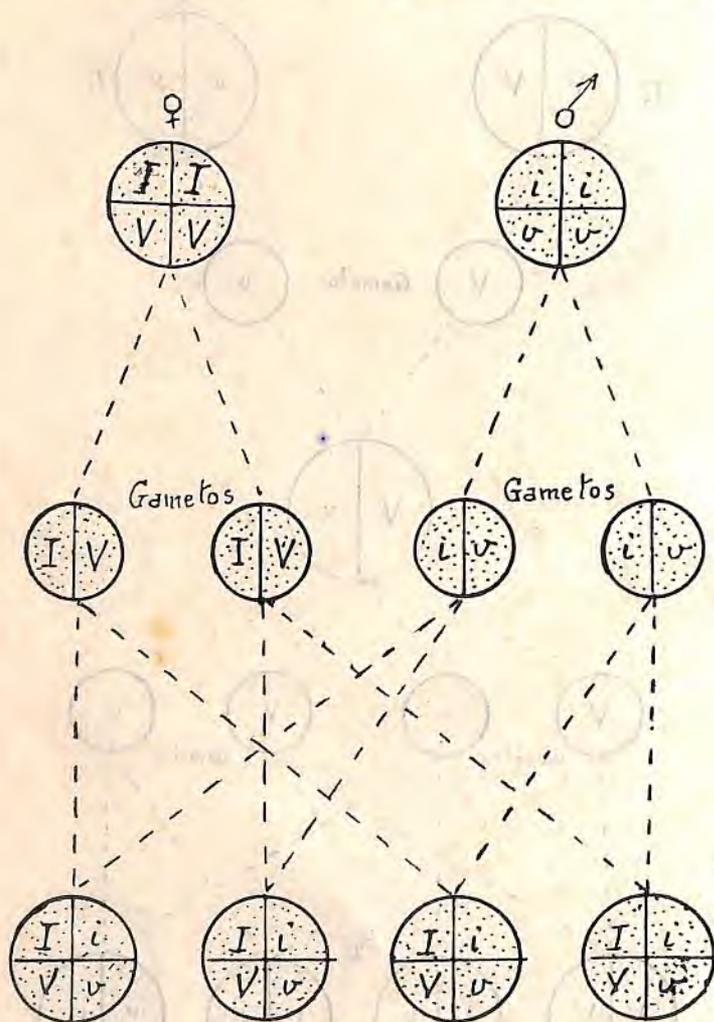


Fig 6

Relativamente ao tipo de corola todos sabem que existem variedades com corola irregular (normal) e com corola regular (polórica), e, quanto á coloração, existem variedades cujos pétalos são vermelhos e outras cujos pétalos são brancos.

Pelos inúmeros cruzamentos feitos, ficou constatado que o tipo irregular ou zigomorfo

“Do cruzamento de bocas de leão cujas corolas são vermelhas e irregulares com outras cujas corolas são brancas e regulares, resultam, na primeira geração, exclusivamente indivíduos cujas corolas são irregulares e de coloração rósea”.

Se pesquisarmos a segunda geração veremos que aparecerá uma nova segregação fe-

notípica: 6:3:3:2:1:1, como, teremos oportunidade de verificar mais adiante.

Na realidade, esta nova relação nada mais é do que uma variante da segregação 9:3:3:1, já estudada.

Vejamos, inicialmente, a primeira geração.

Representando por "I" o tipo irregular de corola e por "V" a coloração vermelha dos pétalos, teremos que designar o tipo regular de corola por "i" e a coloração branca dos pétalos por "v".

De acôrdo com o que já sabemos as plantas IIVV darão gametos com a carga germinal IV, da mesma forma que as do tipo iivv, darão gametos com a carga iv.

Vejamos, através da fig. 6, o aspecto da primeira geração.

Observando-se o esquema verifica-se que todas as plantas apresentam genótipo IiVv, e, portanto, são heterozigotos.

Fenotipicamente são todas elas de corola irregular e pétalos róseos, como dissemos linhas acima.

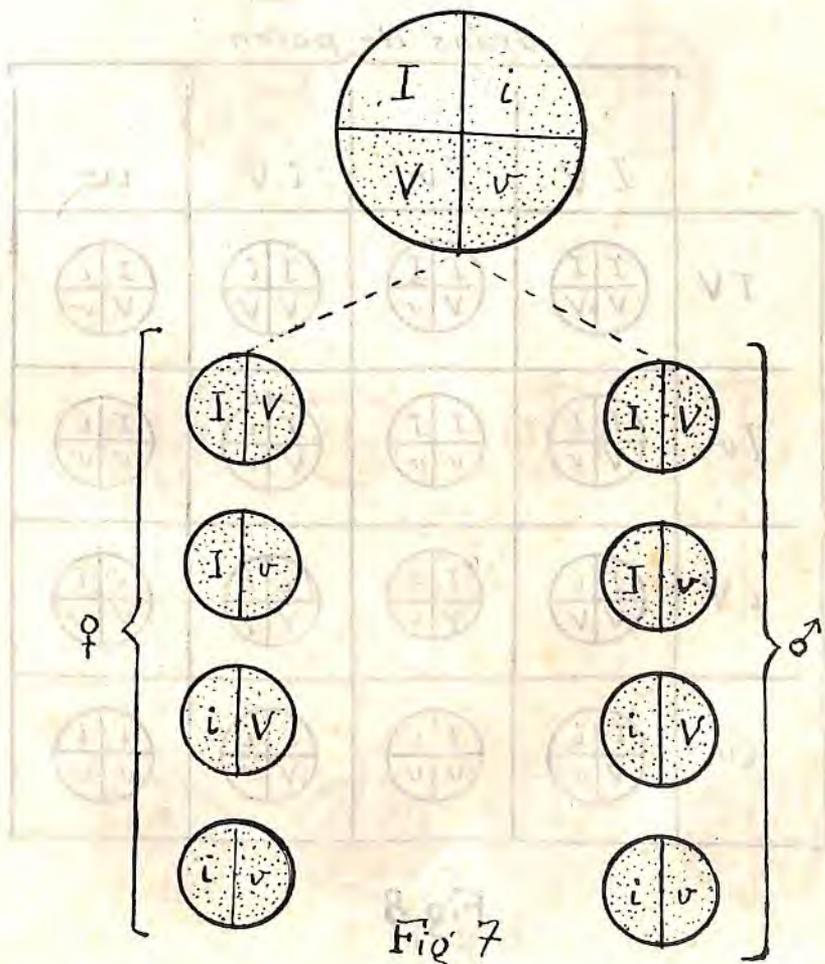


Fig 7

Assim sendo, temos que:

- a) Genótipo de corola irregular é Ii
- b) Genótipo de corola regular é ii
- c) Genótipo de pétalos vermelhos é VV
- d) Genótipo de pétalos brancos é vv e, da mesma forma, que:

IIVV — representa uma planta cuja corola é irregular e os pétalos são vermelhos.

iivv — representa uma planta cuja corola é regular e os pétalos são brancos.

Vejamos agora qual o aspecto da segunda geração.

Para isso basta cruzar duas plantas do tipo IiVv, obtidas na Fl.

Essas plantas darão os seguintes gametos:

Ovulos: IV, Iv, iV e iv.

grãos de pólen IV, Iv, iV e iv.

conforme se encontra esquematizado na figura 7.

Façamos um quadro de todas as combinações possíveis entre os gametos (fig. 8).

Grupando as 16 combinações de acordo com os seus diferentes genótipos, achamos:

1 IIVV — planta cuja corola é irregular e os pétalos vermelhos.

2 IIVv — planta cujas corolas são irregulares e os pétalos róseos.

2 IiVV — plantas cujas corolas são irregulares e os pétalos vermelhos.

4 IiVv — plantas cujas corolas são irregulares e os pétalos róseos.

1 Iivv — planta cuja corola é irregular e os pétalos brancos.

3 plantas cujas corolas são irregulares e os pétalos vermelhos.

3 plantas cujas corolas são irregulares e os pétalos brancos.

2 plantas cujas corolas são regulares e os pétalos róseos.

1 planta cuja corola é regular e os pétalos vermelhos.

1 planta cuja corola é regular e os pétalos brancos.

isto é, a segregação fenotípica 6:3:3:2:1:1.

O exame detalhado desta relação revela que, apesar de aparentemente afastar-se da relação obtida por Mendel, ela está perfeita-

Grãos de polen

	IV	Iv	iV	iv
IV				

óvulos

Fig 8

2 Iivv — plantas cujas corolas são irregulares e os pétalos brancos.

2 iiVv — plantas cujas corolas são regulares e os pétalos róseos.

1 iiVV — planta cuja corola é regular e os pétalos vermelhos.

1 iivv — planta cuja corola é regular e os pétalos brancos.

Grupando agora as plantas obtidas de acordo com os diferentes fenótipos, acham:

6 plantas cujas corolas são irregulares e os pétalos róseos.

mente enquadrada nela, pois que é apenas um caso particular.

Senão vejamos.

Verificando a relação para cada fator separadamente, achamos:

12 plantas com corolas irregulares

4 plantas com corolas regulares

isto é, 12:4 ou 3:1 (relação da dominancia perfeita).

4 plantas com pétalos vermelhos

8 plantas com pétalos róseos

4 plantas com pétalos brancos

isto é 4:8:4 ou 1:21 (relação da herança intermediária)

A porcentagem de cada fenótipo é:

- 37,50% — corolas irregulares e róseas
- 18,75% — corolas irregulares e vermelhas
- 18,75% — corolas irregulares e brancas
- 12,50% — corolas regulares róseas
- 6,25% — corolas regulares vermelhas
- 6,25% — corolas regulares brancas.

Isto posto, passemos agora á outras considerações.

Através do esquema de fig. 9 podemos observar que, em tal caso, aparecem três tipos de genótipos:

1 IIVV — homozigoto para ambos os caracteres, representando corola irregular de pétalos vermelhos.

2 IIVv — homozigoto para o tipo de corola e heterozigoto para a coloração dos pétalos. Fenotipicamente a corola é irregular e os pétalos róseos.

3 IiVv — homozigoto para ambos os caracteres, representando uma corola irregular de pétalos brancos.

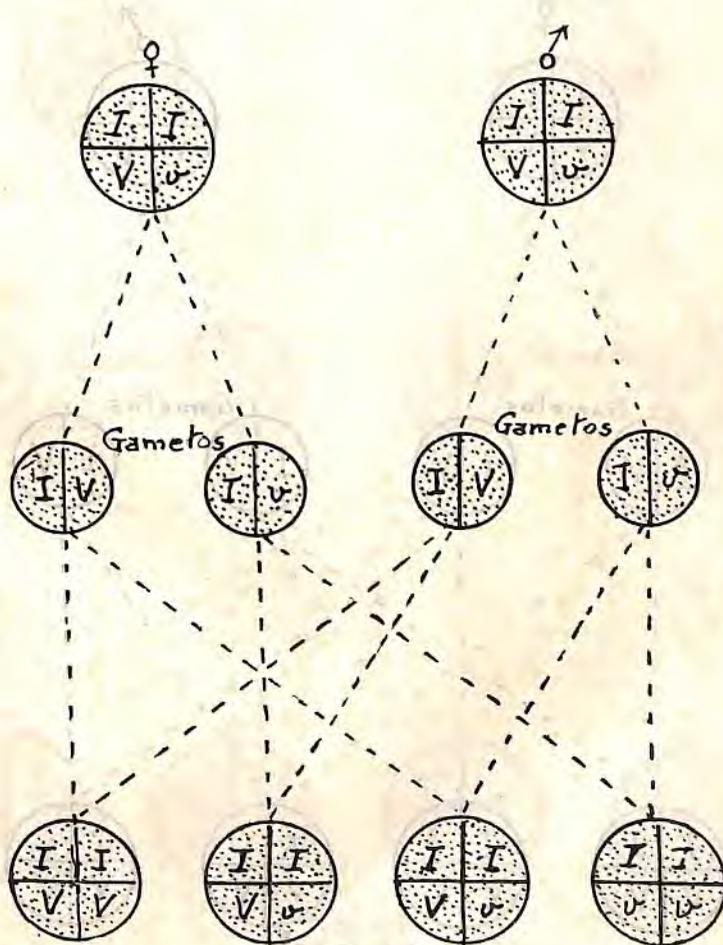


Fig 9

Conforme já sabemos, a autofecundação dos indivíduos homozigotos (IIVV, IiVv, iiVV e iivv) dará sempre indivíduos iguais á eles ,ao passo que a dos indivíduos heterozigotos dará relações diversas de acordo com diferentes genótipos.

1.º caso — Autofecundação de um indivíduo cujo genótipo é IIVv.

Como vemos, a corola é sempre irregular, aparecendo as três colorações dos pétalos na proporção de 25% de vermelhas, 50% de róseas e 25% de brancas.

2.º caso — Autofecundação de um indivíduo cujo genótipo é IiVV.

Conforme está esquematizado na fig. 10, da autofecundação de indivíduos do tipo IiVV, surgem 3 modalidades de genótipos:

1 IIVV — Homozigoto para ambos os caracteres, representando flores de corolas irregulares e pétalos vermelhos.

2 IiVV — Heterozigoto para o tipo de corola e homozigoto para a coloração dos pétalos. Fenotipicamente a corola é irregular e os pétalos são vermelhos.

1 iiVV — Homozigoto para ambos os caracteres, representando flanco de corola regulares e pétalos vermelhos.

Como vemos, quando se realiza a auto-

4.<sup>o</sup> caso — Autofecundação de um indivíduo cujo genótipo é Iiivv.

Através do esquema da fig. 11 podemos verificar que se formam três tipos de genótipos:

1 Iiivv — Homozigoto para ambos os caracteres, representando flores de corolas irregulares e pétalos brancos.

2 Iiivv — Heterozigoto para o tipo de corola e homozigoto para a coloração dos

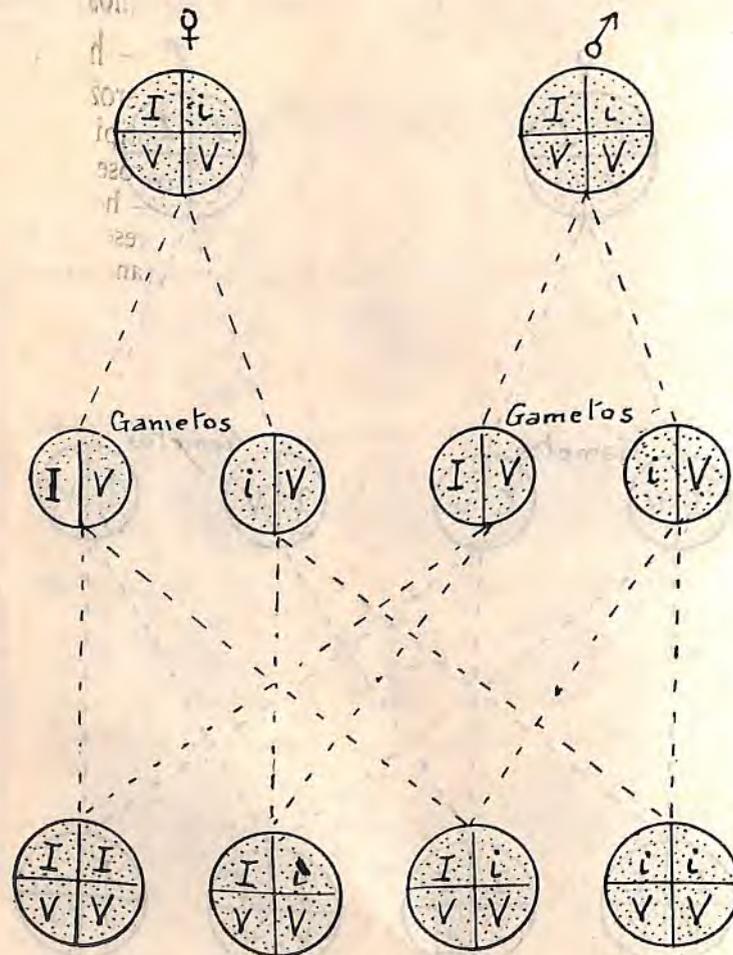


Fig. 10

fecundação de um indivíduo com tal carga germinal as flores apresentam sempre pétalos de coloração vermelhas, existndo 75% cujas corolas são irregulares e 25% que possuem corolas regulares.

3.<sup>o</sup> caso — Autofecundação de um indivíduo cujo genótipo é IiVv.

A relação obtida é 6:3:3:2:1:1, já estudada.

pétalos, representando flores de corolas irregulares e pétalos brancos.

1 iivv — Homozigoto para ambos os caracteres, representando flores de corolas regulares e pétalos brancos.

Como vemos, em tal caso, as flores apresentam sempre pétalos brancos, sendo que 75% delas possuem corola irregular e 25% corola regular.

5.º caso — Autofecundação de um indivíduo cujo genótipo é  $iiVv$ .

Através do esquema da fig. 12, podemos observar que se formam três tipos de genótipos.

1  $iiVV$  — Homozigoto para ambos os caracteres, representando flores de corolas regulares, e pétalos vermelhos.

2  $iiVv$  — Homozigoto para o tipo de co-

Vejam agora: o aspecto dos indivíduos provenientes do cruzamento de uma planta da F1 com cada um dos genitores P1 e P2 dessa mesma F1.

1 caso — Cruzamento de uma planta da F1 com o P1 (dominante).

Por intermédio do esquema da fig. 13 podemos verificar que, em tal caso, se formam quatro tipos de genótipos:

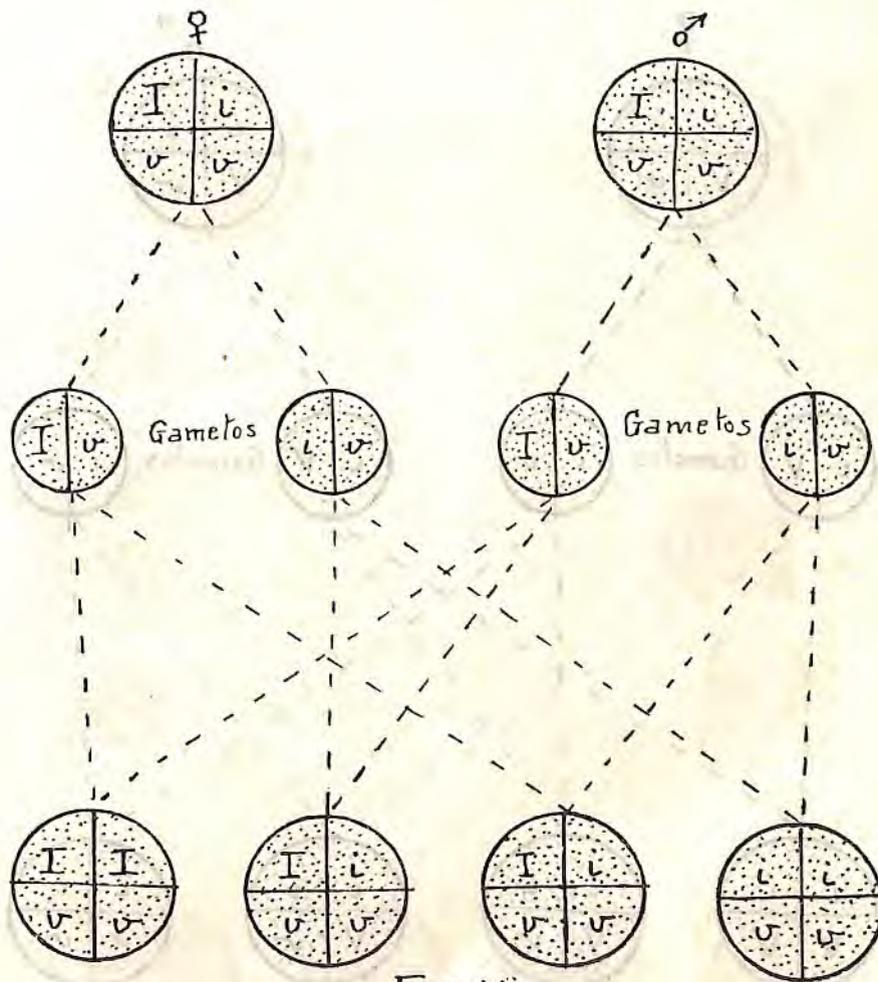


Fig 11

rola e heterozigoto para a coloração dos pétalos, representando flôres cujas corolas são regulares e os pétalos róseos.

1  $iiivv$  — Homozigoto para ambos os caracteres, representando flores cujas corolas são regulares e os pétalos brancos.

Quando se realiza tal autofecundação, portanto, todas as flores serão corolas regulares, aparecendo todas as três colorações possíveis dos pétalos, na proporção de 25% de vermelhos, 50% de róseos e 25% de brancos.

$IIvV$  — Homozigoto para ambos os caracteres, representando flores de corolas irregulares e pétalos vermelhos.

$IiVv$  — Homozigoto para o tipo de corola e heterozigoto para a coloração dos pétalos, representando flores de corola irregulares e pétalos róseos.

$IiVv$  — Heterozigoto para o tipo de corola e heterozigoto para a coloração dos pétalos, representando flores de corolas irregulares e pétalos vermelhos.

$IiVv$  — Heterozigoto para ambos os caracteres, representando flores de corolas irregulares e pétalos róseos

Como vemos, todas as plantas apresentam corolas irregulares, sendo que 50% delas possuem pétalos vermelhos e 50%<sup>o</sup>, pétalos róseos.

*II caso* — Cruzamento de uma planta de uma planta da F1 com o P2 (recessivo).

$iiVv$  — Homozigoto para o tipo de corola e heterozigoto para a coloração dos pétalos, representando flores cujas corolas são regulares e os pétalos róseos.

$iivv$  — Homozigoto para ambos os caracteres, representando flores cujas corolas são regulares e os pétalos brancos.

Como vemos, 50% das plantas possuem flores com corolas irregulares, sendo que me-

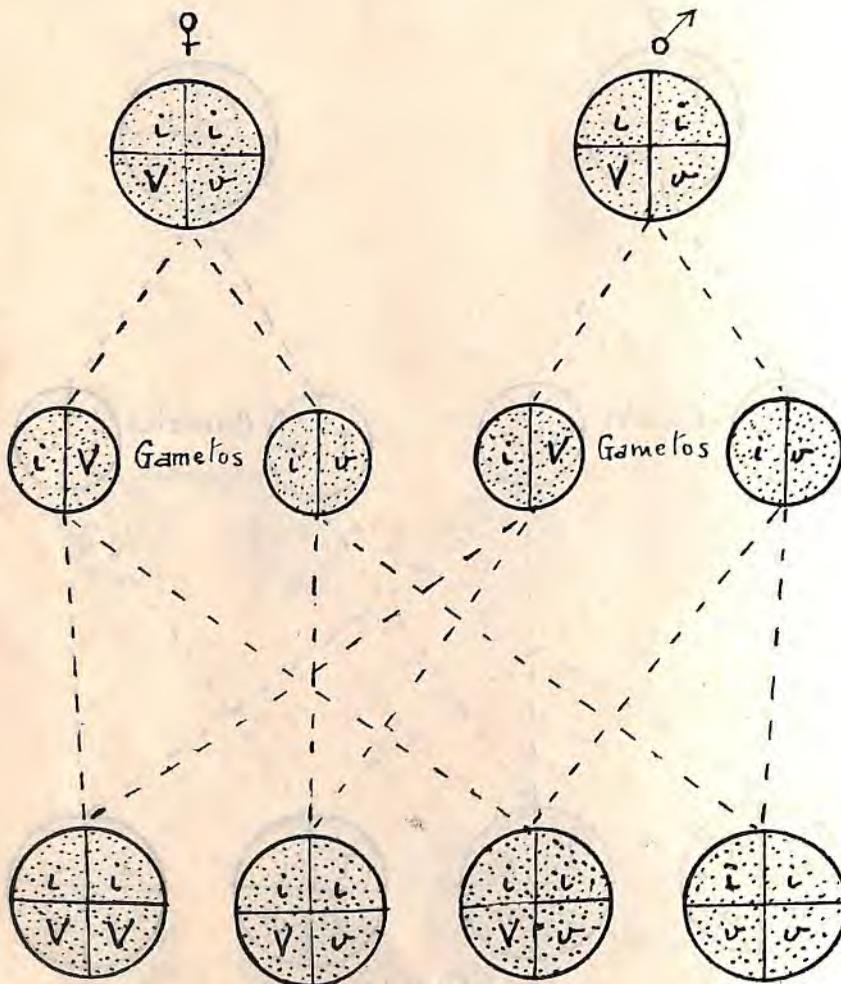


Fig 12

Por intermédio do esquema da fig. 14, podemos verificar que em tal caso se formam quatro tipos de genótipos.

$IiVv$  — Heterozigoto para ambos os caracteres, representando flores de corolas irregulares e pétalos róseos.

$iivv$  — Heterozigoto para o tipo de corola e homozigoto para a coloração dos pétalos, representando flores de corolas irregulares e pétalos brancos.

tade delas de pétalos brancos e metade róseas e 50%<sup>o</sup> cujas corolas são regulares, das quais, também, metade róseas e metade brancas.

*Vocabulário dos termos técnicos empregados*

*Autofecundação* — Fecundação de um óvulo pelo polen da mesma flor hermafrodita que o produziu.

*Corola* — Segundo verticilo floral —

Conjunto de folhas modificadas chamadas pétalos.

*Corola actinomorfa* — O mesmo que corola regular.

*Corola irregular* — Corola cujos pétalos são simplesmente simétricos em relação ao plano que passa pelo eixo da flor.

*Corola regular* — Corola cujos pétalos são simétricos em relação ao eixo da flor.

...*Corola zigomorfa* — O mesmo que corola irregular.

*Fenótipo* — O que o indivíduo aparenta ser.

*Flor* — Aparelho reprodutor dos vegetais fanerógamos.

*Gameto* — Célula sexual, haploide, masculina ou feminina.

*Gameto feminino* — Nos vegetais fanerógamos o gameto feminino é a oosfera.

*Gameto masculino* — Nos vegetais fanerógamos o gameto masculino é o anterozoide, proveniente do núcleo reprodutor do grão de polen.

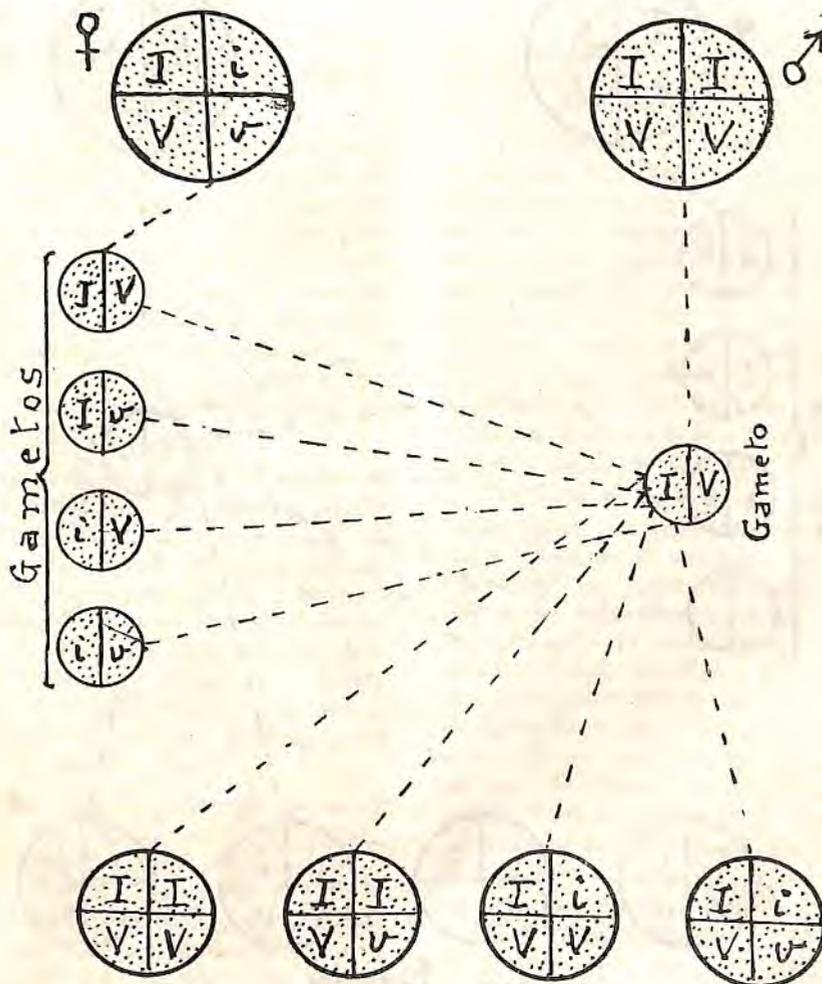


Fig 13

*Dominancia perfeita* — É aquela em que um membro de um par alelomorfo, encobre completamente o outro na primeira geração.

*Dominante* — Caracter aparente na primeira geração — É o membro do par de caracteres alelomorfos que encobre o outro, quando estão reunidos.

*Genótipo* — É o conjunto de gens que um indivíduo possui — O genótipo representa o que o indivíduo é, na realidade.

*Herança intermediária* — Modalidade de herança na qual os indivíduos da primeira geração apresentam caracter intermediário entre os dois membros do par alelomorfo, isto é, na qual a dominancia é imperfeita.

*Heterozigoto* — O mesmo que impuro — Os indivíduos heterozigotos resultam da união de gametos de qualidade genética diferente.

*Homozigoto* — O mesmo que puro — Os indivíduos homozigotos resultam da união de gametos da mesma qualidade genética.

*Nictaginácea* — Família de vegetais da classe Dicotiledônea, série Centrosperma á

*Polen* — Granulação encontrada nos sacos polínicos, que contem a célula reprodutora masculina dos vegetais fanerógamos.

*Recessivo* — É o membro do par de caracteres alelomorfos que fica encoberto pelo dominante na primeira geração. — O mesmo que caracter latente.

*Serofulariácea* — Família de plantas da

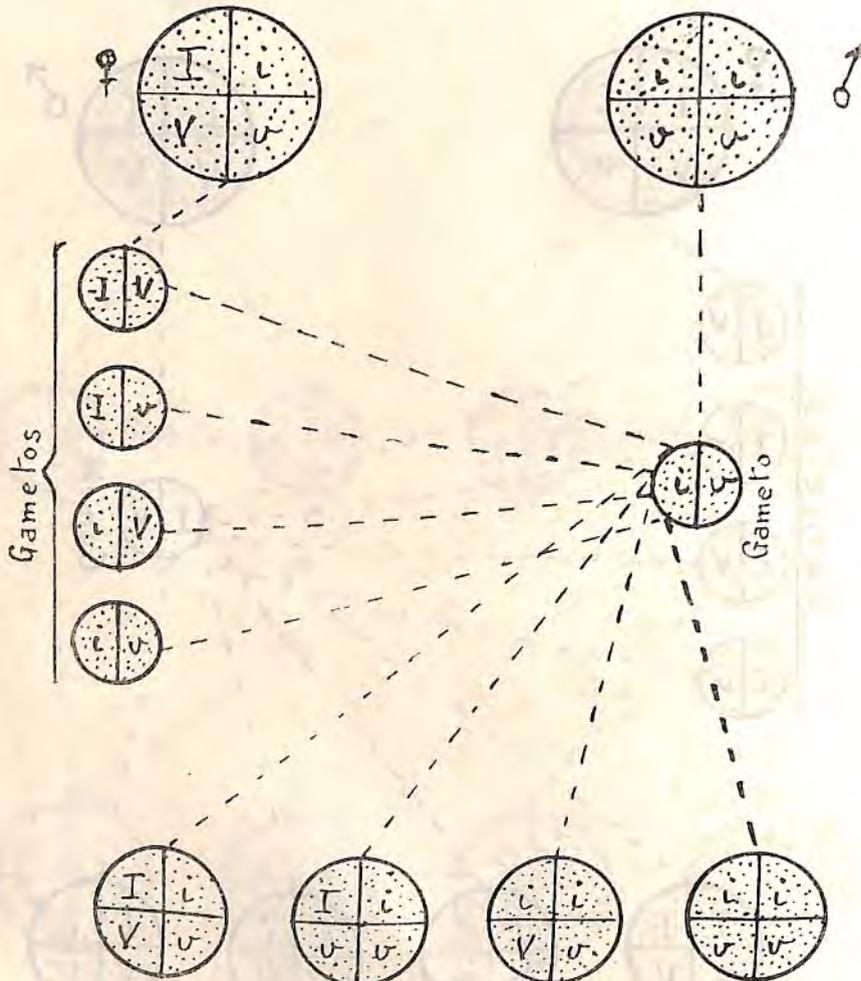


Fig. 14

qual pertencem a bonina, tres Marias, etc.

*Ovulos* — Corpúsculos, em geral ovoides ou arredondados, que se encontram presos nas placentas do ovário.

*Pares alelomorfos* — Pares antagônicos de caracteres.

*Pétalos* — Peças florais que formam a corola — O mesmo que pétalas.

classe Dicotiledônea, série Tubiflora, á qual pertencem a boca de leão, a verônica, a bolsa de pastor.

*Segregação fenotípica* — Relação que representa os diversos fenótipos de uma geração.

*Segregação genotípica* — Relação que representa os diversos genótipos de uma geração.

# Em grande atividades as jazidas de cristal de rocha do oeste brasileiro - o quartzo hialino, hoje utilizado na indústria da guerra, vem sendo pago por preços excepcionais

CAMARA FILHO

Diretor do Departamento de Propaganda do  
Estado de Goiás

No domínio dos minerais o Oeste Brasileiro é, sem dúvida, uma das regiões mais ricas do Continente Americano.

Quem conhece, por exemplo, o Estado de Goiás, vê logo, através de sua geografia física, de sua estrutura geológica, perfeitamente caracterizadas em diferentes e interessantes modalidades, que possuímos um potencial mineralógico fabuloso. A' vista dessas insondáveis riquezas, tem-se a convicção de que quando o Brasil tiver os meios suficientes para explorar racionalmente e em alta escala, tão valiosa materia prima, tornar-se-á uma das nações mais poderosas do mundo.

Há coisa de poucos anos o Estado de Goiás, tomando parte em uma exposição haviada no Rio de Janeiro, apresentou mais de 600 amostras de minerios de especies diferentes. Muitos dos minerios expostos naquele certame têm hoje um valor comercial elevadissimo, devido a sua aplicação na maquina de guerra. Esse fato vem como se verifica, evidenciar mais a enormidade das riquezas do sub-solo da importante unidade federativa situada em pleno Oeste Brasileiro.

Falemos neste artigo, escrito ao correr da pena, sobre o cristal de rocha, cujas jazidas no territorio goiano, ocupam extensas areas, sendo o minerio encontrado desde a flor da terra ás camadas mais profundas do sub-solo, o que permite relativa facilidade de exploração. As jazidas de cristal de rocha no mundo não são numerosas. O quartzo hialino é encontrado, como se sabe, no Brasil (Goiás, Minas Gerais, Baía, etc.) Madagascar, India, China e Africa do Sul.

O cristal em Goiaz aparece em varios municipios abundantemente. As jazidas das de Cristalina e de Cavalcante, aquela situada no norte e esta quasi no sul do Estado, são, porém, as mais famosas, não só pela quantidade do minerio, como também pela sua excelente qualidade. O cristal goiano apresenta-se através de 6 tipos diferentes e é considerado o melhor do mundo, na opinião de geólogos aba-

lisados e mesmo, conforme se constata, pela sua cotação nos grandes mercados internacionais de consumo.

As jazidas do Estado mediterraneo, se exploradas em larga proporção, poderão, perfeitamente, abastecer todos os continentes, de vez que têm margem para oferecer uma produção incalculável. Ninguém pode, nem de longe, fazer idéa da capacidade dos depositos do Estado de Goiás, já que eles ocupam areas enormes. Goiás, tem assim, na exploração do cristal, uma poderosa fonte natural de riqueza popular, a qual já vem contribuindo, bastante, para o seu desenvolvimento material e vitalidade economica.

O quartzo hialino que outrora era empregado, quasi exclusivamente, na fabricação de joias, objetos de adornos, na ótica, na radio-telefonía, no radio-telegrafia, nos filmes sonoros, na televisão, tem hoje uma infinidade de aplicação na industria de guerra, daí, o seu extraordinário consumo, e consequentemente o seu alto valor comercial. As jazidas goianas de Cristalina, que distam da via ferrea 164 quilometros, vem sendo exploradas ha uma centena de anos. Por muito tempo alí permaneceu uma colonia alemã que se enriqueceu com negocios de cristal. Os depósitos acham-se situados na Serra de Cristalina, em terreno da Vila do mesmo nome, numa altitude de 1.280 metros acima do nivel do mar. O clima da região, que ora atravessa acentuado surto economico, é inalteravelmente ameno. Aque-la importante Vila goiana onde hoje trabalham milhares e milhares de garimpeiros, na extração do minerio vem apresentando um índice de progresso admiravel, maximé, no setor da construção residencial.

## EXPLORAÇÃO

O cristal de rocha vem sendo alí extraído a céu aberto e ainda por processos rotineiros. A área ocupada pelo minerio é como já dissemos, consideravel, e, a já explorada, não vai além de 30 quilometros quadrados, toda

ela localizada em torno da florescente localidade e, na maioria, situadas em terras pertencentes ao Governo do Estado. Essa area está, em parte, revolvida, emburacada. As excavações ali existentes não atingem ainda cerca de 30 metros de profundidade. O garimpeiro,

onde predomina o elemento baiano, raramente perde serviço, isso porque a extração do cristal oferece possibilidades maiores e mais seguras do que mesmo a de diamantes. Quando o garimpeiro não consegue extrair o quartzo de valor apreciável, encontra, na pior



das hipóteses, pedras pequenas e de classificação secundária, o que lhe compensa, vantajosamente, a trabalhadeira do dia.

Nesse labor quotidiano e permanente, uma vez por outra, aparece-lhe um veeiro de blocos grandes, aí, é uma alegria geral, e todo o mundo se enriquece, abençoando a natureza, pela prodigalidade de seus imensos tesouros.

Quer as jazidas de Cristalina, quer as de Cavalcante, no setentrião goiano, estão situadas, na maioria, em terrenos do Estado, e o Governo nada cobra pela exploração do minério. Os fazendeiros dessas regiões e em cujas terras ha, também, quartzo, permitem a extração do mesmo mediante uma combinação com os garimpeiros interessados.

O garimpeiro ganha ordinariamente por dia. É raro trabalhar por conta própria, e isoladamente. As empresas compradoras do produto, cujos representantes residem no local das jazidas, costumam financiar grupos de trabalhadores, mediante combinação. Na garimpagem, trabalham homens, mulheres e crianças, sendo que os últimos ganham de 5 a 10\$000 por dia, e são utilizados ordinariamente, no serviço de seleção do cascalho.

#### CONSUMO

O consumo do minério é hoje, mais do que nunca, consideravel, e sempre crescente, tal se verifica pelo aumento da procura, cada vez maior.

Diariamente chegam ás jazidas goianas compradores de São Paulo, Rio de Janeiro, muito deles são representantes de empresas poderosas e que comerciam no genero.

#### EXPORTAÇÃO

Antes da guerra o cristal goiano se destinava, na sua quasi totalidade, para o Japão e para a Alemanha. Hoje o nosso maior consumidor é a America do Norte que nos paga um preço jamais alcançado em épocas anteriores. O cristal de Cavalcante, cujas jazidas se encontram a cerca de 604 quilômetros da estrada de ferro, é exportado, via Planaltina, em Caminhão, por Ipamerí. Nessa cidade é embarcado na E. F. Goiás, com destino ao porto de Santos ou do Rio de Janeiro, de onde segue para os Estados Unidos da America do Norte. O cristal daquelas jazidas, também, é

exportado, por caminhão, para Januaria, á margem do Rio São Francisco, em Minas, de onde é embarcado para Pirapóra, afim de alcançar a Central do Brasil. O quartzo hialino de Cristalina é escoado em caminhões, até Ipamerí e daí por via ferrea até Santos ou Rio. Comumente o cristal é conduzido em surrões de couro ou caixotes de gasolina.

#### PRODUÇÃO

As jazidas goianas, para onde afluem diariamente trabalhadores, vêm apresentando, nesses ultimos meses, um volume de produção merecedor de registo, notadamente as localizadas na Serra de Cristalina. Nas de Cavalcante, cuja exploração data de poucos anos, foram encontrados recentemente varios blocos, pesando cada um mais de 100 quilos. Pedras como essas raramente são encontradas, ao passo que as de quilo e abaixo de quilo, são muito comum, quer em Cristalina, quer em Cavalcante.

#### PREÇO

O preço do cristal varia de acordo com a qualidade, pureza e tamanho da pedra. Um bloco de um quilo custa, atualmente, mais de 500\$000. E por isso que Cristalina, onde estão as jazidas mais movimentadas do Estado, é hoje uma das localidades goianas, onde corre mais dinheiro. Ao chegar alí a gente tem a impressão que todo o mundo é rico. A vila tem na hora presente mais de 83 casas de comercio e todas apresentam um movimento consideravel.

#### POSSIBILIDADES DAS JAZIDAS DE CRISTALINA

Nas jazidas de Cristalina, por exemplo, podem ainda trabalhar centenas de milhares de garimpeiros, isso porque a area por explorar se estende por muitos quilômetros pelo mação do Planalto Central Brasileiro afóra.

É o caso de se canalizar, para esses inexgotaveis depósitos, grandes massas de trabalhadores afim de que mais se intensifique o aproveitamento dessa notavel fonte de riqueza que, de certo, explorada em grande escala, muito contribuirá para vitalizar a economia nacional.

---

Inscreva-se como socio da  
Sociedade Nacional da Agricultura

# EXPORTAÇÃO DE CÊRAS VEGETAIS

A proposito desse relevante assunto, o Sr. Artur Torres Filho, representante da Confederação Rural Brasileira no Conselho Federal do Comercio Exterior, apresentou o seguinte relatório:

“Relatado o processo e discutido o parecer, a Camara de Produção, Consumo e Transportes resolveu aprovar as conclusões do relator, submetendo á deliberação do PLENARIO a seguinte proposição:

“considerando a importancia e conveniência das ceras vegetais, brasileiras nos mercados internacionais

“considerando mais o grande desenvolvimento da produção de sucedaneos sintéticos que ameaçam esta riqueza, propõe, que:

1. — seja recomendado ao Ministério da Agricultura, que pelo Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas, em colaboração com os Estados produtores, organize um plano sistematizado de estudos experimentais das plantas ceríferas nacionais, especialmente da carnaubeira e do ouricurizeiro, objetivando a nacionalização desta riqueza;

2.<sup>a</sup> — seja pelo Ministério da Agricultura promovida a organização de cooperativas de produtores de ceras vegetais, especialmente da carnaúba e ouricuri, visando a instalação de usinas de beneficiamento, ás quais será proporcionado financiamento pela CARTEIRA DE CREDITO AGRICOLA E INDUSTRIAL do Banco do Brasil;

3.<sup>a</sup> — seja recomendado ao Ministério da Agricultura que proceda, nos termos da lei 334 de 15 de Março de 1938, á padronização da cera de ouricuri”.

Sala das Sessões, 30 de Julho de 1931 —  
(a) *Artur Tôrres Filho* — Relator. *Antônio José Alves de Sousa, Napoleão de Alencastro Guimarães, Euvaldo Lodi, Benjamin do Monte* — Diretor.

## EXPORTAÇÃO DE CÊRAS VEGETAIS

Para proceder a um estudo seguro sobre o comércio de cêra de carnaúba e bem assim para se conhecer a importancia de sucedaneos sintéticos, o Conselho Federal de Comércio Exterior conforme o resolvido em sessão plenaria de 1.<sup>o</sup> de Outubro de 1940, foi de parecer que se solicitasse do Ministério da Agricultura as seguintes informações:

a) sobre os trabalhos experimentais já realizados para o plantio sistemático da carnaubeira no Nordeste brasileiro, atendendo á necessidade de se passar da fase extrativista para a da exploração sistemática dessa palmeira;

b) quais os resultados obtidos na melhoria da extração da cêra de carnaúba por processos mecânicos

c) quanto ao desenvolvimento da indústria de sucedaneos da cêra de carnaúba e as condições técnicas a serem adotadas na defesa do produto natural, de modo a se garantir o privilégio de que o Brasil dispõe em relação a essa cêra.

Ao Ministério da Viação também se solicitou a seguinte informação:

— quais os resultados obtidos na difusão e no melhoramento da carnaubeira, através dos Serviços Agrícolas Complementares da Inspeção de Obras Contra as Secas.

Não havendo chegado ao Conselho nenhuma resposta do Ministério da Aviação, presumivelmente porque a carnaubeira não faz parte do programa de horti — pomi — selvicultura da Inspeção de Obras Contra as Secas, passo a apreciar a minuciosa contribuição muito esclarecedora do Ministério da Agricultura, já através do Departamento Nacional da Produção Vegetal, já através do Instituto Nacional de Oleos.

Pelas informações do Ministério da Agricultura, feitas pelo D. N. P. V., através da secção de Plantas Extrativas e Industriais, tomamos conhecimento bem esclarecedor do quadro geral desta indústria extrativa e do seu lento evolver para a fase cultural.

Assim, em resposta ao primeiro quesito, formulado pelo Conselho, podemos deste modo resumir a informação prestada:

a) Existe um início de plantação sistemática de carnaubeira, iniciativa esta de origem particular.

Há, seguramente em cultivo regular, segundo dados, sete milhões e duzentos e vinte mil pés daquela palmácea sendo 5.200.000 pés no Ceará e 2.020.000 pés no Piauí.

Tais culturas, embora feitas sem nenhuma base de prévia experimentação agronomica, orientadas apenas pela inteligência do nordestino empreendedor, têm “dado passos mais ou menos apreciáveis do setor da exploração

agro-industrial organizada" conforme a declaração textual do técnico que informou o processo.

O Ministério da Agricultura, cooperando no melhoramento da extração da cêra, tem, para intensificação da cultura da carnaubeira através do D. F. P. V., prestado auxílios á Cerará, a primeira Usina que se monta com firma Jonhson & Cia. S. A., localizada em tais objetivos.

Os auxílios a que se alude constam da entrada de maquinária importada com isenção de direitos — economia essa que a Usina empregou na aplicação de seus carnaubais cultivados.

Diante dos resultados já evidentes da organização de carnaubais cultivados e do beneficiamento feito por usinas com aparelhamentos modernos, a exemplo da que acima se referiu, compreendeu-se o alcance da criação de outras semelhantes em diversas zonas de alta produção.

Foi assim que o Ministério da Agricultura já elaborou um projeto, estabelecendo um plano de trabalho e financiamento que permita organizar um plantio fiscalizado de ..... 80.000.000 daquelas palmeiras, ante-projeto êsse já apresentada á apreciação do Sr. Presidente da República.

O texto do ante-projeto consta deste processo.

Resumindo a resposta ao primeiro quesito pode dizer-se que a carnaubeira ainda não foi motivo de estudos agrônômicos. Não existem campos experimentais onde ela fosse estudada sob aspecto nenhum. Nada se conhece a respeito das suas exigências culturais, a não ser a qu enos fornece o seu *habitat*.

As culturas existentes são de iniciativa particular, embora o Ministério da Agricultura tenha prestado certa assistência.

b) Em referência ao segundo quesito verifica-se que o Ministério da Agricultura, através do D. F. P. V. vem empregando esforços para substituir os métodos manuais rotineiros, centenários, por processos mecanicos.

Neste particular o progresso é evidente, embora seja preciso progredir muito para atingir a perfeição desejavel. Ha vários tipos de maquinas para o fim citado.

Umás trituram totalmente a folha, deixando após a extração da cêra um palhiço quasi sem préstimo, outras, rasgam a folha no sentido longitudinal, permitindo ainda uma utilização subsequente no preparo de artefatos de palha.

Qualquer que seja o tipo, realizam tais máquinas uma apreciavel economia, já da mão de obra, já pelo aproveitamento de maior quantidade de pó, ou seja a cêra .

Ha quem calcule em 30% a diminuição da mão de obra e entre 10% a 12% o aumento de rendimento.

Conforme cálculos realizados em experiências feitas no Ceará, o custo do beneficiamento de um milho de palhas fica por processo manual em 5\$250, e pelo mecanico em 1\$650. A economia verificada por milho de palha é de 3\$600 e a por dia de trabalho sobe a 52\$275.

Ha, de conformidade com os informes, 40 máquinas que foram as primeiras que a D. F. P. V. instalou.

Tais máquinas trabalham em serviço de cooperação, em varios Estados produtores.

Para atender os pedidos de proprietários de carnaubais e de produtores em geral, o Ministério da Agricultura adquiriu mais 106 máquinas para revendê-las pelo preço do custo e a prestações.

Ainda o Ministério adquiriu alguns extratores para serem movidos a motor e prossegue em estudos referente ao assunto observando, adquirindo, experimentando diversos outros tipos de máquinas extrativas de carnaúba.

Ainda conviria informar que o Decreto 7.444 de 25 de Julho de 1941, cujo texto apenso se acha a este processo, estabelece novas especificações e tabelas para classificação e fiscalização da exportação da cêra de carnauba, zelando assim pela pureza do produto, e seu controle, dentro de tipos estabelecidos.

c) Em relação ao 3.º e último quesito trouxe o Instituto Nacional de Oleos a sua contribuição esclarecedora.

Existem, segundo aquela entidade no mercado americano, sucedaneos da cêra de carnauba, os quais são favorecidos pela alta do preço do produto natural, variedades de tipos, etc.

Revistas técnicas anunciam os produtos desta natureza. O "Acrawax", por exemplo, é uma cêra sintética, de cor clara, livre de impurezas e agentes alterantes, e que está sendo usada no lugar da de carnaúba, destinando-se -ao fabrico de matérias polidoras, cosméticos, cêras dentais, etc.

Muitos outros produtos existem sobre os quais se pronunciou o diretor do Instituto Nacional de Oleos, Dr. Joaquim Bertino de Moraes Carvalho, que como conclusão do que lhe foi indagado sugere as seguintes medidas:

1) — que seja traçado um plano pelos institutos de Escolgia, Experimentação e de Oleos, para a exploração agrícola da "Carnaubeira", com o auxílio dos estados produtores, baseado no sistema cooperativista e na determinação de zonas culturais, que seriam as únicas merecedoras do amparo dos governos

2) — que sejam instalados, provisoriamente, pelos governos estaduais, com o auxílio do governo federal, junto às cooperativas, postos de extração e beneficiamento do "pó de cêra" e de "fabricação da cêra", com material "Standard" nos casos aconselháveis, de acôrdo com as sugestões técnicas do I. N. O., até que seja instalada a usina central de beneficiamento e fabricação de cêra;

3) — que a Cooperativa Central exporte os seus produtos, tanto quanto possível, diretamente ao consumidor ou ao distribuidor, no país importador, evitando os intermediários que causam, na maioria das vezes, a alta do produto com incalculáveis prejuízos futuros para o produtor

4) — que sejam, obrigatoriamente, enviadas ao I. N. O. amostras de "pós de cêras" e de cêras, para serem estudadas por êste Instituto, em cooperação com os órgãos estaduais, os problemas técnicos a ela concernentes. E" evidente que o Instituto tem e deverá ter melhores elementos do que os demais órgãos, para um estudo de conjunto e especializado do problema cerífero brasileiro, sob o ponto de vista técnico — industrial.

Para realização de toda e qualquer pesquisa, é indispensável se saber os elementos de que se dispõe, ao contrário será demorada e de resultado, quasi sempre negativo, por haver passado, às vezes, a sua oportunidade".

Possuidor, como é o Brasil, de grandes recursos naturais, a exemplo do que se dá com a carnaubeira, tornou-se possível, pelas condições criadas pelo mercado internacional, a exploração da cêra de licurizeiro (*coco coronata*), palmeira essa largamente disseminada no Estado da Baía. A cêra proveniente do licurizeiro, aceita pela Bolsa de Mercadorias da Baía, antes de ser discutida a patente do Sr. Franklin, como sucedâneo da cêra de carnaúba, tem muitas analogias com essa e serve para os mesmos fins. Apesar dessa analogia que vai desde o ponto de fusão (89,5.º) para a cêra de licuri e 48.º a 91.º para a de carnaúba, até a dissolubilidade nos dissolventes, a cêra de licuri tem uma cotação mais baixa.

O uricurizeiro encontra-se nos terrenos áridos das caatingas e dos sertões. A natureza quíz que o sertanejo encontrasse nessa palmeira uma compensação pois tem nela a sua alimentação — o côco, o palmito e de sua rai-

zes fabrica o bró. Além do côco como produto oleaginoso explorado empiricamente e em pequena escala surgiu ainda o aproveitamento da parte ceraginosa das folhas, que se rivaliza com a cêra da carnaubeira. Em 1940 a quantidade exportada atingiu 990.935 quilos no valor de 11.945 contos.

Com o atual conflito europeu tem-se verificado grande alta nos preços da cêra de carnaúba, possibilitando de outra parte, a procura da cêra de uricurí. Basta aqui referir que, em 1941, no primeiro trimestre, a cêra de carnaúba aparece em 3.º lugar em nossa exportação, vindo em seguida ao café e ao algodão. A tonelada alcançou o preço médio de 22:217\$146, quando no mesmo periodo de 1940, o preço da cêra de carnaúba subiu sensivelmente permitindo que o preço médio fosse de 19:578\$308 a tonelada, contra reis .... 12:016\$698 em 1939.

Em relação á cêra de uricurí verificou-se no primeiro trimestre deste ano, elevação na quantidade exportada e no preço, que passou de 9:186\$147 para 12:560\$810 a tonelada. Esta cêra aparece como uma riqueza destinada a beneficiar a população sertaneja da Baía em região flagelada pela seca e por esse motivo está a exigir toda a assistência do Poder Público para facilitar sua exploração racional. Infelizmente o privilegio concedido ao Sr. Franklin Luz de Albuquerque pela patente 24.487 para a depuração da cêra de licuri, tem dado lugar a numerosas queixas, não parecendo justo que o Poder Público deixe de amparar os produtores numa região ingrata que se diz conhecida como "o Brasil de alpercatas e chapéu de couro".

Como industria extrativa igual á da carnaubeira a industria de uricurí deve merecer por igual a atenção do Ministério da Agricultura por seu órgão técnico e experimental, aperfeiçoando-se os metodos de exploração agrícola e de extração e preparação da cêra.

Impõe-se assim, a ação combinada do Departamento da Produção Vegetal, do Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas e do Instituto Nacional de Oleos, no estabelecimento de um programa de amparo e orientação dos metodos de explorar o licurizeiro como planta produtora de óleo e cêra. Seria aconselhável, desde já, fosse estabelecida a padronização dessa cêra, mediante especificação de cujo estudo poderia ficar incumbido o Instituto Nacional de Oleos.

#### Conclusões

I — Pelas informações enviadas pelo Ministério da Agricultura ainda não foram realizados estudos experimentais sobre a carnaubeira.

A organização cooperativista teria ainda a vantagem não só de uniformizar o preparo do produtos como, evitnado intermediários, fazer a colocação direta do produto nos mercados.

5 — Seria altamente vantajoso a defesa da cêra de carnaúba que o Ministério da Agricultura pelo Serviço de Economia Rural, entrasse em entendimento com a Carteira de Crédito Agrícola e Industrial do Banco do Brasil, no sentido de ser feito o financiamento de usinas de *preparo* e *beneficiamento* de cêra instaladas por cooperativas de produtores visando melhoria da qualidade da produção e sua padronização.

6 — Por intermédio do Instituto Nacional de Oleos, o Ministério da Agricultura informa existirem sucedaneos da cêra de carnaúba nos mercados americanos, e bem assim o de outras cêras vegetais como por exemplo a cêra de *candelilla*, que concorre com a carnaúba nos mercados americanos.

As cêras sintéticas constituem a maior ameaça á cêra de carnauba, devido aos elevados preços alcançados nos mercados internacionais. Temos necessidade, portanto, de organizar a produção, de modo a conseguirmos um produto padronizado e de baixo custo para vencer a concorrência das cêras sintéticas.

7 — Solicitar-se do Ministério da Agricultura a apresentação de um plano de exploração racional do licurizeiro (coco coronata) como planta produtora de óleo e cêra.

8 — Recomendar-se ao Ministério da Agricultura a padronização da cêra de licurí.

Entretanto, por ser uma das maiores riquezas do Nordeste brasileiro, seria para desejar que o Centro Nacional de Ensino e Pesquisas Agronômicas organizasse um plano de estudos experimentais em colaboração com os Estados produtores, medida essa indispensável á racionalização dessa riqueza, ainda em fase extrativista.

2 — Consequentemente, á ausencia de resultados experimentais, as plantações existentes, todas de iniciativa particular, se têm feito sem o apoio de um plano sistemático de exploração.

3 — A extração da cêra, pelos esclarecimentos prestados pelo Ministério da Agricultura, já vai experimentando melhoria, tendo aquele Ministério adquirido 600:000\$000 de máquinas de construção nacional para serem cedidas pelo preço de custo aos produtores.

4 — Devido aos altos preços da cêra de carnaúba nos mercados internacionais, a produção tem aumentado, atingindo a exportação, em 1940, a 169.411:427\$000.

A qualidade do produtos tende a melhorar, já tendo o Ministério da Agricultura baixado o Decreto n. 7.444 de 25 de Junho de 1941, que estabelece a padronização e fiscalização da exportação.

Essa melhoria poderá ser mais acelerada, organizando-se os produtores em cooperativas e, junto a estas, postos de "beneficiamento" e "fabricação de cêra".

Nos portos de exportação conviria fossem instaladas usinas de beneficiamento e padronização.

## Confederação Rural Brasileira

Instituição composta de associações agrícolas de todo o Brasil, mantendo representação permanente da classe junto do Conselho Federal do Comércio Exterior

Sede: Largo de S. Francisco 3, 2.º, Salas 202/206

# Conselho Federal do Comércio Exterior

A 11.<sup>a</sup> SESSÃO DE ORDINARIA REALIZADA A 30 DE JUNHO DE 1941

O Conselho Federal de Comércio Exterior realizou ante-ontem, sob a presidência do Diretor Geral, a 11.<sup>a</sup> sessão ordinária, a que compareceram os Conselheiros Leonardo Truda, Uldarico Cavalcanti, Benjamin do Monte, Felix Bulcão Ribas, João Firmino Correia de Araujo, Guilherme Weinschenck, Artur Torres Filho, Ildefonso Albano, Santos Filho, Salgado Scarpa, Euvaldo Lodi, Alves de Souza, Raulino de Oliveira e Alencastro Guimarães.

Aprovada, sem debate, a ata da sessão anterior, o Ministro Joaquim Eulálio comunicou ao plenário os seguintes despachos do Sr. Presidente da República: — a) aprovando a resolução atinente á — “Industrialização de ovos”; b) aprovando a resolução relativa ao fomento do consumo de castanha do Pará nos mercados internos, assim redigida: “O Conselho Federal de Comércio Exterior é de parecer que se deve recomendar ao Ministério da Agricultura, que já teve a iniciativa da propaganda da castanha do Pará no país, organize, em colaboração com os Estados interessados, uma propaganda sistemática e intensiva que garanta em maior escala a colocação do produto no mercado interno”.

A seguir, o Conselheiro Leonardo Truda apresentou uma indicação, na qual, depois de apreciar os termos das entrevistas concedidas pelo Sr. Presidente da República aos jornais de Buenos Aires, “*La Nacion*” e “*La Prensa*”, passava a considerar, por interessar ao Conselho, os conceitos emitidos por S. Excia., relativos á política de boa vizinhança e ás afirmações de solidariedade inter-americana, a base firme e a razão prática de ser de uma sólida cooperação econômica. Após desenvolver uma serie de observações em torno desses conceitos, o Conselheiro Truda apresentou a seguinte proposição: — “Que o Conselho Federal do Comercio Exterior se congratule com S. Excia. o Sr. Presidente Getulio Vargas pelos elevados termos com que, em suas notaveis entrevistas á imprensa de Buenos Aires, pôs a questão da política inter-americana de cooperação econômica e pelo conteúdo realista e expressão prática que a essa mesma política infundiu, definindo, com incisiva propriedade, a forma e extensão que lhe devem ser dadas. — Que seja estudada a conveniência e a oportunidade de ser ado-

tada pelo Governo Brasileiro, para ser sustentada nas Conferências pan-americanas, nos congressos econômicos e outras reuniões semelhantes de Nações do continente e estabelecida como norma de política econômica inter-americana, a supressão total do onus e entraves aduaneiros para os produtos não concorrentes dos países americanos”.

Finda a leitura da indicação, o Conselheiro João Firmino Correia de Araujo disse que era sua intenção pedir fosse consignado em ata um voto ao Sr. Presidente da República, mas, que em vista do requerimento tão bem fundamentado pelo Conselheiro Truda, se dispensava de desenvolver as considerações que pretendia fazer. As razões que o levavam a assim proceder, além das apontadas pelo seu digno colega, eram de que o Chefe da Nação definira de modo a não deixar mais dúvidas, em que consiste o Estado Nacional, pelo que, requereu ao Conselho que constassem da ata dos trabalhos, cópias das aludidas entrevistas.

Em seguida, o Conselheiro Euvaldo Lodi declarou que subscrevia a proposta do Conselheiro Truda, dando-lhe decisivo e entusiástico apoio, por dois motivos fundamentais: 1.<sup>o</sup> — pelas expressões incisivas e honrosas, mediante as quais o Sr. Presidente Getulio Vargas definiu o regime democrático vigente no Brasil, fundado na colaboração e na cooperação das classes organizadas; 2.<sup>o</sup> — porque o desarmamento aduaneiro entre as nações do continente americano, abrangendo os produtos não concorrentes, constitue medida de grande alcance econômico, defensiva de legítimos interesses que não podem ficar á mercê dos danosos efeitos que resultarão da atual conflagração européia

Ouvido o plenário, o Diretor Geral pôs a votos a primeira parte da indicação, que foi unanimemente aprovada. A segunda parte será objeto de processo, devendo ser submetida ao estudo da Comissão competente.

A seguir, passou-se ao exame da Ordem do Dia. O Conselheiro Guilherme Weinschenck em longa exposição, examinou a matéria do processo que trata da crise da citricultura nacional, motivada pelo fechamento dos mercados europeus. Depois de apreciar as diferentes sugestões enviadas ao Conselho, S. Excia. passou a justificar o parecer da Comissão Especial. O assunto ensejou largo de-

bate, no qual tomaram parte os Conselheiros Alencastro Guimarães e Torres Filho, tendo sido apresentadas pelos Conselheiros Euvaldo Lodi e Uldarico Cavalcanti emendas ao parecer. Por proposta do relator, Conselheiro Weinschenck, foi a discussão adiada, afim de serem estudadas as emendas e consideradas as observações formuladas durante o debate.

Depois, foi aprovado, sem discussão, o parecer da Camara de Intercambio Comercial, Crédito, Cambio e Propaganda, de que é relator o Conselheiro Salgado Scarpa, sobre -- Possibilidades da exportação de produtos brasileiros para a União Sul Africana. Foi igualmente aprovado o parecer da Comissão Mista, de que é relator o Conselheiro Salgado Scarpa, sobre o processo intitulado "Camara de Comércio na Venezuela e Colômbia". A conclusão do parecer é de que se solicite ao Ministério das Relações Exteriores recomendar às representações diplomáticas do Brasil na Venezuela e na Colômbia: a) ultimação das providências iniciadas pela Missão Econômica Brasileira para o estabelecimento da Junta de Conciliação e Arbitragem do Comércio Brasileiro-Venezuelano; b) a instituição, logo que seja possível, em Caracas, da Camara de Comércio Brasileiro-Venezuelano; c) a instituição, tão logo seja possível, de uma Camara de Comercio Brasileiro-Colombiano em Bogotá ou em Barranquilla, como parecer mais aconselhavel.

A sessão terminou às 20 horas.

#### A 25.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA A 6 DE OUTUBRO DE 1941

O Conselho Federal de Comércio Exterior realizou no dia 6 do corrente, sob a presidência do diretor geral, a 25.<sup>a</sup> sessão ordinária, a que compareceram os conselheiros Leonardo Truda, Uldarico Cavalcanti, Benjamin do Monte, Arthur Torres Filho, Guilherme Weinschenck, Felix Bulcão Ribas, João Firmino Correia de Araujo, Arí Maurel Lobo, Euvaldo Lodi, Ildfonso Albano e Alencastro Guimarães.

Aprovadas, sem debate, a ata da sessão anterior o ministro Joaquim Eulálio comunicou os seguintes despachos do Senhor Presidente da Republica:

Aprovando a resolução que dispõe sobre a assinatura de um Tratado de Comércio e Navegação com a Colômbia.

Aprovando a resolução referente ao convite feito pelo Governo da Colômbia sobre a representação do Brasil na Exposição Nacional de Palmira;

Arquivando, em vista do parecer do Ministério da Fazenda, o processo que trata da

supressão, para a exportação de determinados produtos, da obrigatoriedade da entrega de 30% de cambio, á taxa oficial.

Iniciando o exame do expediente, o Ministro Joaquim Eulálio participou ao plenário haver recebido uma carta, em que o Sr. Armando de Almeida, se congratula com o Conselho pelo ato do Senhor Presidente da Republica, aprovando a resolução que trata do estabelecimento da indústria do vidro plano, agradece a cooperação prestada por este órgão ás iniciativas nacionais.

Depois, foi aprovada após ligeiro debate, uma proposição da Camara de Produção, Consumo e Transportes visando normalizar a situação do comércio de cera de ouricuri.

Em seguida, o conselheiro Torres Filho fez minucioso exame da posição do algodão no mercado internacional, justificando, por fim, diversas medidas tendentes a facilitar o escoamento da nossa futura safra algodoeira.

O conselheiro Leonardo Truda apresentou, a seguir, uma indicação, na qual alvitra a realização dos estudos necessários ao estabelecimento de um plano de construções navais, destinadas ao Lloyd ou empresas nacionais de navegação, e também, de um plano de crédito, com o qual se possa realizar, com recursos nacionais, ou de outra origem, o financiamento de tais construções.

#### A SITUAÇÃO DA CÊRA DE CARNAÚBA

O conselheiro Truda aludiu, ainda, á situação do comércio da cera de carnaúba, objeto de uma comunicação feita pelo Escritório do Coordenador das Relações Comerciais e Culturais entre as Republicas da América a Comissão Brasileira de Fomento Inter-Americano.

Segundo essa comunicação, o preço da cera de carnauba tem subido desde Junho de 1939, aumento que corresponde, em média, a mais de 100% sobre as várias qualidades, sendo que em algumas chega a 170%. Não havendo ainda um limite máximo em vista, e também devido á pressão natural sobre os consumidores, para procurarem um artigo substitutivo, a cêra brasileira está, assim, arriscada a perder o mercado comprador mais importante com que conta: os Estados Unidos, consoante opinião do alto funcionário da Repartição do Controle dos Preços desse país. A indústria da cera de carnauba concorre com 4 a 8 milhões de dólares anualmente para a economia brasileira, atingindo de 2% a 3% do valor total das nossas exportações. De 1935 a 1938, os Estados Unidos consumiram cerca de 66% da exportação total deste produto brasileiro, e em 1940 compraram 88%.

Seria o caso de se estabelecer um entendimento para que a indústria mantenha seus mercados compradores, evitando tais excessos. Propõe o referido funcionário, que o assunto seja submetido ao conhecimento das altas autoridades brasileiras, para os devidos fins.

### ALTA DE PREÇOS DAS MERCADORIAS DE EXPORTAÇÃO

Leu também, o conselheiro Truda, uma nota da mesma Comissão, relativa a certos casos que estão prejudicando o fomento das relações comerciais entre o Brasil e os Estados Unidos. Assim, é que vários importadores americanos, interessados em importar do Brasil produtos que adquiriam na Europa, desanimaram de manter uma importação constante, em vista de sucessivas altas de preços. Tem sido comum que o exportador notifique o comprador de uma nova alta de preços no ato de cada encomenda, chegando, em alguns casos, o exportador a recusar-se a fazer entrega da mercadoria encomendada, nos termos da mesma encomenda, a não ser que o comprador concorde em aceitar os novos preços.

Comentando estas notas, o conselheiro Truda achou-as dignas de toda a consideração. Em face das possibilidades que o atual momento nos oferece, declarou o orador, devemos ter em consideração principalmente o futuro. Será para a economia brasileira de muito mais proveito a conquista definitiva de mercados novos, do que alcançar, no momento, lucros exagerados, aos quais, sucederá, finda a guerra, uma crise determinada pela cessação das exportações. Quanto á cera de carnauba já se cogita nos Estados Unidos do emprego de sucedaneos, tudo devido ao rápido aumento do preço do nosso produto. Por fim, o conselheiro Truda, pediu que essas notas fossem levadas ao conhecimento das autoridades federais e estaduais, associações comerciais, dando-se-lhes a mais ampla divulgação, para ciência dos interessados.

### ORDEM DO DIA

Passando á Ordem do Dia, o conselheiro Benjamim do Monte justificou o parecer da Camara de Produção, Consumo e Transportes, referente ao processo denominado "Projeto de Comunicação interestadual de ligação aprovado, sem objecção.

Depois, foram, sucessivamente aprovados, sem observações, os seguintes pareceres da mesma Camara, relatados pelo Conselheiro Alencastro Guimarães:

- a) transporte de cereais;
- b) navegação estrangeira para o Brasil;
- c) fretes de madeira para Buenos Aires.

Este o parecer da Camara, adotado pelo Conselho, opina pelo arquivamento deste processo. A sessão terminou ás 19 horas e 30 minutos.

### A 26.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA A 20 DE OUTUBRO DE 1941

O Conselho Federal de Comércio Exterior realizou no dia 20 último, sob a presidência do Diretor Geral, a 26.<sup>a</sup> sessão ordinária, a que compareceram os conselheiros Uldarico Cavalcanti, Benjamin do Monte, João Firmino Correia de Araujo, Artur Torres Filho, Guilherme Weinschenck, Felix Bulcão Ribas, Ari Maurell Lobo, Ildefonso Albano, Euvaldo Lodi, Salgado Scarpa e Alencastro Guimarães.

Aprovada, sem observações, a ata da sessão anterior, o Diretor Geral comunicou ao plenário que o Sr. Presidente da República determinara, por despacho de 2 do fluente, o arquivamento do processo que trata da cobrança de direitos alfandegários para a entrada de filtros de cabelo, de acordo com a resolução do Conselho, adotada na sessão de 15 de Setembro.

Depois, a pedido do ministro Joaquim Eulálio, o conselheiro Torres Filho falou sobre o escoamento da futura safra do algodão, examinando as providências mais aconselháveis no sentido de se assegurar a colocação do produto.

### CULTURA E INDUSTRIA DE FUMO

Anunciada a Ordem do Dia, o conselheiro Torres Filho, em pormenorizada exposição, discorreu sobre o processo que trata do estabelecimento de um regime especial para a exploração da cultura e indústria do fumo. O relator apreciou nos anos de 1935, 1936, 1938, 1939, 1940 e no 1.<sup>o</sup> semestre de 1941, arrecadação que tem aumentado de ano para ano, bastando notar que de 105.104:980\$3 em 1935 se elevou a 117.927:898\$9 só no 1.<sup>o</sup> semestre de 1941, índice expressivo do desenvolvimento dessa indústria.

Por aí se vê que o Brasil que já ocupou o 1.<sup>o</sup> lugar entre os países produtores, ainda tem no fumo um dos seus principais artigos, o qual melhorará de posição quando forem adotados os modernos processos de cultura e preparo.

Observou o conselheiro Torres Filho que o Ministério da Agricultura, empenhado na melhoria do produto, em campos experimentais está estudando a adoção de diversas variedades mais consumidas no mercado internacional e os processos mais racionais de seu preparo, e que o Serviço de Economia Rural está tratando de realizar o estudo técnico das diversas espécies produzidas no país, com o fim de especificar os padrões dentro de cada classe. Assim, novas perspectivas se abrirão a cultura desta planta, visto que o padrão alem de influir no mercado tem o objetivo de orientar o cultivador, estimulando-o na obtenção de tipos mais perfeitos.

Após detido exame de matéria, o conselheiro Artur Torres Filho justificou as conclusões do parecer da Camara de Produção, Consumo e Transporte a quem foi confiado o seu estudo. Aberta a discussão, que durou cerca de 2 horas, falaram os conselheiros Euvaldo Lodi, João Firmino e Alencastro Guimarães que examinaram diferentes aspectos da questão, oferecendo, ainda, emendas ao parecer. Após longo debate, foi aprovado, com alterações, o parecer da Camara a ser submetido á decisão do Excelentíssimo Sr. Presidente da República.

## OUTROS ASSUNTOS

Depois, o Conselheiro Bulcão Ribas justificou, em minucioso relatório, o parecer da Camara de Tarifas Aduaneiras e Acordos Comerciais, propondo o arquivamento do processo que versa sobre possibilidades da indústria brasileira e revisão das normas de nossa política exterior, de vez que os seus objetivos já haviam sido atendidos pelo Governo.

Em seguida o conselheiro João Firmino fundamentou uma indicação na qual sugere á Camara de Produção, Consumo e Transportes que pesquise e estude a oportunidade ou não de se instituir no país um regime especial para diversos produtos. Esta proposição, que ensejou animado debate, foi remetida ao órgão competente para o devido exame.

A sessão terminou ás 20 horas.

## A 27.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINARIA REALIZADA A 20 DE OUTUBRO DE 1941

O Conselho Federal de Comércio Exterior realizou, no dia 27 do mês passado, a 27.<sup>a</sup> sessão ordinária, sob a presidência do Diretor Geral, com a presença dos Conselheiros Leo-

nardo Truda, Uldarico Cavalcanti, Benjamim do Monte, Torres Filho, Arí Maurell Lobo, João Firmino Correia de Araujo, Felix Bulcão Ribas, Santos Filho, Guilherme Weinschenck, Pedro Brandão, Alves de Souza, Salgado Scarpa, Euvaldo Lodi e Alencastro Guimarães.

Aprovada, sem observações, a ata da sessão anterior, o Ministro Joaquim Eulálio disse que, a respeito da resolução aprovada pelo Sr. Presidente da República, sobre o intercambio comercial Brasil-México, recebera um officio em que o Presidente da Comissão de Marinha Mercante declara que o estabelecimento de uma linha regular de navegação para esse país será iniciado logo que á nossa frota mercante sejam incorporados novos navios, assunto que depende, ainda, de providências complementares em vias de solução.

Disse, mais, o Ministro Joaquim Eulálio que, segundo comunicação do Itamarati, foi designado o Dr. Garibaldi Dantas para, na qualidade de representante do Governo, tratar nos Estados Unidos de questões referentes ao comércio de algodão.

Quanto ás atividades do Conselho, o Diretor Geral declarou que, além das Camaras permanentes, em contínuo exercício estão trabalhando atualmente, diversas Comissões especiais incumbidas do estudo de importantes questões econômicas, que se têm reunido regularmente, com o concurso de técnicos, representantes das autoridades federais, estaduais, de associações de classe, e de interessados. Dentre estas Comissões, cujos trabalhos estão bem adiantados, o Ministro Joaquim Eulálio salientou as seguintes: de Carnes, da Pesca, do Babaçú e de sucedaneos da folha de Flandres.

Acrescentou o Ministro Joaquim Eulálio que contava, em breve, fazer uma exposição mais detalhada do modo por que essas Comissões estão processando os seus trabalhos.

O Conselheiro Benjamim do Monte, em rapido relatório, mostrou o plano de trabalho adotado pela Comissão organizadora do Plano de Industrialização Animal, da qual é diretor. Ficou resolvido, para melhor exame e solução de tão importante problema, o estabelecimento de sub-comissões, cada uma encarregada de estudar um aspecto da questão, as quais já iniciaram seus trabalhos.

## CAFEINA DE ERVA-MATE

Em seguida, o Conselheiro Torres Filho disse que desejava trazer ao Conselho uma noticia de grande importancia para a economia brasileira. Graças aos estudos realizados pelo

químico industrial, Dr. Enio Leitão, em colaboração com o Instituto Nacional do Mate, foi inaugurado, no dia 21 do fluente, em São Caetano, Estado de São Paulo, mais uma fábrica, para extração de cafeína de erva-mate. Pertence a fábrica á Sociedade de Intercambio Mercantil Argentino Brasileiro (S. I. M. A. B.) e, de início, serão trabalhados, diariamente, 6.000 quilos de mate que produzirão, em média, 60 quilos de cafeína.

A fábrica consumirá mate produzido no Estado de São Paulo; mas, se as exigências do mercado aumentarem, certamente, passará a adquirir a matéria prima de outras regiões do país.

O Instituto Nacional do Mate, por intermédio do seu Serviço de Pesquisas, está orientando os industriais que a êle se têm dirigido, afim de obter informes sôbre o aproveitamento industrial do mate.

Para mostrar a importancia dessa industria, o Conselheiro Torres Filho disse que o Brasil consumia, em média, 30.000 quilos de cafeína por ano, estando a atual produção orçada em 15.000 quilos anuais. Em vista do baixo preço por que pode ser obtida a cafeína é de se prever que o produto poderá, com vantagens, ser introduzido nos mercados do exterior, notado-se que o preço, devido á guerra, passou de 170\$000 para 600\$000.

#### ORDEM DO DIA

Reaberta a discussão do parecer da Camara de Produção, Consumo e Transportes sobre o processo que trata das causas da carestia da vida, falaram os Conselheiros Torres Filho, Alencastro Guimarães, que explicaram as medidas adotadas na Estrada de Ferro Central do Brasil em favor dos trabalhadores; e Ari Lobo, sendo depois aprovado o parecer.

A seguir, foi anunciada a Ordem do Dia. Em virtude de urgência, entrou em discussão o parecer da Camara de Tarifas Aduaneiras e Acordos Comerciais, sobre comércio de algodão. Relatada a matéria pelo Conselheiro Bulcão Ribas, discutiram o assunto os Conselheiros Torres Filho, João Firmino, Leonardo Truda, sendo depois aprovado o parecer.

Depois foi unanimemente adotado o parecer da Camara de Produção, Consumo e Transportes, de que é relator o Conselheiro Alves de Souza, sobre subvenção á industria da celulose.

O Conselheiro Euvaldo Lodi relatou o processo: "Isenção de imposto de consumo para os produtos manufaturados com a fibra de caroá", justificando, em seguida, as con-

clusões do parecer da Camara de Produção, Consumo e Transportes.

A matéria, foi, durante a discussão, examinada no seu aspecto fiscal pelo Conselheiro João Firmino, que apresentou as razões por que não concordava com o parecer. Outros aspectos da questão foram apreciados pelos Conselheiros Torres Filho, Alves de Souza, e Benjamin do Monte, sendo por fim aprovado o parecer, que foi remetido á Camara de Origem para a redação final.

O Conselheiro Alencastro Guimarães apresentou uma Indicação sobre a necessidade da padronização do rutilo e de outros minerais, com o fim de disciplinar a exportação desses produtos.

Depois, o Conselheiro Uldarico Cavalcanti, com o apoio de uns colegas, propôs que fosse lançado em ata um voto de profundo pesar pelo doloroso transe por que acaba de passar o Conselheiro Ildefonso Albano, com o falecimento de sua esposa.

A sessão terminou ás 20,10.

#### A 28.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA A 3 DE NOVEMBRO DE 1941

O Conselho Federal de Comércio Exterior realizou no dia 3 do corrente, sob a presidência do diretor geral, a 28.<sup>a</sup> sessão ordinária, com a presença dos Conselheiros Leonardo Truda, Uldarico Cavalcanti, Benjamim do Monte, Arthur Torres Filho, Ari Maurell Lobo, Guilherme Weinschenck, Bulcão Ribas, João Firmino Correia de Araujo, Alves de Souza, Salgado Scarpa, Ildefonso Albano, Euvaldo Lodi e Alencastro Guimarães.

Esteve presente á sessão o Dr. Landulfo Alves, Interventor Federal no Estado da Baía.

#### CERA DE OURICURÍ

Aprovada a ata da sessão anterior, o Ministro Joaquim Eulálio comunicou ao plenário os seguintes despachos do Senhor Presidente da Republica:

a) aprovando a resolução relativa ao estabelecimento de uma linha de navegação do Lloyd Brasileiro para a Colômbia, Panamá, Guatemala e México;

b) aprovando a seguinte resolução referente á livre extração e comércio de cera de ouricurí, obtida pelo processo de raspagem da folha:

"O Conselho Federal de Comércio Exterior é de parecer que a Comissão de Defesa da Economia Nacional deve tornar público, por todo o Nordeste, que é livre a extração e o comércio da cera de ouricurí pelo processo de raspagem das folhas e fusão direta, em qualquer vaso, do pó assim obtido".

Finda a leitura dos despachos, o Ministro Joaquim Eulálio disse que a resolução sobre a cera de ouricuri representava o resultado de estudos do Conselho sobre tão importante questão, em seu aspecto administrativo, consoante as recomendações do Senhor Presidente da República. Disse mais o Diretor Geral que essa decisão, em que se encara o lado administrativo do problema, fora tomada, sem prejuizo do processo, no qual se estudam outros aspectos da matéria. Após minucioso exame das peças do processo e descrever a maneira por que ele foi apreciado no Conselho, com a colaboração de autoridades federais e técnicos, o Ministro Joaquim Eulálio agradeceu ao Dr. Landulfo Alves, interventor federal na Baía, a sua presença á sessão.

O Interventor Federal no Estado da Baía manifestou, de início, o seu reconhecimento ao convite do Diretor Geral para se inteirar do andamento da questão no Conselho e salientou o beneficio que trará para a economia baiana o despacho do Senhor Presidente da Republica, aprovando a resolução referente á cera de carnauba, está tendo, de ano para ano, representando uma grande extensão do território do seu Estado. Doravante, a população do interior poderá dedicar-se á exportação desse produto e, em nome, não só do Governo da Baía, mas também, no da população daquele Estado, apresentou seus agradecimentos ao Conselho por essa medida, de tão grande alcance para a economia brasileira.

Comentando a matéria, falaram os Conselheiros Torres Filho, Ildfonso Albano, Benjamim do Monte e Bulcão Ribas, que apreciaram outras fases da questão. Em seguida, o Interventor Federal na Baía retirou-se do recinto, acompanhado por uma comissão de Conselheiros, sendo suspensa a sessão por alguns minutos.

### OUTROS ASSUNTOS

Reiniciados os trabalhos, o Conselheiro Ildfonso Albano agradeceu sensibilizado as homenagens do Conselho por ocasião do falecimento de sua esposa.

Depois, o Conselheiro João Firmino prestou diversos esclarecimentos sobre os trabalhos da Comissão de Defesa da Economia Nacional, durante o tempo em que foi diretor da sua Secretaria.

### ORDEM DO DIA

Anunciada a Ordem do Dia, o Conselheiro Torres Filho relatou o processo que trata do fomento da banana industrializada, com

parecer da Camara de Produção, Consumo e Transportes, o qual se refere a uma proposta do Conselho de Expansão de São Paulo referente á propaganda no estrangeiro do produto intitulado "Banana Flakes". O parecer, que foi aprovado, apoia essa iniciativa, desde que o interessado forneça os elementos necessários.

Foi aprovado, sem discussão, o parecer da Camara de Intercambio Comercial, Crédito, Cambio e Propaganda, de que é relator o Conselheiro Ildfonso Albano, referente á participação do Brasil na Exposição organizada sob os auspícios da "nteramerican Foundation".

Foi igualmente aprovado, sem debate, o parecer da Camara de Tarifas Aduaneiras e Acordos Comerciais, de que é relator o Conselheiro Uldarico Cavalcanti, opinando pelo arquivamento do processo referente á troca de café por mercadorias estrangeiras.

Relatado pelo Conselheiro Torres Filho o processo pertinente á situação econômica do Acre, o plenário concordou com a conclusão do parecer da Camara de Produção, Consumo e Transportes, propondo a sua anexação a outro processo, denominado "Problemas da região Amazônica".

Depois entrou em discussão o parecer da Camara de Tarifas Aduaneiras e Acordos Comerciais, sobre o processo "Acordo comercial com o Equador", do qual é relator o Conselheiro Uldarico Cavalcanti, parecer que também preconiza o estabelecimento de diversas medidas resultantes de sugestões do relatório da Missão Econômica Brasileira, no sentido de incrementar nosso intercambio comercial com aquele país.

Este parecer foi aprovado, com exclusão da parte relativa ao estabelecimento de uma linha de navegação, por se tratar de assunto já aprovado pelo Senhor Presidente da Republica em resolução anterior.

Por ultimo, foi aprovado o parecer da Camara de Tarifas Aduaneiras e Acordos Comerciais, de que é relator o Conselheiro Uldarico Cavalcanti, sobre isenção de direitos para a importação, do Paraguai, da madeira de quebracho "Colorado", tendo, durante a discussão, falado o Conselheiro Euvaldo Lodi que justificou seu voto favoravel ao parecer, que visa estimular nosso intercambio com esse país.

A sessão terminou ás 20 horas.

A 29.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINA'RIA REALIZADA  
A 11 DE NOVEMBRO DE 1941

O Conselho Federal de Comércio Exterior realizou, ante-ontem, sob a presidência do Diretor Geral, a 29.<sup>a</sup> sessão ordinária, a que

compareceram os Conselheiros Uldarico Cavalcanti, Benjamin do Monte, Ari Maurell Lobo, Ildefonso Albano, Bulcão Ribas, Arthur Torres, João Firmino Correia de Araujo, Alves de Souza, Salgado Scarpa e Guilherme Weinschenck.

Em seguida, o Ministro Joaquim Eulalio comunicou ao plenário haver recebido um officio em que o Sr. Pedro Brando participava que o Conselho Privado da "Organização Henrique Lage", procurando realizar o ideal de seu grande fundador, resolvera por á disposição do Conselho todos os recursos técnicos, bem como as instalações dos seus estaleiros da Ilha do Viana para que, em breve prazo, possa realizar a proposta do Conselheiro Leonardo Truda, já aprovada no Conselho, sobre o estabelecimento de programas de construções navais para a marinha mercante brasileira, e de seus financiamento. Foi, depois lido o officio em que o Ministério das Relações Exteriores a proposito da resolução, aprovada pelo Sr. Presidente da Republica, referente á celebração de um acordo cambial entre o Banco Central da Venezuela e o Banco do Brasil, transmite copia do officio no qual a Embaixada do Brasil em Caracas declara que, á vista da nova política adotada por aquele país em relação ao seu comércio exterior, com o estabelecimento do controlê de importação, não mais subsistem os motivos que levaram o Conselho a propor o referido acordo. Foram, a seguir, examinados outros officios, tratando de questões econômicas e de fornecimentos de produtos a mercados do exterior.

Findo o exame do expediente, o Ministro Joaquim Eulalio pôs o plenário a par do andamento de diversas questões submetidas ao estudo de comissões especiais, as quais deverão, em breve, ser submetidas ao exame do Conselho Pleno.

### ORDE: DO DIA

Anunciada a ordem do dia, foi aprovado o parecer da Camara de Intercambio Commercial, Credito e Propaganda, de que é relator o Conselheiro Ildefonso Albano, sobre o comparecimento do Brasil á Feira Mundial do Pacifico em Los Angeles, propondo o arquivamento do respectivo processo, pela circunstancia de haver sido adiado o aludido certame.

Foi aprovado, sem discussão, o parecer da Camara de Tarifas Aduaneiras Acordos Comerciais, de que é relator o Conselheiro João Firmino, referente á tarifa aduaneira sobre a importação de ligas ferro-metálicas.

Depois, o Conselheiro Torres Filho, em longa exposição, examinou a matéria do processo que versa sobre a atividade da Compa-

nhia Ford Industrial do Brasil, justificando, por fim, o parecer da Camara de Produção, Consumo e Transportes. Durante a discussão, falaram os Conselheiros Bulcão Ribas, Guilherme Weinschenck, Salgado Scarpa, Uldarico Cavalcanti e Benjamin do Monte, tendo o Conselheiro Torres Filho, em resposta, sustentado pontos do parecer. Feita a votação, foi o mesmo aprovado por maioria de votos.

Da mesma Camara foi, unanimemente, aprovado o parecer sobre livre concorrência para o mercado interno de cacau, depois de feita a sua justificação pelo relator da matéria, Conselheiro Torres Filho.

### A 30.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINA'RIA REALIZADA A 17 DE NOVEMBRO DE 1941

O Conselho Federal de Comércio Exterior realizou ante-ontem, sob a presidência do Diretor Geral, a 30.<sup>a</sup> sessão ordinária, a que compareceram os conselheiros Leonardo Truda, Uldarico Cavalcanti, Benjamin do Monte, Ari Maurell Lobo, Guilherme Weinschenck, Bulcão Ribas, João Firmino Correia de Araujo, Artur Torres, Ildefonso Albano, Alves de Souza, Salgado Scarpa, Euvaldo Lodi e Alencastro Guimarães.

Aprovada a ata da sessão anterior, o ministro Joaquim Eulalio comunicou ao plenário que o Sr. Presidente da República aprovava a resolução referente á isenção de direitos para a importação de nitrato de sódio e cloreto de potássio impuros.

No expediente foi lido o officio do Interventor Federal no Estado da Baía, realçando o ato do Sr. Presidente da República, aprovando a resolução do Conselho relativa á extração e comércio da cera de ouricuri, pelo processo de raspagem das folhas e fusão direta em qualquer vaso do pó assim obtido.

Depois, o conselheiro Leonardo Truda fez uma comunicação a respeito da substituição de produtos brasileiros por sucedaneos sintéticos, constantes do "Boletim Americano", de Outubro próximo passado, onde são apontados diversos produtos nossos para os quais estão sendo procurados, com interesse, substitutos. Entre eles se destacam o óleo de pau rosa, a cera de carnauba e outros. Ao fazer esta comunicação, o conselheiro Truda pediu ao Diretor Geral que determinasse as providências necessárias, afim de que a questão fosse estudada pelos órgãos competentes do Conselho.

A respeito do processo, votado em sessão anterior, em que foi estudada a importação de quebracho "colorado", o conselheiro Torres Filho, apoiado em informações de técnicos, prestou esclarecimentos, que trouxe como complemento esclarecedor da matéria.

Continuando com a palavra, o conselheiro Torres Filho falou a respeito da padronização e organização dos mercados, a cargo do Serviço de Economia Rural do Ministério da Agricultura, que tem por objetivo disciplinar a produção, desde a fonte até sua entrega no mercado consumidor, facilitando os negócios e permitindo a publicação e comparação dos preços em um raio de ação que pode abranger todo o universo. Já foram publicados 46 decretos de especificações, o que denota a complexidade da tarefa entregue ao Serviço de Economia Rural, e o esforço que este órgão está desenvolvendo em favor da produção nacional.

O conselheiro Euvaldo Lodi, após justificar seu não comparecimento à sessão anterior, em que foram discutidos os pareceres dos conselheiros Artur Torres Filho e João Firmino, sobre os processos — "Atividades da Companhia Ford Industrial", e "Tarifa aduaneira que taxa a importação de ligas ferro-metálicas", apresentou em relação a ambos, longa declaração de voto, em que fundamentou seu ponto de vista, divergente dos relatores. Quanto ao último processo, falou o conselheiro João Firmino que justificou o seu parecer, apoiado pela Câmara de Tarifas aduaneiras e Acôrdos Comerciais. Passando à Ordem do Dia, o conselheiro Euvaldo Lodi relatou a matéria do processo atinente ao amparo à produção nacional de fios usados em cirurgia, para suturas, fundamentando, após, o parecer da Câmara de Produção, Consumo e Transportes, o qual foi aprovado, por unanimidade.

A seguir, entrou em discussão o parecer da Câmara de Intercambio Comercial, Crédito, Cambio e Propaganda, de que é relator o conselheiro Salgado Scarpa, sobre política econômica inter-americana; intercambio de produto não concorrente. A matéria ensejou longa discussão, tendo aberto o debate o conselheiro Leonardo Truda, autor da indicação que originou o processo em apreço, o qual explicou o objetivo de sua proposição. Falaram, igualmente, os conselheiros Ari Maurell Lobo, Benjamin do Monte, Bulcão Ribas e Euvaldo Lodi, tendo este apresentado emenda aditiva ao parecer. Depois de longo debate, foi aprovado o parecer da Câmara com a emenda, contra o voto do conselheiro Ari Lobo.

Devido ao adiantado da hora, deixou de ser examinado o processo sobre exclusividade para a exportação da cera de ouricuri, o qual será decidido na próxima sessão.

## A 31.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA A 24 DE NOVEMBRO DE 1941

O Conselheiro Federal de Comércio Exterior realizou ante-ontem, sob a presidência do Diretor Geral, a 31.<sup>a</sup> sessão ordinária, a que compareceram os Srs. conselheiros Leonardo Truda, Uldarico Cavalcanti, Benjamin do Monte, Guilherme Weinscheck, João Firmino Correia de Araujo, Felix Bulcão Ribas, Ari Maurell Lobo, Arthur Torres Filho, Ildefonso Albano, Salgado Scarpa e Alencastro Guimarães.

Posta em discussão a ata da sessão anterior, o conselheiro Leonardo Truda retificou pontos de seus comentários formulados sobre o parecer da Câmara de Intercambio Comercial, relativamente à indicação de sua autoria, intitulada — Política Econômica Inter-Americana; intercambio de produtos não concorrentes. Declarou que, sem intenção de voltar ao assunto, desejava notar o acerto da decisão tomada pelo Conselho. Em abono de sua afirmativa, referiu-se aos conceitos emitidos recentemente pelo Chanceler Osvaldo Aranha no Chile e na Argentina, sobre essa modalidade de política internacional, detendo-se na apreciação das cláusulas do tratado das pequenas indústrias, recém firmado em Buenos Aires, onde a tese examinada no Conselho está exposta de modo muito mais amplo. O conselheiro Torres Filho teceu elogiosas referências a esse tratado, que permitia maior intercambio comercial entre o Brasil e a Argentina, com evidentes vantagens para os dois países amigos.

Depois, o conselheiro Torres Filho comentou a situação da lavoura algodoeira em São Paulo, a qual se desenvolve, de um modo geral, satisfatoriamente. Apesar dos prejuízos causados à plantação pelas más condições do tempo, em último, as sementes distribuídas tinham alcançado 464.921 sacas. Na mesma época do ano anterior, a distribuição atingira 487.824 sacas.

Cotejando-se essas cifras, verificava-se uma redução de quasi 50% em detrimento da safra ora plantada. Quanto ao mês de Novembro em curso, não se observou modificação na relação entre o ano passado e este ano agrícola.

A exportação, deste país, até o dia 17, tinha alcançado 32.620 fardos, pesando 6.067.320 quilos. Dentro desse volume . . . . 16.938 fardos, com 3.150.468 quilos, pertenciam à exportação para o Canadá, ou cerca de 50% do total. De 1 de Janeiro a 17 de Novembro, de acordo com os certificados emitidos, sujeitos os dados a ligeira retificação, o total da exportação paulista deve ter atingido

a 1.302.616 fardos, com 242.686.909 quilos brutos. Examinando a situação do mercado interno, o conselheiro Torres Filho, tratou do caso do remanescente da safra anterior, que não foi exportado, e das medidas pleiteadas pelos interessados afim de evitar prejuízos á futura safra.

Passando á Ordem do Dia, o conselheiro Ildfonso Albano leu um extenso voto referente ao parecer da Camara de Produção, Consumo e Transportes, sobre o processo que tem por título — Exclusividade para a exportação da cera de ouricuri marca "Franklin", o qual termina por sugerir a adoção de diversas medidas. A seguir, o Diretor Geral, no intuito de encaminhar a discussão, fez uma síntese da matéria em debate, historiando o andamento do pedido de patente no Departamento da Propriedade Industrial, o qual fora objeto de três reivindicações, em datas diferentes, afim de atender ás exigências desse órgão. Ora, a patente, como está redigida, parece referir-se ao primeiro pedido, quando, na verdade, ela foi concedida dentro dos termos do terceiro pedido: uma questão de datas, que devia ser retificada, para que a patente se ajuste á realidade do processo que a precedeu. Ainda mais, achava que a lei sobre patentes, como já fora observado, por diversas vezes em plenário, devia ser modificada, de modo a não mais permitir tais confusões.

Abrindo-se a discussão pelo Plenário, o conselheiro Maurell Lobo, leu uma longa e documentada exposição, em que focalizou diversos pontos da questão, refazendo, também, o histórico da patente, com pormenores e textos, e apreciando trechos do voto do conselheiro Albano, que foram defendidos pelo seu autor. Também, o conselheiro Torres Filho, relator da Camara de Produção, formulou diversas considerações, tendentes a justificar emendas ao parecer.

Continuando o debate, falaram os conselheiros João Firmino, Felix Bulcão Ribas, Leonardo Truda, Alencastro Guimarães, tendo sido apresentadas outras emendas. Encerrada a discussão, o Diretor Geral, notando a identidade das emendas, deu preferência, para a votação, á do conselheiro Torres Filho, que foi aprovada, contra os votos dos conselheiros Ildfonso Albano e Uldarico Cavalcanti. A sessão terminou ás 20 horas.

#### A 32.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA A 1 DE DEZEMBRO DE 1941

O Conselho Federal de Comércio Exterior realizou ante-ontem, sob a presidência do Diretor Geral, a 32.<sup>a</sup> sessão ordinária, a que compareceram os Srs. conselheiros Uldarico Cavalcanti, Benjamin do Monte, Gui-

lherme Weinschenck, Bulcão Ribas, Arí Maurell Lobo, João Firmino Correia de Araujo, Alves de Souza, Santos Filho, Ildfonso Albano, Arthur Torres Filho, Salgado Scarpa, Eivaldo Lodi e Alencastro Guimarães.

#### CONVENÇÃO DE COMERCIO EXTERIOR, DE NOVA YORK

Aprovada sem debate, a ata da sessão anterior, o ministro Joaquim Eulalio comunicou ao plenário que o Coronel Raulino de Oliveira remetera um interessante relatório sobre os trabalhos da 28.<sup>a</sup> Convenção do Conselho Nacional de Comércio Exterior, de Nova York, na qual tomara parte como representante do Conselho Federal de Comércio Exterior. Embora tratando-se de um órgão não oficial, e tendo as resoluções adotadas nesse certame, caráter formal, contudo as comunicações aí feitas foram muito significativas para as relações comerciais dos Estados Unidos com os países estrangeiros, especialmente com os da América do Sul, porque emanaram de autoridades de grande conceito no comércio, finanças, indústria, além de outras do meio cultural daquele país. Verificou-se ainda, o desejo das autoridades americanas de tomar em consideração as deliberações votadas na Convenção.

O Coronel Raulino de Oliveira salienta a vantagem que terá o Brasil se, para as futuras reuniões, enviar uma representação das nossas classes produtoras que poderão colher excelentes resultados do contato com os representantes das grandes associações americanas.

#### IMPOSTO DE EXPORTAÇÃO SOBRE CERA DE CARNAUBA

No expediente, foi lido o officio em que o diretor da Carteira Cambial do Banco do Brasil participa que o Sindicato dos Exportadores do Ceará comunica que está sendo, devidamente, cumprida a resolução do Conselho, referente á fixação do imposto de exportação sobre cera de carnauba, pelo Governo desse Estado.

Foi lido officio, no qual o Itamaraty comunica que a nossa Legação em Guatemala, de acôrdo com a recomendação do Conselho, distribuiu pelos hospitais e associações de beneficência amostras de produtos farmacêuticos pertencentes aos mostruários da Missão Econômica Brasileira, e que este ato mereceu elogios da imprensa guatemalense. Passando á Ordem do Dia, o conselheiro Uldarico Cavalcanti relatou o processo que trata da mistura de açúcar ao café brasileiro no exterior. Em seu parecer, adotado pela Camara de Ta-

rifas Aduaneiras, o relator preconiza diversas medidas a serem submetidas á decisão do Sr. Presidente da República, as quais foram aceitas pelo plenário, com emendas de redação.

#### DIREITOS ADUANEIROS SOBRE ARSENIATO DE CHUMBO

Em seguida, reabriu-se a discussão do parecer da Camara de Tarifas Aduaneiras, de que foi relator o conselheiro Weinschenck, referente á redução de direitos aduaneiros sobre o arseniato de chumbo. Iniciando o debate, o conselheiro Uldarico Cavalcanti, que pedira vista do processo, apresentou um voto, em que diverge da opinião da maioria da Camara favoravel ao arquivamento do processo. Depois, o conselheiro Torres Filho apreciou a questão sob o ponto de vista da lavoura, falando a seguir, o conselheiro Lodi que analisou, em pormenorizada exposição, a situação da indústria nacional em face do regime ora em vigor, para o caso em apreço, tendo por fim, o relator sustentado o seu parecer. Após larga discussão, foi aprovado, por maioria, o parecer da Camara.

#### POSSIBILIDADES DO CHA' NACIONAL

Em seguida, o conselheiro Torres Filho relatou o processo atinente ás possibilidades do chá brasileiro, originado de um memorial que os produtores de Minas Gerais dirigiram ao Conselho, salientando as dificuldades que encontravam para colocar o produto no mercado interno, o que os tem levado a recorrer ao mercado externo, vendendo a mercadoria por preço inferior ao custo de produção. Segundo o relator, o mercado interno deve merecer um estudo especial e uma propaganda cuidadosa da parte dos produtores. A sua organização em cooperativas, classificação rigorosa do produto, seriam os passos para a conquista certa do mercado brasileiro, que importa anualmente cerca de 82 toneladas de chá, pelas quais paga 2.300 contos de reis. Após discorrer sobre a introdução do cultivo do chá no Brasil e das sucessivas tentativas

feitas posteriormente, o conselheiro Arthur Torres mostrou as zonas onde essa plantação está sendo feita com sucesso, salientando que nos arredores de Ouro Preto, há cerca de 2 milhões de pés, produzindo, anualmente, em média, 50 a 60 toneladas de chá manufacturado, cuja qualidade está sendo melhorada graças á introdução de métodos modernos. Após examinar, detidamente, o assunto, o relator indicou as providências a serem adotadas, aceitas pela Camara de Produção, Consumo e Transportes, que foram, com ligeiras alterações, aprovadas pelo Plenário.

Finda a Ordem do Dia, o Ministro Joaquim Eulálio em nome de seus colegas e no seu próprio, apresentou votos de boa viagem ao Sr. Uldarico Cavalcanti, que deverá partir para o Paraguai, onde vai representar o Conselho, nas negociações do Tratado de Comércio e Navegação a ser firmado com aquele país.

#### A 33.<sup>a</sup> SESSÃO ORDINÁRIA REALIZADA A 8 DE DEZEMBRO DE 1941

O Conselho Federal de Comércio Exterior realizou ante-ontem, sob a presidência do Diretor Geral, a 33.<sup>a</sup> sessão ordinária, a que compareceram os Conselheiros Leonardo Truda, Uldarico Cavalcanti, Benjamim do Monte, Arí Maurell Lobo, Guilherme Weinschenck, Bulcão Ribas, João Firmino Correia de Araujo, Alves de Souza, Alencastro Guimarães, Artur Torres Filho, Ildefonso Albano e Euvaldo Lodi.

#### DESPACHOS DO SENHOR PRESIDENTE DA REPUBLICA

Aprovada, sem debate, a ata da sessão anterior, o Ministro Joaquim Eulálio comunicou ao plenário os seguintes despachos do Senhor Presidente da República:

a) aprovando a resolução relativa á isenção de direitos para a importação, do Paraguai, de madeira de quebracho "colorado";

b) aprovando a resolução atinente á revisão das normas de nossa política exterior e conclusão de ajustes comerciais;

c) aprovando a resolução referente ao fomento do consumo interno da banana industrializada;

d) aprovando a resolução que trata da concessão de subvenção á industria da celuloze;

e) aprovando a resolução concernente ao comércio do fumo.

#### LINHA DE NAVEGAÇÃO PARA O MEXICO

Terminada a leitura dos despachos, o Ministro Joaquim Eulálio informou ao Conselho que relativamente á resolução, já aprovada pelo Sr. Presidente da Republica sobre o estabelecimento de uma linha de navegação para o México, recebera um officio, no qual o Ministro da Viação declara que a execução desse serviço será encetada logo que sejam incorporadas ao Lloyd Brasileiro os navios de países estrangeiros, em vias de aquisição. A pedido do Diretor Geral, sobre o assunto falaram os Conselheiros Leonardo Truda e Alencastro Guimarães, que se ocuparam, também, de questões atinentes á economia nacional.

#### COMERCIO E GARIMPAGEM DE PEDRAS PRECIOSAS

Passando á ordem do dia, o Conselheiro Alves de Souza, em longa exposição, analisou a matéria do processo que trata do comércio e garimpagem de pedras preciosas lendo, em seguida, o ante-projeto da Camara de Produção, Consumo e Transportes, que dispõe sobre a criação do Instituto Nacional de Pedras Preciosas. Aberta a discussão, o Conselheiro Leonardo Truda pediu o adiamento da votação, sem prejuizo do exame do projeto, o qual encerrava matéria que demandava estudo mais detido. Aceita essa proposta, diversos membros do Conselho expendiram observações, ficando deliberado que, na proxima sessão seriam apresentadas emendas.

A seguir, o Conselheiro Alves de Souza justificou o parecer da mesma Camara sobre comércio de sacaria, tendo sido aprovada a proposta do Conselheiro Arí Lobo de voltar o processo á Camara para juntada de documentos.

A sessão terminou ás 19,30 horas.

PROPONHA um seu amigo, lavrador ou criador, para sócio da Sociedade Nacional de Agricultura  
Utilize a fórmula destacável, apenas a êste número.

# OS MERCADOS EUROPEUS E A PRODUÇÃO AGRÍCOLA DO BRASIL

Aos Agentes do Serviço de Economia Rural em todo o país, foi enviada a seguinte circular:

“Continuando este Serviço empenhado em conhecer, nos seus detalhes, os efeitos econômicos e sociais do fechamento dos mercados importadores de produtos nacionais, em todos os setores da nossa vida rural, transmito, para vosso conhecimento, o resumo das informações colhidas pelas nossas Agências e dos pareceres emitidos nesta Diretoria quanto a parte relativa ao trabalho rural.

“Sr. Diretor.

Solicita o Conselho Federal de Comércio Exterior que o Ministério da Agricultura esclareça:

a) — se a supressão dos mercados europeus tende a paralisar as plantações e colheitas dando em resultado o desemprego nos meios rurais

b) — se esse fenômeno já está se verificando e quais as culturas e zonas mais atingidas;

c) — em que proporção se poderá prever a extensão do fenômeno;

d) — em que outras atividades poderão ser empregados os trabalhadores rurais atingidos pela crise.

I — Inquérito realizado por intermédio das Agências do Serviço de Economia Rural que, em Maio do ano findo, foram instruídas no sentido de acompanharem, com o maior interesse, a situação criada pelo fechamento de mercados importadores de produtos nacionais. deu lugar a que fossem colhidas, entre outras, as seguintes informações:

*Pará* — Nesse Estado foi a cultura do algodão a mais atingida, acentuando-se, desde logo, o decréscimo da respectiva exportação. Não se verificou, entretanto, falta de trabalho nos meios rurais. Os municípios, de Monte Alegre e Prainha, como, também, os de Gurupá, Porto de Moz e Altamira, lutam, de certo modo, com a falta de braços que, atraídos para a mineração de ouro na região do alto

Xingú, têm abandonado os trabalhos de lavoura e das indústrias extrativas de origem vegetal.

*Maranhão* — Não há desemprego nos meios rurais embora atingidas a exploração do babassú e a cultura do algodão.

*Piauí* — A cultura do algodoeiro, mais atingida nos municípios do centro e sul do Estado, tem sido privada de braços com o desvio de trabalhadores para a indústria extrativa, notadamente da cera de carnaúba, do babassú e da oiticica que oferecem, sobretudo a primeira, margem a melhores remunerações.

*Ceará* — Foi reduzida a exportação caindo os preços da mamona e do algodão, — produto cujo escoamento tem se processado muito lentamente. Houve, em consequência, decréscimo de atividade nas respectivas culturas, porém as elevadas cotações alcançadas pela cera de carnaúba, óleo de oiticica e couros e peles agiram como atenuantes. Os cereais e grãos leguminosos alcançam preços compensadores nos mercados internos, porém, mesmo assim, sofreu o milho, que vinha sendo colocado, com apreciáveis perspectivas, nos mercados europeus. Tendo o Ceará se dedicado á policultura aparecem atenuados e distribuídos os efeitos da crise que, embora desfavoráveis, não concorreram para a desvalorização das terras e falta de trabalho nos meios rurais. Na hipótese de recrudescimento das dificuldades ter-se-ia como acertado a utilização do braço rural atingido em obras de açudagem, irrigação e abertura de estradas.

*Rio Grande do Norte* — A situação nesse Estado foi agravada, em parte, pela ocorrência de irregularidades climáticas que elevaram o custo da produção na zona chuvosa e diminuíram as safras nas do sertão onde se verificou relativa falta de trabalho nos meios rurais. Em casos tais, frequentes com as secas periódicas que assolam as caatingas e sertões nordestinos, impõe-se o aproveitamento dos trabalhadores, em obras de utilidade pública. Os efeitos da guerra foram mais acentuados na lavoura algodoeira, principal no Estado.

*Pará* — A falta dos mercados europeus foi atenuada pelas maiores importações dos mercados do continente, sobretudo os norte-ame-

ricanos. Não se observa reflexo apreciável nas atividades rurais. A falta de trabalho, se vier a se dar, poderá ser atendida com a intensificação de serviços de utilidade pública que o Estado vem realizando em proveito de sua economia.

Não fôra a situação incutir certo receio e estaria a lavoura paraibana com necessidade de maior número de braços para o seu desenvolvimento que evolue no sentido da policultura e do aproveitamento de recursos naturais antes despresados.

A cultura do abacaxi, fortemente atingida com as dificuldades de exportação do apreciado fruto, deu lugar, com o aproveitamento da fibra, á ocupação dos trabalhadores atingidos.

*Pernambuco* — Não é diversa a situação da lavoura e do trabalhador rural pernambucano havendo, mesmo, escassez de braços nos centros de exploração do "caroá" que mantém os salários em nível compensador. Providências oportunas, inclusive o desenvolvimento de novas indústrias e a assistência econômica, pelo cooperativismo nos meios rurais, atenuaram a crise que, de início, se fez sentir nos meios comerciais.

*Alagoas* — Também nesse Estado não se verificou maior desequilíbrio, parecendo que a lavoura de milho foi a mais atingida. As atividades rurais, entretanto, não se mostram perturbadas.

*Sergipe* — O mesmo se observa, não havendo, a rigor, falta de trabalho nos meios rurais.

*Baía* — Embora reduzidas as exportações não se manifestou, em consequência, o desemprego nos meios rurais. A lavoura de fumo foi a mais atingida e a do cacau, já em dificuldades, não teve a situação agravada a ponto de ser abandonada. O aproveitamento de outras fontes de riqueza, principalmente, de fibras e da cêra de ouricuri, assegura, de certo modo, o trabalho nos meios rurais. O exodo de trabalhadores para o sul é fenômeno de há muito verificado.

*Espírito Santo* — Também nesse Estado não se manifestou maior desequilíbrio, sendo, entretanto, atingida a indústria extrativa de madeira.

*Rio de Janeiro* — Nota-se certa elevação do padrão de vida nos meios rurais fluminenses. As atividades rurais (agricultura e pecuária, excetuado o café, frutas cítricas e banana, objetos de maior exportação para o estrangeiro, visam, de preferência, os mercados internos e o da capital do país.

Datando de anos passados o declínio da cultura cafeeira levou o excedente de braços a outras atividades. A falta de trabalho não se faz sentir nos meios rurais atenuada, como tem sido, pela realização de obras de saneamento e abertura de estradas de rodagem. A lavoura mais atingida foi a de laranja que permanece em crise acentuada.

*Distrito Federal* — As explorações hortícolas sofreram com a escassez de sementes que, na quasi totalidade, procedia dos mercados europeus.

*São Paulo* — A situação, como é natural, provocou entre os lavradores paulistas, apreensões, não chegando, porém, a desencorajá-los. Atingiu com maior intensidade as explorações citricolas e a cultura do algodão. Não se verificou, em qualquer atividade rural, desemprego, sendo o braço absorvido, todo ele, no próprio interior.

Só na hipótese de vir a faltar assistência financeira ao produtor paulista é que a falta de trabalho se fará sentir.

*Paraná* — A crise de trabalho chegou, a se esboçar entre os madeiros, notadamente na indústria do pinho. Foi, entretanto, com medidas oportunas, prontamente atenuada.

*Santa Catarina* — As dificuldades resultantes da perda dos mercados europeus não acarretaram, nesse Estado, sensível desequilíbrio nas atividades rurais. Os trabalhadores das explorações mais atingidas encontram trabalho em outras nos próprios meios rurais.

*Rio Grande do Sul* — O fumo e os couros e peles, antes procurados pelos mercados da Europa central, foram, dentre os produtos exportados pelo Rio Grande do Sul, os mais prejudicados. Não houve, entretanto, reflexo sensível nas atividades rurais. O desenvolvimento dos trabalhos rodoviários, utilizando elevado numero de trabalhadores, deve ter concorrido para que se não manifestasse o fenômeno do desemprego nos meios rurais sul-riograndenses.

*Minas Gerais* — O decréscimo porventura verificado na produção agro-pecuária decorre menos da influência dos fatores ligados ao conflito europeu que do correr das estações. Houve estiagens prolongadas nas zonas do norte, triangulo e mata. As indústrias extrativas e os trabalhos rodoviários, utilizando elevado numero de braços, concorreram, sem dúvida, para evitar a falta de trabalho nos meios rurais.

Não dispondo o Serviço de Economia Rural de Agências no Acre e nos Estados do Amazonas, Goiaz e Mato Grosso, faltam detalhes a respeito. Neles, porém, segundo as notícias colhidas, as atividades rurais evoluem satisfatoriamente.

II — O exame dos informes reunidos, e que apresentamos sem maiores detalhes, parece-me autorizar responder-se ás indagações do Conselho Federal de Comércio Exterior, esclarecendo:

a) — que, a rigor, não determinou a supressão dos mercados europeus, a paralização de plantações e colheitas e, em consequência o desemprego nos meios rurais;

b) — que, embora concorrendo, poderosamente, para perturbar as atividades rurais, desequilibrando-se umas mais do que outras, vai a crise sendo suportada e, até certo ponto, atenuada pelo alargamento do mercado interno, desenvolvimento de outras atividades, abertura de novos mercados e fortalecimento do intercambio comercial entre as nações americanas;

c) — que a situação internacional, constante e progressivamente agravada, poderá concorrer para maior intranquilidade sobretudo se vierem a ser embaraçadas as exportações para os mercados asiáticos

d) — que, finalmente, novas atividades, nas regiões mais atingidas, têm equilibrado, de certo modo, a vida dos trabalhadores rurais e a eles não faltará trabalho, se for dispensada maior assistência financeira aos lavradores, criadores e profissionais de indústrias rurais.

Na hipótese, porém, de vir o fenômeno manifestar-se com maior intensidade, acarretando, como vezes muitas ocorre nas regiões secas do país, a falta de trabalho na lavoura, na pecuária e nas indústrias rurais inclusive extrativas, tornar-se-ia imprescindível:

a) — intensificação de trabalhos de utilidade pública visando desenvolver e aparelhar os transportes;

b) — organização de mercados, notadamente dos de distribuição, aparelhando-os com instalações adequadas (frigoríficos, etc.) para a conservação de stocks de modo a facilitar o financiamento dos excedentes de safras;

c) — desenvolvimento do crédito agrícola, colocando-o ao alcance dos pequenos produtores, para que possam ser incentivadas novas

atividades, de caráter produtivo, no interior do país;

d) — incentivo de trabalhos públicos, — abertura de estradas, drenagem e saneamento de baixadas e vales úmidos, açudagem, irrigação, etc. em benefício das zonas rurais;

e) — incentivo a produção de óleos e de combustíveis e lubrificantes, dando-se maior desenvolvimento ao fabrico de alcool no país;

f) — organização da classe rural, sindicalizando-a, para que possa usufruir benefícios de assistência social e econômica ;

g) — evitar-se a paralização das construções civis nos centros urbanos pela escassez de matérias primas de produtos semi-manufaturados, seja pela dificuldade de importação de uns, seja pela excessiva exportação de outros, acarretando encarecimento;

b) — recorrer ao tabelamento somente quando estritamente necessario, fazendo-o, porém, em função do custo da produção, do preço de venda ao atacadista e de maneira a que produtos nacionais não fiquem em situação desfavoravel relativamente a similares importados.

III — Até agora, como vimos, foram mais atingidos o algodão, o cacau, o fumo, as frutas, a madeira, inclusive pinho e os couros e peles.

O arrôz, que sofreu, consideravelmente, com as inundações no Rio Grande do Sul, foi prontamente amparado e tende a restabelecer sua situação.

As indústrias extrativas, principalmente na região amazônica, carecem de braço para que possam atender ás necessidades criadas pela própria guerra, que se estendem ao continente americano. (a) Antônio de Arruda Camara — Chefe da Secção de P. E. S."

Sr. Ministro

1. Em Janeiro do corrente ano, o Conselho Federal do Comércio Exterior dirigiu-se a este Ministério solicitando, para estudos que nele se faziam sobre os reflexos da guerra na economia nacional, esclarecimentos constantes de quatro itens mais diretamente ligados á vida

rural. Em sùmula, desejava-se saber se a supressão dos mercados europeus estava determinando a paralização do trabalho agrícola e quais as medidas aconselháveis para remediar-se a situação decorrente desse estado de coisas.

2 — Mau grado a amplitude do tema proposto, pois um complexo de causas econômico-financeiras se reflete sobre a agricultura brasileira, faltam-nos estudos exatos capazes de servir de base para conhecer-se o ritmo de toda a vida econômica do país, mesmo assim, o Serviço de Economia Rural, com a possível brevidade, procurou coligir elementos que possam dar a impressão, no momento, das condições do trabalho agrícola no país.

3 — Como é sabido as crises na agricultura resultam do mecanismo da formação dos preços e esses são resultantes do equilíbrio geral dos mercados.

Está evidente, que com o fechamento dos mercados europeus, consumindo mais de 50% dos produtos brasileiros, fortes repercussões se farão sentir na economia brasileira, apesar de todas as providências sagazmente postas em execução pelo Governo, quer fortalecendo e alargando o mercado interno, quer estimulando o intercambio pan-americano.

4 — Impõe-se que realizemos estudos de coordenação dos vários órgãos da economia nacional para que, em todos os setores, se conheça as oscilações periódicas dos preços, como recomendam os economistas. Já mesmo antes da guerra se reconhecia que essa oscilação representa o fenômeno mais sério a exigir a atenção dos poderes públicos.

Infelizmente, não possuímos sequer dados estatísticos sobre a produção. Os que aparecem e são comentados têm caráter estimativo. Toda produção agrícola é baseada no rendimento médio por hectare das áreas plantadas. A própria estatística industrial, na ausência do cadastro, é baseada na capacidade das fábricas tendo em vista o numero de horas de trabalho, no ano.

E os os dados sobre a nossa capacidade de consumo E os elementos sobre o comércio interestadual?

Acredita-se seja verdadeira apenas a estatística da exportação por ser baseada no volume e no valor das mercadorias tributadas.

E' possível conhecer-se o ritmo da vida econômica nacional pelos números-índices? Como prevenir-se e conjurar-se as crises?

Vem a propósito observar que, ao contrário do que se declara comumente, os artigos de alimentação são os que mais fracamente participam das flutuações cíclicas dos preços. Por desconhecer-se essa verdade, é que o Brasil muito dificilmente consegue produzir com abundancia para sua alimentação em todo o território. O barateamento da vida, só é encarado no que se refere aos produtos agrícolas, quando as perturbações nas bases econômicas do país resultam do desequilíbrio nacional.

Diz-se que a produção industrial representa um valor duas vezes maior que o da agropecuária, evolução essa que manifesta tendência para um desequilíbrio crescente, em consequência da guerra mundial. Não devemos entretanto perder de vista repousar a exportação na agro-pecuária e dela depender o fortalecimento do mercado interno.

Aos olhos de um observador cuidadoso da situação brasileira logo se evidencia a necessidade que temos em adotar diretrizes seguras baseadas em investigações científicas capazes de nos conduzir a uma evolução constante realizando a grande obra da "conquista do espaço". Mas um fato que acima de tudo precisa ficar bem acentuado, é o de que a base de nossa política econômica só terá solidez se repousar na *ruralização*. O que produzimos e o que exportamos longe esta de condizer com a população do país. Enormes são as regiões abandonadas e mesmo as exploradas exigem métodos de equipamento econômico e de orientação agrônômica.

A todo custo, em quanto é tempo, teremos que evitar o definhamento das fontes da produção agrícola, com o grave fenomeno social do congestionamento urbano. De outra forma, não poderemos garantir o abastecimento dos mercados internos e vencer na luta da concorrência no exterior.

7 — “Lutando de sol a sol para a manutenção de suas famílias, que só a custo são arrancadas da miséria; enfrentando ora as geadas, ora as chuvas, ora as secas e ora as inundações, os heroicos batalhadores campezinos afastam-se de nosso convívio e dessa forma esquecem-nos os governantes para preocuparem-se mais e mais com as questões nem sempre tão prementes nos grandes centros urbanos” — palavras recentes do Interventor Fernando Costa, falando aos agricultores de S. Paulo.

A evolução da economia brasileira exige exame atento, pois se o crescimento industrial é digno de apreço ele não deve operar-se em detrimento das fontes da produção agropecuária. Por isso mesmo, o *trabalho agrícola* deve merecer igual desvelo do poder público, pois dele vive a grande massa da população do país.

Não percamos de vista o que já foi exposto mais de uma vez sobre a carestia da vida: “se a roça vende caro os seus produtos agrícolas, também compra caro os produtos industriais. Pois se as populações urbana têm direito à produção do Estado, essa proteção deve estender-se igualmente às populações rurais”.

Finalmente, acima de tudo, o que temos por realizar, é o *ajustamento* dos fatores da produção e do consumo. Toda uma imensa obra está por ser efetuado nessa diretriz, e ela se resume na palavra *organização*.

8 — A organização econômico-social da agricultura e sua regulamentação, mesmo antes da guerra, já constituía preocupação dos estadistas em muitos países. A origem da crise manifestada na agricultura foi atribuída ao que os economistas chamaram de *crise das tensões*, cuja origem vamos encontrar no desequilíbrio entre os preços dos produtos agrícolas e os industriais.

Existe evidente desigualdade entre a alta verificada entre os artigos manufaturados e os agrícola. Vende o agricultor barato seus produtos quando é compelido a pagar caro pelos que adquire para continuar a produzir.

O capital empregado na agricultura, não pode, de modo algum, remunerar com as vantagens conferidas em outras atividades, daí

porque os melhores elementos abandonam os campos.

Lutando contra os intermediários pela falta de organização dos mercados, com a depreciação dos preços, justamente nas épocas de safras abundantes, e contra mil e um obstáculos, fatalmente assistiremos ao crescimento das populações urbanas.

A produção agro-pecuária necessita ser orientada e protegida, mas o modo por que devemos fazê-lo dependerá dos rumos que soubermos traçar para a economia nacional.

Caminhamos para os órgãos de sistematização, e o Estado necessitará de bastante força para ficar á altura de sua grande missão.

Ao submeter a V. Excia. os elementos que o Serviço de Economia Rural pode coligir sobre os temas apresentados pelo Conselho Federal de Comércio Exterior declaro-me de acôrdo com o parecer apresentado pelo Chefe da Secção de Pesquisas Econômicas e Sociais, agrônomo Antônio de Arruda Camara.

(as) — *Arthur Torres Filho* — Diretor”.

Dando-vos conhecimento da marcha desse estudo recomendo, com empenho, proceda essa Agência a novos estudos, — corrigindo e completando as informações reunidas —, de maneira a que, até o fim do corrente ano, se possa apresentar, sobre o assunto, trabalho que traduza, tanto quanto possível, a situação criada”.

#### RESOLVIDA SATISFATORIAMENTE A CRISE DO CACÁU

Segundo nos informa o Conselho Federal do Comércio Exterior, ao iniciar-se a guerra européia, sofreu o cacáu brasileiro uma das mais sérias crises de seu comércio. Porém, graças ás medidas tomadas pela Comissão de Defesa da Economia Nacional, após ouvir o parecer de uma delegação especial incumbida de estudar o assunto, os preços para a safra de 1940-41, apresentam-se compensadores.

A exportação brasileira de cacáu, no primeiro semestre do corrente ano, cifrou-se em 48 mil toneladas, equivalentes a 97 mil con-

tos de réis, contra 29 mil toneladas, valendo mais de 65 mil contos, no mesmo período de 1940. O aumento verificado foi, portanto, de 50% em valor e 65% em peso, favoráveis ao ano em curso.

Em tempos normais, a Europa absorvia considerável tonelagem da produção cacaueteira do Brasil. Cessadas, porém, as importações de muitos países, houve compensação por parte do comércio realizado com os Estados Unidos, pois esse país adquiriu 81,5% do total exportado, aumentando, assim, suas compras de 7.200 toneladas, no valor de 15 mil contos, no primeiro semestre de 1940, para 39.250 toneladas, no valor de 76.100 contos, em idêntico período do ano e curso. Ao mesmo tempo as aquisições da Rússia Asiática, que se colocou como segundo comprador do cacáu brasileiro, favoreceram o escoamento do produto.

Observa-se, também, certo progresso nos mercados sul-americanos, com as aquisições realizadas pela Argentina, Chile, Colômbia, Uruguai e Guiana Holandesa que, no primeiro semestre de 1940, tinham importado em conjunto 2 mil toneladas, passando, no mesmo período de 1941, suas compras de 2.700 toneladas, sendo que só a Argentina adquiriu mais de 2 mil toneladas.

### CRIADA A JUNTA REGULADORA DO COMERCIO DA LARANJA

Criando, na Comissão de Defesa da Economia Nacional, a Junta Reguladora do Comércio da Laranja o Presidente da República assinou o seguinte decreto-lei:

“Considerando que a guerra atual fechou muitos mercados estrangeiros, onde encontrava colocação a laranja brasileira e demais produtos de citricultura;

Considerando que, em consequência, torna-se necessária a ação governamental para proteção e controle do comércio das frutas cítricas, em particular da laranja, seus produtos e sub-produtos;

Considerando, ainda, os fins para que foi criada a Comissão de Defesa da Economia Nacional,

Decreta:

Art. 1.º — Fica criada, na Comissão de Defesa da Economia Nacional, sob a denominação de Junta Reguladora do Comércio da Laranja (J. R. C. L.), o órgão encarregado de coordenar, controlar e superintender as atividades do comércio da laranja e seus pro-

ductos e sub-produtos, com as seguintes atribuições:

1) — providenciar o escoamento regular da produção para os mercados internos e externos e promover a estabilização dos fretes, junto aos órgãos competentes;

2) — promover e regulamentar a distribuição de praças, entre os exportadores, nos meios de transporte para os mercados consumidores, nacionais e estrangeiros;

3) — fixar, sempre que for necessário, preços mínimos para a venda da laranja pelos produtores, bem como quotas de exportação para cada mercado consumidor e para cada exportador;

4) — promover, por intermédio dos órgãos competentes, a propaganda mais conveniente para incrementar o consumo da laranja e dos seus produtos;

5) — organizar e regulamentar a distribuição e o consumo nos mercados internos, empregando para o bom desempenho dessas incumbências, os meios mais convenientes, devendo os governos federal, estaduais e municipais prestar a devida assistência e auxílio;

6) — incentivar e prestar toda a assistência possível à industrialização da laranja, promovendo a padronização dos tipos de produção;

7) — coordenar os dados estatísticos já existentes, referentes à produção, ao comércio e à industrialização da laranja e promover, junto aos órgãos competentes, o levantamento de outros sempre que for necessário;

8) — tomar idênticas medidas quanto ao registro dos produtores, dos beneficiadores, dos industrializadores e dos exportadores;

9) — promover a realização de estudos de natureza técnica e econômica relacionados com os processos de carga, descarga, transporte e distribuição da laranja.

§ 1.º — A J. R. C. L. poderá propor, quando for necessário, a adoção de quaisquer medidas para melhor atender aos objetivos para que foi criada.

§ 2.º — A ação da J. R. C. L. poderá estender-se ao comércio de todos os frutos cítricos e seus produtos e sub-produtos.

Art. 2.º — A J. R. C. L. com sede no Distrito Federal e jurisdição em todo o território nacional, será constituída por 5 (cinco) membros:

a) — um membro da Comissão de Defesa da Economia Nacional, que será o seu presidente;

b) — um representante do Ministério da Agricultura;

c) — um representante do governo do Estado de São Paulo;

d) — um representante do governo do Estado do Rio de Janeiro;

e) — um representante da Prefeitura do Distrito Federal.

Art. 3.º — Os membros componentes da J. R. C. L. não perceberão, da Comissão de Defesa da Economia Nacional, nenhuma remuneração ou gratificação pelo exercício das funções criadas por este Decreto-lei e essas funções serão definidas no Regulamento a ser baixado dentro do prazo de 60 (sessenta) dias.

Art. 4.º — As decisões da J. R. C. L. serão tomadas em conjunto e terão a forma de Resoluções, que serão reguladas pelo que dispõe o Decreto-lei n. 1.641, de 29 de Setembro de 1939 (lei organica da Comissão de Defesa da Economia Nacional), no que lhes for aplicável.

Art. 5.º — A J. R. C. L. valer-se-á, para os seus trabalhos e estudos, dos serviços e dados existentes em quaisquer repartições publicas federais, estaduais ou municipais ou, ainda, nas entidades para-estatais ou equiparadas.

Art. 6.º — A Comissão de Defesa da Economia Nacional fornecerá todos os recursos e meios, pessoal e material, necessários ao funcionamento da J. R. C. L.

Art. 7.º — O presente Decreto-lei entrará em vigor na data da sua publicação, revogadas as disposições em contrário.

## EM OITO MESES S. PAULO EXPORTOU MAIS DE 26.500 CONTOS DE MAMONA

O Estado de São Paulo, em Agosto ultimo, exportou 104.119 sacas de mamona pesando 5.948.416 quilos e no período que vai de Janeiro a Agosto (oito meses) o movimento de exportação foi de 513.812 sacas, com . . . . 29.647.990 quilos, o maior registrado até hoje em idêntico período nos anos anteriores.

A exportação do óleo foi de 407 tambores, com 88.818 quilos equivalente a reis . . . 299:441\$000, enquanto que as sementes exportadas elevaram-se a 6.101:171\$195 destinadas aos portos de Nova York, Osaka, Yokohama e Valparaizo.

Nestes últimos oito meses o movimento foi de 25.734:502\$400, entrando mais os mercados de Yokkaiiti, Moji Kobe e Jersey City e mais 943:118\$300 de óleo destinado aos portos de Hamburgo, Nova York, Montreal e Guayaquil. O movimento por cabotagem foi de 100 quilos equivalentes a 38:975\$600, destinado ao porto do Rio de Janeiro. Os dados acima

foram transmitidos ao titular interino da Agricultura pelo Serviço de Economia Rural, e esclarecerem ainda que o total das exportações interna e externa eleva-se á cifra de reis 26:716:796\$310.

## CULTURA DO COQUEIRO NA BAIXADA FLUMINENSE

Informações recebidas pelo Ministério da Agricultura detalham os trabalhos referentes ao plantio do coqueiro nos municípios de Cabo Frio e Macaé, na Baixada Fluminense, onde o cultivo da planta se apresenta bem mais vantajoso que na região nordestina.

Em Cabiunas, distrito de Macaé, a Secção de Fomento Agrícola, no Estado do Rio de Janeiro, mantém um campo experimental, entregue á direção do agrônomo Henaldo Gama Araujo, que espera distribuir, dentro em pouco, mudas da rendosa planta, sem dúvida das de maior aproveitamento industrial, prestando-se tanto o fruto como o coqueiro á fabricação de inúmeras utilidades, como sejam estopa, acalafeto, tapetes, cordas, óleos, banana, vassouras, doces, velas, vasos, botões, copra, etc. O fruto também se presta verde ou maduro, á industria farmaceutica, tais as suas qualidades emolientes, refrigerantes, purgativas, anteminticas, etc. Do envoltorio do côco obtem-se um óleo empregado com excellentes resultados contra as odontalgias. Cultura de larga importancia economica, o coqueiro virá trazer á Baixada Fluminense, em futuro não remoto, uma nova fonte de riqueza, tanto mais por se tratar de um ramo agrícola, cuja produção é de facil colocação e de enormes possibilidades para a industria

## COMERCIO EXTERIOR DO BRASIL A EXPORTAÇÃO

A exportação desceu de 4.193.042 toneladas em 1939 para 3.240.028 em 1940, acusando a diferença de 943.014 toneladas. No valor a diferença para menos atingiu a 649.001 contos de réis, pois em 1939 vendemos ao estrangeiro 5.615.519 contos, contra apenas 4.966.518 contos de réis, no ultimo ano.

Essas diferenças totais não foram mais acentuadas por que houve certa compensação decorrente do aparecimento de novos clientes ou do aumento compulsorio das aquisições de outros. As quedas das cifras da exportação, representadas em numero percentuais, correspondem a 22,54 % para a tonelagem e 11,56% para o valor.

No que se refere á tonelagem, apenas dois dos artigos de maior vulto, nas vendas para o exterior, apresentaram majoração: as carnes frigorificadas e conservadas e o minério de manganês, com os aumentos proporcionais de 77,84% e 17,84%, respectivamente. A êsses aumentos de volume corresponderam a 11,60% a mais no valor das carnes frigorificadas e conservadas e 56,55% no do manganês. Registrou-se também maior valor para a exportação de baga de mamona, cera de carnaúba e pedras preciosas, com 24,80%, 40,97% e 130,75% respectivamente e de 8,88% para outros produtos. Em contraposição, mercadorias cujas percentagens, no volume e valor de nossa exportação, indicam a posição econômica do país no setor do comércio externo, sofreram grandes depressões. Consideremos em primeiro lugar o café. Enquanto a exportação do nosso principal produto atingiu em 1939 a 16.498.525 sacas, no ano de 1940 não foi além de 12.097.584 sacas, donde um decréscimo de 4.400.941 sacas. A essas cifras correspondem, na coluna dos valores, 2.234.280 contos de réis, em 1939, contra 1.595.229 contos de réis, no ano passado. Só aí avulta a diferença de 639.051 contos de réis a menos.

Evidentemente uma diminuição de tal envergadura, equivalendo a 26,67% na quantidade e 28,60% no valor do café exportado, não pode ser anulada pelo surto nas vendas de outros produtos. Os dados abaixo mostram as diferenças ocorridas na exportação do café e algodão por países principais, em 1939 comparado com 1940:

#### EXPORTAÇÃO DO CAFÉ EM 1940

*Em sacas*

Menos do que em 1939

	%
Alemanha .....	93,33
Dinamarca .....	88,28
Finlândia .....	36,73
França .....	47,19
Holanda .....	92,51
Italia .....	45,41
Suécia .....	84,78
União belgo-luxemburguesa .....	66,43

#### EXPORTAÇÃO DO ALGODÃO EM 1940

*Em toneladas*

Menos do que em 1939

	%
Alemanha .....	95,20
França .....	90,61
Holanda .....	75,49
Italia .....	84,28
União belgo-luxemburguesa .....	82,51

Do mesmo modo que o café, o algodão, a cera de carnaúba, a mamona, as carnes congeladas, as laranjas, as madeiras e outros produtos sofreram grandes reduções no volume de suas vendas ao estrangeiro, conforme demonstram os quadros anexos ao presente relatório, embora alguns desses produtos acusem maiores valores.

O Canadá elevou muito as suas compras de algodão, no Brasil. Enquanto isso, também no volume, houve uma queda de 95,20% nas aquisições da Alemanha; de 13,18% nas da China; de 90,61% nas da França, de 75,49% nas da Holanda de 84,28% nas da Italia; de 17,49% nas do Japão.

Com relação ás carnes frigorificadas houve, no volume, aumento de 122,11%. Concorreram para isso a França com 261,15%; a União Belgo-Luxemburguesa com 33,86%.

A importação, no seu conjunto, foi menos afetada pelas repercussões da guerra. Quanto aos mercados, porém, o fechamento de numerosos portos estrangeiros, a paralisação de importantes centros industriais e as dificuldades impostas á navegação causaram profundos deslocamentos nesse setor do comércio externo do Brasil.

Comparadas as cifras relativas ao ultimo biênio, houve o decréscimo de 452.514 toneladas na importação da ultimo ano. O total atingido foi de 4.336.132 toneladas em 1940, contra 4.788.645 toneladas em 1939. A diferença percentual corresponde a 9,45% no volume, e a 0,39% no valor.

Essa desproporção decorre do encarecimento da maioria dos produtos, causados pela maior procura, aumento dos fretes e taxas de seguros. Em 1940, a importação montou no total de 4.964.149 contos de réis ao passo que alcançara 4.983.633 contos de réis, no ano transato; dada a diferença para menos de réis 19.483 contos de réis.

(Do Relatório do Serviço de Estatística Econômica e Financeira, o Ministério da Fazenda).

# A CAÇA E A PESCA EM GOIÁS

## A CAÇA E A PESCA EM GOIÁS

*O Conselho Técnico de Economia e Finanças de Goiás e suas iniciativas*

O Conselho Técnico de Economia e Finanças do Estado está discutindo um projeto apresentado pelo Engenheiro Dr. José Neddermeyer, de proteção á Natureza, regulando o exercicio de Caça e da Pesca em território goiano.

Esse projeto do Decreto-Lei visa antecipar aqui a execução do Código Federal, que já está em pleno vigor, porem, por falta de organização de um aparelho fiscalizador, não teve ainda execução em Goiás, quartel-general dos caçadores.

Esse estudo, assás interessante, está merecendo de todos os amantes da Natureza a mais viva atenção, porquanto, é sabido que Goiás e Mato Grosso são, atualmente, os visados para toda aventura cinegética e, das nossas terras, saem mensalmente toneladas de peles silvestres.

Para provarmos como se acentua o despovoamento da fauna dos nossos sertões, basta citar o fato dos índios terem necessidade periódica de fazerem incursões de caça, para sua alimentação, nos confins do territorio goiano, para onde são acoçados os animais por instinto de conservação. A Bandeira Anhangueira, em seu relatório, confessa que os seus homens sofreram fome por muitos dias, por falta de caça nas circunvisinhanças do Rio das Mortes. Alguns especimes já estão extintos. Já não povoam os campos araguaianos os cêrvos, os veados galheiros, o camussica, que é o mais agil da especie, e outros belos representantes da fauna brasileira.

A garrida ariranha está, por sua vez, liqüidada, devido á valorisação das suas preciosas peles, que possuem três camadas de pelos assetinados. Da fauna ictiológica estão também escasseando-se o Pirarucú, a Piratinga, a Piraíba e outros.

A tartaruga, dada a industria de oleos, que exige 15.000 ovos para a produção de 20 quilos, é outra especie ameaçada da bacia araguaia.

O projeto traz uma novidade interessante: estabelece o registro de armas de caça e a licença para caçar e pescar.

A renda desse serviço poderá atingir soma vultosa, pois, calcula-se em 200.000 as armas de caça existentes no territorio goiano. O produto dessa arrecadação deverá ser empregado na construção de um jardim zoológico em Goiania e na manutenção do serviço de policia rural.

Incalculaveis serão os beneficios que poderão advir dessa feliz iniciativa. Não se compreende por que razão são toleradas as armas de caça, tão mortíferas, sem a menor restrição no seu porte, quando para a outra ha tantas leis de proibição.

E, o que é verdade, é que a maioria dos crimes da roça é praticada com armas de caça, e isso justifica, plenamente, a medida preventiva, cautelosa e oportuna, que visa diminuir um pouco a furia destruidora dos inimigos da criação, que se divertem matando, como, também, restringir um pouco o uso dessas armas, que teem servido para liquidar com a fauna sem o menor embargo da parte do poder constituido. E' preciso dizer que não temos nenhum animal feroz.

—  
Nosso trabalho será difícil.

Goiás terá que pleitear do Governo Federal a precisa carta para exercer essa função, mas, estamos certos de que tudo dele conseguirá, de vez que, jamais poderíamos conseguir sosinho o cumprimento absoluto da letra do Código sem um serviço modelar de policia rural e de fiscalização do exercicio da caça em tão vasta e deshabitada extensão, em que as caçadas se realizam.

# Relatório da Diretoria

Prezados consócios .

E' com prazer que, cumprindo atribuição estatutária, venho dar-vos conta das atividades da Sociedade Nacional de Agricultura no biênio 1940-41.

Começarei por informar-vos que, conforme vem sucedendo em anos anteriores, estive durante mais êsse período no exercício da presidência que, como sabeis, é ocupada pelo prestimoso consócio e grande amigo desta Casa Dr. Ildefonso Simões Lopes, cujos afazeres não lhe permitiram o exercício da função a que, todavia, sempre deu o melhor de sua colaboração e apoio.

Ao entrar propriamente no assunto que me traz á vossa presença, iniciarei as minhas contas convosco referindo o que se tem feito no setôr "Escola de Horticultura Wenceslau Bello", que é o aspecto prático mais interessante no momento da vida da Sociedade. Com efeito, os resultados colhidos por êsse estabelecimento, mau grado os escassos recursos de que dispomos, são animadores. A recente exposição de trabalhos, com que foi encerrado o ano letivo de 1941, teve grande repercussão e atesta o acêrto com que o seu diretor, Dr. Antonio de Arruda Camara, vem conduzindo a Escola, hoje justamente considerada uma das mais úteis e conceituadas casas do ensino agrícola do país.

Inaugurada, como sabeis, em 1937, teve sua construção e instalações fiscalizadas pelo Ministério da Agricultura, em obediência a contrato em tempo firmado com o Governo.

Somente em 1938, em virtude de fatores vários, tiveram início os cursos regulares tendo funcionado entretanto, no ano da inauguração, um curso rápido de enxertia, no qual foram matriculados 45 anos e aprovados 30.

De 1938 até o presente, tem funcionado, sem interrupção, todos os cursos, regulares, e rápidos.

O regime, para os cursos regulares, é de internato e de externato, e, para os cursos rápidos, de externato.

Durante o ano de 1938 funcionaram os seguintes cursos:

1.º ano do curso de horticultura	internato
2.º curso de enxertia . . . . .	externato
1.º curso de defesa sanitária vegetal . . . . .	externato

1.º curso de organização de herbários e museus de produtos vegetais . . . . .	externato
---	-----------

Em 1939, os seguintes:

1.º ano de horticultura . . . . .	internato
2.º ano do curso de horticultura	internato
1.º ano do curso de hortelão . .	internato
1.º ano do curso de fruticultor	internato
3.º curso de enxertia . . . . .	externato
1.º curso de sericultura . . . . .	externato
2.º curso de sericultura . . . . .	externato
1.º curso de multiplicação vegetal . . . . .	externato
1.º curso de melhoramento de plantas . . . . .	externato

1940, os cursos em funcionamento foram:

1.º ano do curso de horticultura	internato
2.º ano do curso de horticultura	internato
3.º ano do curso de horticultura	internato
3.º ano do curso de horticultura	internato
2.º ano do curso de hortelão . .	internato
1.º ano do curso de fruticultor	internato
3.º ano do curso de fruticultor	internato
2.º ano de organização de herbários e museus de produtos vegetais . . . . .	externato
2.º curso de melhoramento de plantas . . . . .	externato

O movimento de matrículas e aprovação nos diferentes cursos desde a inauguração da Escola até o presente, foi o seguinte:

## ANO DE 1937

CURSO	Aluno matriculado	Aluno aprovado
1.º curso de enxertia . . . . .	45	30

## ANO DE 1938

CURSO	Aluno matriculado	Aluno aprovado
1.º ano de horticultura . . . . .	9	8
2.º curso de enxertia . . . . .	42	36
1.º curso de defesa sanitária vegetal . . . . .	116	55

1.º curso de organização de herbários e museus de produtos vegetais	50	22
---	----	----

## ANO DE 1939

CURSO	Aluno matriculado	Aluno aprovado
1.º ano do curso de horticultura . . . . .	16	13
2.º ano do curso de horticultura . . . . .	8	5
1.º ano do curso de hortelão . . . . .	1	1
1.º ano do curso de fruticultura . . . . .	3	1
3.º curso de enxertia . . . . .	38	15
1.º curso de sericultura	43	26
2.º curso de sericultura	65	58
1.º curso de multiplicação vegetal . . . . .	69	43
1.º curso de melhoramento de plantas . . . . .	29	24

## ANO DE 1940

CURSO	Aluno matriculado	Aluno aprovado
1.º ano do curso de horticultura . . . . .	17	3
2.º ano do curso de horticultura . . . . .	13	3
3.º ano do curso de horticultura . . . . .	5	4
1.º ano do curso de fruticultura . . . . .	3	0
2.º ano do curso de fruticultura . . . . .	3	2
2.º ano do curso de hortelão . . . . .	3	2
2.º ano do curso de organização de herbários e museus de produtos vegetais . . . . .	30	26
2.º curso de melhoramento de plantas . . . . .	38	14

Nos diferentes cursos, o movimento total de matrículas, durante o corrente ano, foi o seguinte:

Curso de horticultura . . . . .	38 alunos
Curso de fruticultura . . . . .	6 alunos
Curso de hortelão . . . . .	3 alunos
Cursos rápidos . . . . .	68 alunos

Os cursos regulares, visam a formação de profissionais especializados nos diferentes ra-

mos da horticultura, tendo já a Escola, diplomado, êste ano, em primeira época, a 1.ª turma composta de quatro horticultores, dois fruticultores e dois hortelões.

Nos cursos rápidos, que visam a formação de práticos em diferentes assuntos relacionados com a finalidade da Escola, já foram preparados:

81 enxertadores
55 fitosanitaristas
84 sericultores
43 viveiristas
48 herborizadores
38 polinizadores

*Regime de exames e promoções*

Os alunos dos cursos permanentes da Escola, só podem prestar exame em primeira época, quando satisfeitas as seguintes exigências:

1.º — realização, durante o ano, de quatro quintos das horas destinadas aos trabalhos práticos.

2.º — nas matérias em que a frequência às aulas dadas, fôr superior a quatro quintos.

3.º — nas matérias em que a média fôr, no mínimo, quarenta.

Em segunda época, entram em exame os alunos reprovados em primeira, ou que, por motivo justificado, tenham faltado aos respectivos exames.

Os exames constam de provas prática, escrita e oral, perante uma banca composta de três elementos professores da Escola, ou técnicos especialmente convidados.

Em primeira época, são aprovados os alunos reprovados em primeira, ou que, por motivo justificado, tenham faltado aos respectivos exames.

Os exames constam de provas prática, escrita e oral, perante uma banca composta de três elementos professores da Escola, ou técnicos especialmente convidados.

Em primeira época, são aprovados os alunos que, em todas as matérias alcançam, pelo menos, média quarenta, obtida dividindo-se por quatro, a soma da nota de exame multiplicada por tres e a média anual com o peso um.

Em segunda época, são aprovados os alunos que obtem, pelo menos, média cinquenta, em cada um dos exames realizados.

O regulamento da Escola permite a dependência de uma matéria e prevê a transferência automática, para os outros cursos permanentes, dos alunos reprovados em tres ou mais matérias do primeiro ano de horticultura.

Os alunos dos cursos rápidos só podem prestar exame, quando tenham frequentado pelo menos quatro quintos das aulas ministradas e executado todos os deveres práticos a que estiverem sujeitos.

Serão aprovados, nesses cursos, aqueles que lograrem nota mínima cinquenta, no exame prático-oral a que se submeterem, sendo considerado o índice de frequência como fator de julgamento.

### Ensino

O ensino na Escola de Horticultura Wenceslau Bello é essencialmente objetivo, sendo as aulas teóricas ministradas pelos professores acompanhadas de demonstrações e experimentações práticas, e, além disso, todos os alunos estão sujeitos a quatro horas diárias de trabalhos práticos realizados no campo.

O movimento geral das aulas ministradas durante o ano findo, foi de acôrdo com os diferentes cursos, o seguinte:

### ✦ CURSO DE HORTICULTURA

234	aulas de desenho
156	aulas de agrometria
104	aulas de fruticultura
104	aulas de jardinagem
104	aulas de hortalicicultura
104	aulas de botânica
78	aulas de agricultura
52	aulas de química
52	aulas de zoologia
52	aulas de zootécnia
52	aulas de solos e adubação
52	aulas de apicultura
52	aulas de contabilidade
52	aulas de genética
52	aulas de tecnologia
26	aulas de economia
26	aulas de construções rurais
26	aulas de mineralogia e geologia
26	aulas de fitopatologia
26	aulas de entomologia
26	aulas de física

### CURSO DE HORTELÃO

52	aulas de hortalicicultura
52	aulas de botânica
52	aulas de contabilidade
26	aulas de genética
26	aulas de economia

### CURSO DE FRUTICULTOR

104	aulas de fruticultura
104	aulas de fruticultura

104	aulas de botânica
52	aulas de apicultura
52	aulas de solos e adubação
52	aulas de contabilidade
52	aulas de genética
26	aulas de entomologia
26	aulas de economia
26	aulas de fitopatologia

Cursos de organização de herbarios . . . . .	30 aulas
Cursos de melhoramento de plantas . . . . .	30 aulas

### Modificação no regime de matrículas

A experiência de quatro anos de funcionamento demonstrou ser imprescindível uma modificação quanto ao preparo exigido para a matrícula no curso de horticultura.

Assim sendo, levando em consideração as exigências do ensino e o grau de especialização de tal curso, resolveu a diretoria que doravante para os candidatos ao curso de horticultura, seja exigido o curso secundário completo, e, para o curso de jardinagem, certidão de conclusão do terceiro ano secundário.

Para os cursos de hortelão, fruticultor e floricultor foi mantida a exigência do curso primário completo, e, para o curso de apicultor, certidão de aprovação no terceiro ano primário.

### Transferências

Durante o ano dois alunos de horticultura requereram transferência para os cursos de hortelão e fruticultor, e obtiveram despacho favorável.

### Alimentação e saúde dos alunos

A Escola vem estudando cuidadosamente, de acôrdo com os mais recentes preceitos da dietética, uma alimentação controlada e que mais se coadune não só com o trabalho intelectual dos alunos, como também, que seja compatível com o regime de trabalho de campo a que estão sujeitos os alunos.

As experiências realizadas tem sido coroadas de pleno êxito tanto que o estado de saúde dos alunos tem sido o melhor possível, não se registrando durante o ano, nenhuma enfermidade grave.

### Trabalhos práticos

Durante o ano de 1940, cada aluno, em média de 600 horas de trabalhos práticos, e, os alunos em conjunto, aproximadamente 24.600 horas.

E "mister salientar que, como o aumento do número de alunos sob o regime de internato, portanto sujeitos a trabalhos práticos, diminuiu o número de trabalhadores rurais que exercem suas atividades no Horto da Penha.

#### Despesa

Durante o ano findo, apesar de todas as economias feitas, a manutenção da Escola consumiu a importância de cento e vinte quatro contos, seiscentos e cinquenta e seis mil e duzentos réis.

#### 1941

Para o ano de 1941 foi prevista a execução da manutenção dos seguintes cursos:

Curso de horticultura .. . . . .	2 anos
Curso de hortelão .. . . . .	2 anos
Curso de fruticultor .. . . . .	2 anos
Curso de jardinagem .. . . . .	2 anos
Curso de floricultor .. . . . .	2 anos
Curso de apicultor .. . . . .	1 ano

Os cursos rápidos são organizados pelos professores e ministrados aos domingos.

Tais cursos tem alcançado grande número de frequência desde a sua criação em 1937, e é propósito da Escola, divulgar, cada vez mais, os conhecimentos técnicos sobre diferentes trabalhos relacionados com a horticultura, entre aqueles que, em virtude de seus afazeres, não possam fazer um curso regular.

Releva salientar, que, nesses cursos teórico-práticos, elevado tem sido o número de professores, agricultores, estudantes de agronomia, etc., que os frequentam.

A 29 de Novembro do ano passado, na sede da Sociedade, realizou-se a sessão especial para entrega dos diplomas aos alunos que terminaram os vários cursos ministrados na Escola.

Receberam o honroso documento os seguintes alunos:

Horticultores: — Adolpho Herzog, Alvaro Gonçalves Ribeiro e Mario Rocca Freire.

Jardineiros: — José Rodolpho Macario Grieder.

Hortelões: — Celio Barbosa Anchite, Christiano da Silva Barbosa, José Rodolpho Macario Grieder e Lourival de Oliveira Camara.

Fruticultores: — Celio Barbosa Anchite, Christiano da Silva Barbosa, José Rodolpho Macario Grieder, Lourival de Oliveira Camara.

Apicultores: — Attilio Pinto da Cunha, Rodolpho da Fonseca Luiz.

## SECRETARIA

Os trabalhos da Secretaria da Sociedade Nacional de Agricultura e da Confederação Rural Brasileira no período compreendido de 1939-1940, em resumo foram os seguintes:

#### 1939

##### Correspondência recebida:

Ofícios .. . . . .	139
Cartas .. . . . .	141
Telegramas .. . . . .	23
Contas .. . . . .	48
Pedidos .. . . . .	22
Propostas de sócios .. . . . .	30
Memoranda .. . . . .	9
Total .. . . . .	412

##### Correspondência expedida:

Ofícios, Cartas e Telegramas .. . . . .	415
---	-----

##### Fornecimentos:

Plantas frutíferas e ornamentais .. . . . .	3.377
Sementes .. . . . .	600 quilos
Vacinas .. . . . .	3.500 doses
Plantas frutíferas e ornamentais .. . . . .	3.377
Formicidas .. . . . .	19 caixas

##### Inscrição de sócios:

Foram propostos e aceitos os seguintes:

Rufino Alves de Souza Sobrinho  
 Michael Perelmiter  
 Domingos Freire de Carvalho  
 Manuel Dantas  
 Synval Rodrigues Machado  
 João Nunes  
 Dr. Geraldo Goular da Silveira.  
 Dr. José de Borjas Peregrino  
 Dr. Antonio Cordeiro de Medeiros  
 Dr. Pedro Paulo Paes de Carvalho  
 Luiz Antonio Pimenta Bueno  
 Dr. Athanagildo Leite Ribeiro  
 Dr. Paulino de Alencar Araripe  
 Dr. Adamastor Lima  
 Dr. Mario de Oliveira  
 Dr. Argemiro de Oliveira  
 Dionisio Marcionilo de Souza  
 Dr. José de Mello Moraes  
 Dr. Gastão de Faria  
 Dr. José Carneiro da Cunha  
 Dr. Honorio da Costa Monteiro Filho



Adamastor Lima, que acompanharam todos os tramites, até a assinatura da escritura de venda, passada em notas do Tabelião Penafiel, a 27 de Janeiro de 1941.

Tendo sido vendido 190.008 metros quadrados á razão de o metro, apurou a Sociedade a soma de \$52:034\$400, depositada em conta corrente especial no Banco do Brasil, que aguarda aplicação na aquisição da construção de um edificio para sede da Sociedade.

A indenização da Horta montou em \$35:000\$000, entregue ao Diretor da Escola de Horticultura Wenceslau Bello para a formação de uma outra, em outro local do terreno disponível do estabelecimento.

### Sessões

Durante 1939 realizaram-se na Sociedade 29 sessões da Diretoria e 1 sessão administrativa. No ano seguinte, êsses números de reduziram a 6 e 1 sessões, respectivamente. No exercício findo, entretanto, afora a sessão de abertura e de encerramento da exposição de trabalho da Escola de Horticultura Wenceslau Bello, a Diretoria apenas se reuniu para deliberar sôbre assuntos de administração, ou, mais propriamente, relativos á questão da aquisição da construção do edificio para sede da Sociedade.

Explica-se êsse fato com a péssima instalação atual da instituição. A Diretoria, mau grado seus desejos em contrário, sentiu-se constringida a suspender as sessões semanais, por não dispôr de um salão condigno, que possa receber convidados ilustres.

Assim, a vida da Sociedade tem permanecido no estado de hibernação, até que possamos resolver em definitivo o problema da sede. E isto, pensamos, será para época não muito afastada.

### Pessoal

O quadro de funcionários da Sociedade acha-se hoje reduzido a sete funcionários sendo um servente e outro o porteiro. Os demais, são: o antigo chefe da Secretaria Sr. Roberto Dias Ferreira; o Sr. Vergílio J. José Lamblet, a quem cabem a correspondência e o serviço externo; o Sr. José Marques Sarabanda, datilógrafo; do Sr. Othon Di Tommaso Bastos, auxiliar e que, futuramente, se destina á Biblioteca, quando esta importante secção puder por uma melhor localização, comportar serviços de catálogo e arrumação; e, finalmente, da Sra. Martha Nise Mendes de Britto, viúva do antigo funcionário José Mendes de Britto e a

que a Diretoria, dando o lugar de protocolista, procurou ajudar em sua aflitiva situação após o brusco desaparecimento de seu esposo. O porteiro é o antigo servente Randolpho Garcia de Abreu.

A todos êstes dedicados auxiliares, a Diretoria louva pela probidade, zêlo e competência com que se desempenharam de suas missões.

### Biblioteca

Esta importante secção, a que já tive ocasião de me referir linhas atrás, sofre grandemente com a falta de local adequado. Instalada, quando ainda nos encontravamos no edificio da rua 1.º de Março n. 15 em um andar corrido e completo, foi, ao nos mudarmos para esta séde provisória, comprimida em um espaço cinco ou mais vezes menor. Para isso, tivemos de sacrificar grande parte de umas coleções de periódicos, mandando-os para a Escola de Horticultura Wenceslau Bello e, ainda, por não ser bastante essa providência paralizar o serviço de arrumação das novas publicações chegadas desde aquela época. Daí, ficar prejudicado o serviço de consulta, o de arrumação e o de catálogo. Além do mais, dada a situação descrita, a conservação das valiosas obras de que dispomos se ressentem de cuidados que infelizmente não lhe poderemos dispensar enquanto não resolvermos o problema da sede. Contudo, graças ao zêlo de todos os funcionários, quando fôr da mudança o prejuizo se verificará na imposição de um novo catálogo, pois até a modificação das estantes prejudicou a indicação topográfica das respectivas colunas.

E' um departamento a que teremos de dar, futuramente, especial atenção

### Sindicalização das classes rurais

De ha muito vem esta Sociedade preocupando-se com a sindicalização das classes rurais. Depois de 10 de Novembro de 1937, a Constituição Federal modificou a estrutura do Estado, tornando-o corporativo. Compreendeu a Diretoria que a classe rural — amais numerosa do país — não poderia fugir ao enquadramento sindical a que já estavam sujeitos os demais ramos da atividade brasileira. E o assunto foi objeto de cogitações da Diretoria e de alguns diretores, isoladamente.

Aproveitando o ensejo da ida, á Europa, do Sr. Luiz Marques Poliano, incumbiu-lhe a Diretoria de obter, sobretudo em Portugal, cuja organização se assemelha á nossa, dados e informações sôbre o modo por que o Governo daquele país, enfrentou o difficil problema da organização cooperativa da lavoura e pecuária. Em sua volta, êsse antigo colabora-

dor ofereceu á Diretoria, cópia de observações próprias, precioso material de estudo, constante de publicações oficiais e dados os mais recentes sôbre o assunto.

Tendo sido, logo depois, designado pelo Sr. Presidente da República a comissão que, sob a minha presidência, foi incumbida de organizar o anti-projeto de lei que deveria estender aos lavradores e criadores nacionais os benefícios de que já gosam os demais trabalhadores do Brasil, êsses subsídios foram convenientemente aproveitados nos trabalhos que a comissão realizou.

Releva notar, ao se fazer referência a êsse importante assunto, que a Comissão, após ter aplainado as principais dificuldades que surgira, suspendeu os seus trabalhos pra a uma refusão do primitivo anti-projeto, devendo voltar a reunir-se brevemente para prosseguimento de seus trabalhos.

Outrossim, tive ocasião de textualmente declarar que "um grande problema foi estudado, qual seja o de aproveitamento de todas as instituições já existentes no país, para que nenhum núcleo congregador do trabalho rural fique a margem das cogitações governamentais".

Referi-me preciosamente, ás numerosas associações agrícolas e pastoris espalhadas por todo o Brasil e que, pelas suas federações e uniões, constituem um sistema já apreciável de organização profissional, sob a cúpula da Confederação Rural Brasileira, fundada em 1928, e já credora de alguns relevantes serviços á lavoura e á criação. E essa foi a norma seguida no trabalho da comissão.

### *A Lavoura*

A antiga revista da Sociedade Nacional de Agricultura, em virtude da nova lei de imprensa, e para poder obter registro no D. I. P., teve de adaptar-se e transformar-se em *Boletim*. Isto quer dizer que a velha publicação não poderá mais, como sempre sucedeu, valer-se das publicações remuneradas, que até certo ponto, anteriormente, auxiliavam o seu custeio. A essa dificuldade, é de juntar-se ou-

tras, decorrente do encarecimento do material tipográfico e sobretudo do papel, o que, tudo, não impediu que a sua circulação continuasse embora reduzindo-se as edições, com o recurso de torna-la bi-mensal, pela inclusão de 2 meses em um só número.

Aproveito o ensejo para apelar daqui para os meus ilustres companheiros e consócios, afim de que escrevam, pois "A LAVOURA" não quebrou a sua velha praxe de somente publicar trabalhos originais — razão do seu justo renome no país e no estrangeiro.

Encarrega-se da redação dessa útil publicação o Sr. Marques Poliano, na qualidade de redator-secretário.

### *Novo Edifício Social*

Os nossos Estatutos, reformados em Assembléia Geral de 28 de Agosto de 1925, estabeleceu no seu art. 65: "Fica a atual Diretoria plenamente autorizada a cogitar e resolver acêrca da definitiva e condigna instalação da Sociedade, podendo, para isso, fazer qualquer transação vantajosa com o prédio atual e respectivo contrato, proceder á mudança da sede, aquisição, e adaptação ou construção de novo edifício, bem como realizar operações de crédito que, para tanto, se tornem necessárias".

Essa autorização, que vem sendo revigorada em todas as Assembléias Gerais que se realizaram posteriormente tem já mais de 15 anos e prova a dificuldade com que a atual Diretoria e as que a precederam encontraram para a solução do velho problema.

Em 1931, foi a Sociedade autorizada pelo Decreto n. 20.294, de 12 de Agosto, a alienar uma parte dos terrenos do Horto Frutícola da Penha, não só para, com o produto, se custear a reforma da Escola, como, também, para, com o excesso, atender ao caso da sede social.

Mas os recursos apurados foram escassos e mrelação ao vulto dos gastos com os dois empreendimentos e, depois de devidamente estudado o assunto, ficou deliberado que se applicasse á atual E. H. W. B. a totalidade

da receita apurada na venda, e assim foi feito, reservando-se a Diretoria para mais adiante enfrentar o segundo problema.

Reunida a II Conferência Nacional de Pecuária nesta Capital, foi aprovada uma resolução segundo a qual deveria a S. N. A. enviar esforços para obter do Governo o auxílio e apoio necessários á construção da *Casa da Agricultura*, para sede da Sociedade, e também de Confederação Rural Brasileira, que convocou aquele Certame.

De posse dessa resolução, a Diretoria apelou para o Sr. Dr. Getulio Vargas e este, aproveitando-se da solução oferecida pela própria Sociedade, autorizou-a por decreto de 1 de Setembro de 1938, a alienar mais 20 hectares de terrenos julgado impróprios á cultura e perfeitamente dispensáveis ao bom funcionamento da Escola. Depois de várias providências, tendentes á obtenção do máximo por essa área, a Sociedade efetuou a venda ao I. A. P. I., conforme já me referi no capítulo correspondente.

Apurados menos de 900:000\$000, defronton a Diretoria novo embaraço :o alto valor imobiliário no centro da cidade e os recursos, ainda uma vez escassos, com que contava para efetuar compra ou construção condigna.

Uma comissão composta dos Srs. Adamastor Lima, Hilario Leitão e Roberto Dias Ferreira foi incumbida de dar os primeiros passos, afim de ser possível á Diretoria traçar uma diretriz.

Depois de longo trabalho — cujo relato minucioso se encontra nas atas das sessões administrativas — apresentou a comissão várias sugestões, que a Diretoria por sua vez debateu para resolver em conjunto que, dadas as dificuldades da construção, e o alto preço dos terrenos bem situados no centro comercial, seria mais aconselhável a aquisição de um imóvel já construido e mesmo dependendo de obras de adaptação.

Vários foram os edificios visitados mas todos êles ofereciam sérios inconvenientes de construção e espaço — o que levou a Diretoria a entrar por outro caminho: a compra de

um terreno e a construção de um edificio grande, mediante financiamento.

Os terrenos que, a êsse respeito, ofereciam melhores condições de local e de preço, são os acrescidos de marinha na esplanada do castello, com áreas de cêrca de 400 metros quadrados ao preço-base de 2:000\$000 mais ou menos o metro quadrado.

No momento, a Sociedade espera a abertura da concorrência para a venda de um dêsse lotes, depois de ter solicitado ao Sr. Presidente da República, em vão, a venda independentemente daquela formalidade, de um lote com aquela área ao preço da última venda em concorrência, que alcançou menos de 2:000\$000 o metro quadrado.

Entretanto, continua a Diretoria vigilante, para, no caso de aparecer qualquer edificio que solucione o difícil problema da séde, agir dentro da autorização estatutária e da quehoje vos peço, reforçando as anteriores autorizações.

### *Falecimentos*

Cabe-me aqui o doloroso dever de dar ciência oficial ao Corpo Social de falecimentos no quadro de funcionários e no de Diretores.

A êste último, pertenceu o Sr. Cel. Julio Cezar Luterback, sócio dos mais antigos, que durante muitos anos serviu como 1.º Tesoureiro e que ultimamente fazia parte do Conselho Superior .

Grande amigo desta Casa, fazendeiro adiantado e criador progressista, o seu desaparecimento enche todos os seus antigos companheiros de grande pesar, pois, além de todas as suas qualidades de carater, era altamente conceituado como patriota e grande amigo e colaborador desta Casa.

Dentre os funcionários, no último período administrativo, tres foram os falecimentos, todos de velhos servidores, a cuja memória em tempo a Diretoria prestou as mencionadas homenagens : Algenio Soares, bibliotecário,

Julio Homem Jorge,, Chefe da Portaria; e José Mendes de Britto, protocolista.

A todos êsses devotados colaboradores, a nossa saudade e o nosso reconhecimento.

#### .. *Outras ocorrências*

A Sociedade tomou parte na inauguração da VII Exposição Nacional de Animais e Produtos Derivados, realizada nesta Capital. Ofereceu prêmio á Sociedade Agrícola Pastoral para que a mesma o adjudicasse a concorrentes da Exposição Estadual de Animais e Produtos Derivados, realizada no local e sob o seu patrocínio.

#### *Comissão do Gazogênio*

Por solicitação do Sr. Ministro da Agricultura nomeou como seu representante junto á Com. Nac. do Gazogênio o seu 1.º Secretário Sr. Dr. Antonio de Arruda Camara.

#### *Conselho Federal de Comércio Exterior*

O Sr. Presidente da República, de posse de nossa indicação de três nomes de diretores, reconduziu o signatário ao cargo que ali vem desempenhando desde a fundação daquele órgão de representação da classe rural brasileira. "A LAVOURA" publica normalmente o extrato das atas das sessões do Conselho, e por ali se pode verificar a atuação que temos tido em benefício da classe cujo bem estar.

#### *Sericicultura*

Sobre êste assunto a Sociedade entrou em demarches com o Sr. Dr. Amilcar Savassi, e o Sr. Ministro da Agricultura no sentido de ser criado um Curso Rápido de Sericicultura na Escola de Horticultura Wenceslau Bello, finalizando com a prática do mesmo que se acha em pleno funcionamento.

#### *Peste em Rio Branco*

O Sr. Ministro da Agricultura, a pedido desta Sociedade nomeou uma comissão especial para estudar a peste que graçou naquele Município do Estado do Amazonas, que dizimava o gado local, a qual conseguiu descobri-la e debela-la.

#### *Cidade das Meninas*

Ofereceu-se a Sociedade a cooperar na obra da criação da Cidade das Meninas apresentando sugestões no sentido de ser criado no abrigo um Departamento de atividades rurais, subdividindo-se o mesmo em secções de Sericicultura — Avicultura — Agricultura — Cunicultura e Horticultura.

#### *Leis Trabalhistas*

A Sociedade, desejando esclarecer aos seus sócios sôbre como agir em face das leis trabalhistas, solicitou e obteve do Conselho Nacional do Trabalho informações sôbre quem trabalha em: *rega e melhoramentos de terras*, cujos serviços não podem ser feitos em horas e tempos certos.

#### *Homenagens*

A Sociedade associou-se á Cruzada Nacional de Educação nas homenagens prestadas ao Sr. Presidente da República, Dr. Getulio Vargas pelas creanças do Brasil.

#### *Produtores de Pouso Alegre*

Solicitou do Sr. Presidente da República providências no sentido de serem minradas as aflições dos produtores de Pouso Alegre, Santa Rita e Jacutinga.

# PAPEL DOS POSTOS DE MONTA NO FOMENTO DA CRIAÇÃO

ALPHEU RIVEILLEUX

## a) Considerações

A pecuaria nacional que se apresenta sob varios aspectos, consoante os meios onde é praticada, ainda é rudimental no seu conjunto.

O Brasil, pela extensão territorial, grande diversidade de solos, clima e populações diferentes, entre outros factores, está sujeito a modalidades economicas multiplas, que nos levam da criação em terras imensas á intensiva, havendo todas as fases intermediárias.

As criações de determinadas zonas mato-grossenses ou nordestinas de um lado, as da fronteira sul-riograndense, e aquelas que se vêm ao lado dos cafezais de São Paulo, dão-nos exemplos do afirmado.

São Paulo, que se abeirou desde cedo da fase agrícola, pratica hoje dois estados quasi extremos da pecuaria — a extensiva e a intensiva.

A primeira vemo-la em zonas ainda pouco exploradas, onde o valor da terra é relativamente diminuto, tais as da Sorocabana, Noroeste do Brasil, etc. A segunda é a da fazenda de café, na qual o gado é criado subsidiariamente á agricultura, beneficiando-se com os seus produtos. Faz parte desta exploração a pecuaria propriamente leiteira, praticada principalmente no vale do Paraíba.

A passagem de uma fase a outra será rapida, considerando-se as suas condições economicas.

O restante do gado distribue-se por ótimas invernadas, resultantes das situações geografica e economica do Estado, que o fizeram escoadouro dos produtos de Estados centrais e criadores.

## b) Papel dos Postos de Monta no Estado

O papel dos Postos de Monta em São Paulo é de relevo, muito embora seja menor

do que o desempenhado em Estados que vivem mais da criação ou que a praticam em condições mais extensivas. Esses, evidentemente, melhoram os rebanhos pelo cruzamento do gado nativo com as raças estrangeiras. São Estados grandes produtores de carnes, que a industrializam sob forma de xarque ou de carne frigorificada. Seguindo o exemplo de países como a Argentina, Estados Unidos, Canadá, Australia, etc. fizeram-se grandes importações de reprodutores que serviram para a formação de mestiços ou para constituição de planteis puros. Certo é que nesse meio surgiram exceções que se caracterizaram pela criação de rebanhos leiteiros.

E' por conseguinte, para a maioria desses meios, que reclamam incessantemente importação frequente e numerosa de reprodutores, até que planteis abundantes se formem com o intuito de fornece-los, que os postos de monta, permanentes ou provisórios, prestam o máximo serviço. Aí, mesmo os ricos proprietários que visam lucros em suas criações, fogem ás aquisições numerosas e frequentes de reprodutores. Alem disso, ha os pequenos criadores, cujas posses não permitem a compra de individuos de boa qualidade, mas que, estimulados pelo meio, forçados por ele a buscarem igualdade, se servem com o máximo empenho, dos reprodutores do Governo.

E' ainda nos Estados de criação extensiva que a criação cavalari se torna imperiosa, quer pelas lidas do campo, quer pela falta de transportes rapidos, que forcem a criação dessa especie, para a qual os postos de monta desempenham papel de suma importancia.

As demais criações ainda se encontram em maior numero nessas regiões, principalmente as de ovinos, caprinos e assininos. E'

bastante que se lancem os olhos para Estados brasileiros do sul e nordeste, e depararemos grandes criações dessas especies.

Resta a especie suína que é mais recomendavel ás zonas de agricultura e pecuaria adiantadas, sendo aconselhavel a sua intensificação para São Paulo, que ainda tem, em favor de sua exploração, os frigoríficos.

A de asininos que tambem é propria de regiões montanhosas presta ao Estado importantissimos serviços.

Não sendo até agora recomendavel a criação do cavalo de tração, salvo exceções, é no muar que os estados de agricultura adiantada têm o meio de transporte mais aconselhavel.

Se é certo que a industria do motor é incrementada com a civilização, não é menos veridico que, para certos meios, ainda não se póde generalizar o seu emprego.

E' o caso de São Paulo, cuja industria pesada ainda não está suficientemente desenvolvida e que procura solucionar o problema de combustivel. Temos, outrossim, como certo, que para pequenos percursos, ainda é o muar o mais economico mesmo nas zonas adiantadas. Na Europa, por exemplo, onde existem a industria do motor, estradas de rodagem superiores ás nossas, e onde o petroleo é menos custoso, o motor animal ainda é muito difundido. Segundo estudos realizados na França o caminhão é mais economico que o motor animado em grande distancias, levando-lhe, contrariamente, vantagens o cavalo nos pequenos percursos, sobretudo nas cidades.

Os postos de monta em São Paulo teriam pois, maior recomendação nas zonas novas. Mas, mesmo aí, já se nota tendencia ao aproveitamento das pastagens em invernadas, que melhor retribue no emprego de capital, considerando-se o elevado valor da terra e o fato de se servir o Estado de gado que lhe vem de Mato Grosso, Goiás e Minas Gerais por preço relativamente diminuto.

Se a atuação dos postos de monta em regiões de criação intensiva não tem o papel que lhe é assegurado nas de criação extensiva, não quer isto dizer que as suas finalidades na-

quelas não sejam de grande importancia. De um lado temos as circunstancias aludidas; por outro, contrariamente, verificamos que a procura de coberturas, para determinadas especies, principalmente, só se verifica com exito nas zonas povoadas, adiantadas e dotadas de vias de comunicações rapidas. E' o caso de se intensificar a criação dos postos de monta permanentes, isto é, daqueles que têm séde, reprodutores e aparelhamentos indispensaveis ás coberturas. Estes, mediante ativa e inteligente propaganda têm feito e farão obra de destaque em favor da pecuaria paulista.

Os postos de monta provisórios ou aqueles que se constituem pela presença de reprodutor na fazenda do interessado são indicados tanto a uma zona como a outra; prestam em ambas reais serviços. Entretanto são mais recomendaveis ás zonas de criação extensiva onde ha dificuldades de vias de comunicações e a população não é densa.

### c) — *Localização dos Postos de Monta*

Para a localização de um posto de monta devemos encarar um ponto central e que seja acessivel aos fazendeiros das vizinhanças.

Quando se cogitar de povoa-los, é mister olhar especies que sejam criadas na zona, e, dentro destas, as raças indicadas.

Impõe-se exceção ao assegurado quando, por interesse economico da região, ha conveniência em se mudarem determinadas raças ou favorecer uma espécie em detrimento de outra. Neste caso então os postos de monta facilitam muito o desejado.

Quanto aos postos de monta provisórios convem dizer que o emprestimo de reprodutores deve ser feito de preferencia a zona de criação, de modo que os benefícios concedidos a um proprietário se irradiem facilmente por identicas razões o emprestimo não deve ser feito a criadores que não possuam rebanhos convenientes ou em bom estado de saude. O Estado por exemplo, estipula grande numero

de cuidados e obrigações por parte do criador, além de fiscalização.

E' precisa acrescentar que nos postos de monta permanentes não é praticavel a presença de fêmeas pertencentes ao Governo. Tratando-se de postos aos quais se recomenda, em favor de seu acréscimo, áreas diminutas e organização reduzida ao estritamente necessário, justo é que se reserve as pastagens para as fêmeas que aí vêm em busca de padreações.

d) — *Espécies recomendáveis aos Postos de Monta*

Todas as grandes espécies são aconselháveis aos postos de monta permanentes ou provisórios, excepto a de suínos. A de ovinos, na verdade, é muito mais adequada aos postos de monta provisórios pela natureza de sua exploração.

A de suínos, não só pela dificuldades em transporta-la como também pela alimentação mais difícil de ser administrada, não é recomendavel. Melhor seria vende-los em grande numero por baixo preço, aos particulares, sem prejuizo de torna-los preferidos na instituição de premios aos criadores. Afim de impedir que os suínos vendidos ou dados pelo Governo não fossem desviados da reprodução, em virtude da facilidade de aquisição, seriam exigidas provas de que os interessados se dedicavam á criação de reprodutores.

Aos postos de monta provisórios recomendam-se todas as especies, excepto a de suínos, conforme já nos referimos.

De todas as especies aquelas que têm papel de maior relevo nos postos de monta do Estado são, incontestavelmente, as de bovinos e equinos.

Pelo proprio genero de criação intensiva e pela vizinhança com Estados que o abastecem de bovinos de córte, não têm as raças de açougue o mesmo papel a representar que as de leite.

Excepção feita, evidentemente, na zona de criação intensiva, para as que estão sendo seleccionadas pelo governo, o qual vê a sua obra fortemente secundada por uma corrente de adiantados criadores.

As raças de açougue encontram-se ainda nas zonas novas onde são empregadas em cruzamentos principalmente.

As raças leiteiras têm, portanto, papel preponderante no Estado, considerando que as suas condições economicas incrementam a indústria de laticínios.

Conforme o exposto cuida o Estado não sómente do gado necessario ás fazendas de zonas mais pobres, menos exploradas, como também daquele recomendável ás propriedades agrícolas.

Os três tipos principais de bovinos, — mixto, leiteiro e de açougue — são, consequentemente, adequados ás fazendas de São Paulo, ás quais deverão ser enviados de acordo com as necessidades de cada região.

A de equideos encaminha-se á produção de animal de tiro, vindo, em plano inferior, as explorações de animais destinados á sela e ao fornecimento do cavalo de guerra.

Não temos duvida em colocar a primeira categoria de animais, isto é, a de tiro, em plano superior, porquanto São Paulo necessita de grande numero de animais de tração que lhe carregem os produtos da imensuravel lavoura, que secundem a sua expansão rural e urbana.

Não aconselhando as tentativas até a presente data realizadas, a disseminação do cavalo de tiro, como já dissemos, é no luar ou, para certos misteres de tração pesada, o bovino — aração lenta e transporte para determinadas zonas — que o Estado tem o animal preferido sob todos os titulos. Apresenta, para o nosso meio, sobriedade, resistencia e força, qualidades que o levam ás longas trotadas pelo nosso interior.

Para a sela tem o Estado a raça Mangalarga, á qual dedica atenção, e cujas resistencia e macieza de andares são por demais conhecidas, dispensando comentarios. Não obs-

tante a sua criação não ter o desenvolvimento que reclamariam estados verdadeiramente pastoris, toma ativo impulso, fruto das qualidades apontadas, e dos cuidados que lhe dispensam o Governo e a Associação incumbida do seu registro genealógico.

Com alusão ao cavalo de guerra, cuja criação é menos praticada do que em zonas de pecuaria extensiva, consideramos que a sua produção não irá muito além das necessidades do Estado, onde não se encontram, como naquelas regiões, grandes manadas de eguas destinadas aos fins pastoris e quiçá de fornecimento de cavalo ao exército e polícias estaduais.

As explorações propriamente agrícolas da terra, a de bovinos, a de engorda e a de muarres, são muito preferidas. Contudo, visando solucionar êsse importante problema nacional, estuda-o o Estado, além de atender com reprodutores as criações que se aparelham ao fornecimento do cavalo de guerra. Resolvido o mesmo em bases solidas, de acordo com as possibilidades do Estado e exigências dos mercados, seria então recomendável maior amparo dos poderes públicos a esse gênero de criação.

### CONCLUSÕES

Os postos de monta desempenham papel de grande relevo no melhoramento da pecuaria brasileira, adaptando-se a todos os gêneros de criação aqui praticados.

Os postos de monta permanentes recomendam-se mais às zonas povoadas e que dispõem de boas vias de comunicações.

Os postos de monta provisórios são mais aconselháveis às zonas de criação extensiva.

Os três tipos principais de bovinos — mixto, leiteiro e de açougue — são recomendáveis aos postos de monta.

Os ovinos são indicados aos postos de monta provisórios.

Os suínos não se prestam às estações de monta, devendo, de preferencia, ser vendidos por baixo preço pelo Governo, ou constituírem objeto de prêmios nas exposições.

Quando se cogitar de mudar em determinada região uma raça por outra ou mesmo reduzir o número de animais de uma espécie em favor de outra, os postos de monta têm papel de importância a representar.

Em São Paulo as espécies que mais se recomendam aos postos de monta são as de equídeos, bovinos e caprinos.

Na produção do cavalo de guerra e do muar destinados ao Exército, têm os postos de monta papel de grande destaque.

(Tese apresentada á II Conferencia Nacional de Pecuaria).

# SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA

Fundada em 18 de Janeiro 1897

Reconhecida de utilidade pública pela lei n. 3549, de 18 de Outubro de 1918



Presidente perpétuo

**Dr. Miguel Calmon du Pin e Almeida**

## DIRETORIA GERAL

- Presidente* — Ildefonso Simões Lopes  
*1.º Vice-Presidente* — Arthur Torres Filho  
*2.º » »* — Edgard Teixeira Leite  
*3.º » »* — Mario de Oliveira  
*1.º Secretário* — Antonio de Arruda Camara  
*2.º »* — Adamastor Lima  
*3.º »* — Eurico Santos  
*4.º »* — Altino de Azevedo Sodré  
*1.º Tesoureiro* — Kurt Repsold  
*2.º »* — Domigos de Faria

## DIRETORIA TECNICA

- Fabio Furtado Luz  
Franklin de Almeida  
Hilario Luiz Leitão  
Luiz de Oliveira Mendes  
Otto Frensel  
Francisco de Assis Iglesias  
Frederico Murtinho Braga  
Joaquim Bertino  
Luiz Gonçalves Vieira  
Virginio Werneck Campello

## CONSELHO SUPERIOR

- Alberto Ravache  
Alvaro Simões Lopes  
Antonio F. Magarinos Torres  
Argemiro de Oliveira  
Alpheu Domingues da Silva  
Annibal di Primio Beck  
Archimedes de Lima Camara  
Belisario Alves F. Tavora  
Creso Braga  
Carlos de Souza Duarte  
Euvaldo Lodi  
Eduardo Duvivier  
Fidelis Reis  
Fernando Costa  
Filogonio Peixoto  
Fabio de Azevedo Sodré  
Francisco Leite Alves Costa  
Gastão de Faria  
Humberto Rodrigues de Andrade  
Honorio da Costa Monteiro Filho

- Itagiba Barçante  
J. C. Belo Lisboa  
Jeronymo Antonio Coimbra  
Julio Eduardo da Silva Araujo  
Julio Cesar Lutterbach  
José de Oliveira Marques  
José de Borja Peregrino  
José Solano Carneiro da Cunha  
José de Mello Moraes  
José Monteiro Ribeiro Junqueira  
João Baptista de Castro  
João Mauricio de Medeiros  
Landulpho Alves de Almeida  
Luiz Simões Lopes  
Mario Telles da Silva  
Marcial Terra  
Ottoni Soares de Freitas  
Ruy Carneiro  
Sebastião Herculano de Mattos  
Wenceslau Braz Pereira Gomes

# Escola de Horticultura Wenceslau Bello

(MANTIDA PELA S. N. DE AGRICULTURA NO ANTIGO HORTO FRUTICOLA DA PENHA)

RECONHECIDA E FISCALIZADA PELO GOVERNO DA NAÇÃO

PENHA — RIO — E. F. LEOPOLDINA

- Mudas e Enxertos de plantas frutíferas próprias ao clima do Districto Federal.
- Otimos exemplares de plantas ornamentais.
- Laranjeiras — Tipo exportação.
- Mangueiras das melhores variedades
- Abatimentos aos sócios da S. N. de Agricultura.

Solicital informações á

**SOCIEDADE NACIONAL DE AGRICULTURA**

— Largo de São Francisco, 3-2.º - Salas 202/6 —

TEL. 22-6241

Caixa Postal 1245 — Endereço Telegráfico "Agricultura"